



# Cieura 2011

**Ufam / Am  
Brasil**

**VI Congresso Internacional  
de Estudantes Universitários  
da Região Amazônica  
(VI CIEURA)**

**II Encontro de Políticas  
Públicas e Desenvolvimento  
para Panamazônica e Caribe  
(II EPPAC)**

ISSN - 2446-743X

**Edição de layout**

Renan Albuquerque Rodrigues (Org).  
Wando Luis Costa e Costa

*As opiniões contidas nos textos divulgados neste Caderno  
Eletrônico de Anais são de inteira responsabilidade dos autores.*

## SUMÁRIO

<b>TRABALHOS COMPLETOS.....</b>	
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL VERSUS PSICOLOGIA	6
INVENTARIO FLORISTICO EN LA COMUNIDAD DE LLANCHAMA, RÍO NANAY, LORETO, PERÚ	12
A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO AMAZONENSE POR MEIO DA PSICOMOTRICIDADE NA ERA TECNOLÓGICA	17
A MIGRAÇÃO PERUANA NO CONTEXTO AMAZÔNICO BRASILEIRO	21
O IMPACTO DO ATERRO CONTROLADO DE PARINTINS/AM NOS SETORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO	27
QUESTÕES AGRÁRIAS EM PARINTINS NOS JORNAIS NOVO HORIZONTE E PLANTÃO POPULAR	35
RELACIÓN ENTRE LAS VARIABLES DASOMÉTRICAS Y LOS VALORES DEL INDICE DE REFLECTANCIA EN EL BOSQUE VARILLAL DE NINARUMI, IQUITOS, PERÚ	40
A CRIANÇA, A NATUREZA E A SOCIEDADE: REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICA ESCOLAR	45
A CONTRIBUIÇÃO DO LACRIMA PARA A INTEGRAÇÃO ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO	50
ESTRATEGIA DE LA REGENERACIÓN NATURAL DE LA <i>ECCLINUSA LANCEOLATA</i> “QUINILLA BLANCA” DEL ARBORETUM “EL HUAYO”, PUERTO ALMENDRA, PERÚ	55
A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE INDÍGENA PONTA ALEGRE SATERÉ-MAWÉ	60
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E GESTÃO ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NECESSÁRIAS PARA A INCLUSÃO	67
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE ESPÉCIES FLORESTAIS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	72
ENFERMAGEM NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM CRIANÇAS INDÍGENAS EM BARCELOS/AMAZONAS	85
AS BRINCADEIRAS DE RODA COMO EXPRESSÃO CULTURAL DA CRIANÇA	89
A CRIANÇA E O DESENHO: A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO EDUCATIVA DO PROFESSOR/ INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS ENVOLVENDO AS QUESTÕES AMBIENTAIS	95
SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E SUA EFETIVIDADE ACADÊMICA REFLETINDO NA SOCIEDADE AMAZÔNICA	101

O TRABALHO DAS MULHERES DA FLORESTA: UM FATOR DECISIVO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR DE SUAS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO BARRO ALTO, COARI-AM	107
A ADIÇÃO DE VALOR DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS EM EVIDÊNCIA: PARA (RE)ABRIR UM DEBATE	111
MULHERES NA LUTA PELA CIDADANIA: O CASO DO MOVIMENTO ORQUÍDEA – MANAUS/AM	116
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA INTERCULTURAL, BILÍNGUE, ESPECÍFICA E DIFERENCIADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	122
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA: A QUESTÃO DO LIXO EM MANAUS	128
MÍDIA E FOLCLORE: ANÁLISE DO TRABALHO JORNALÍSTICO NA TRANSMISSÃO DE EVENTOS RELACIONADOS A FOLGUELOS AMAZÔNICOS	138
<b>RESUMOS.....</b>	
COMUNIDADE E VIDA: EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	144
REFUGIADOS DO HAITI: UMA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS	145
ESTUDOS DE LINGUAGEM PRÉ-UNIVERSITÁRIA - PREVEST	147
O ENSINO VIA PESQUISA COMO MÉTODO DE INTERDISCIPLINARIDADE	148
CONTRIBUIÇÕES DE REUVEN FEUERSTEIN PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	150
MINIMALICES E MACROMALUQUICES NA FLORESTA: BRINCANDO E PRESERVANDO NO JARDIM BOTÂNICO DE MANAUS/AM	151
TAREFA PARA CASA: O GRANDE DESAFIO DO EDUCADOR	152
EXPRESSÃO CULTURAL E CIDADANIA: MÚSICA E MOVIMENTO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL	153
A MODALIDADE PROEJA NO AMAZONAS	155
AMBIENTE ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E CAMPO INTERVENTIVO DO SERVIÇO SOCIAL: RESILIÊNCIA NO ÂMBITO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ DO 40 NA CIDADE DE MANAUS/AM	157
HIPÓTESES ANALÍTICAS BASEADAS NO CONCEITO DE IDENTIDADE NÃO-ESSENCIALISTA DE QUE POSSIVELMENTE A CIVILIZAÇÃO MOCHICA ANTECEDE A ETNIA MURA	158
SEMINÁRIO DE PESQUISA I: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS DO PROGRAMA DE ASSOCIAÇÃO AMPLA DA UNIVERSIDADE DO	

ESTADO DO PARÁ-UEPA E UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	159
PRÁTICAS E METODOLOGIAS DE ATENDIMENTOS: UMA COLABORAÇÃO ANTROPOLÓGICA AO CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MANAUS	161
PROJOVEM URBANO NO AMAZONAS: A VISÃO DO ALUNO A RESPEITO DE SUA VIVENCIA NO PROGRAMA	162
SAÚDE BUCAL: UMA AULA GENIAL	163
LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE SÃO JOÃO, CIDADE DE MANAUS/AM	165
RDS DO JUMA: UMA TENTATIVA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	167
FENOLOGIA DE <i>PITHECOLLOBIUM RACEMOSUM</i> DUCKE (MIMOSIOCEAE) NA RESERVA FLORESTAL ADOLPHO DUCKE E ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE SILVICULTURA TROPICAL NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS	169
QUESTÕES AMAZÔNICAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA NO PORTO DE SÃO RAIMUNDO E SEUS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE	170
IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES PARA A IDENTIFICAÇÃO BOTÂNICA: UM ESTUDO SOBRE MARANTACEAE NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS	171
USO DE FIBRAS DE MALVA NA CONFECÇÃO DE COMPÓSITOS DE CONCRETO APLICADOS EM ARTEFATOS DE CONCRETO	172
CARACTERIZAÇÃO DA ÁGUA DO RIO AMAZONAS PARA PROPOR O DIMENSIONAMENTO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA O CAREIRO DA VÁRZEA	173
ESTABILIZAÇÃO DE SOLOS MOLES: MÉTODOS TRADICIONAIS E CONSOLIDAÇÃO PROFUNDA RADIAL – CPR	175
UM MODELO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL NA AMAZÔNIA	177
EXPERIÊNCIA DE CAMPO RELACIONADA À EXPLORAÇÃO DE ETNIAS INDÍGENAS NA ÁREA DO TRAPÉZIO AMAZÔNICO	178

# A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL VERSUS PSICOLOGIA

Thomaz Décio Abdalla Siqueira<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse estudo visa analisar a violência doméstica infantil, enfatizando os fatores conceituais, históricos, sociais e econômicos que favorecem esse fenômeno existente na sociedade atual. O objetivo que direcionou nossa pesquisa foi o de verificar as causas e consequências da violência doméstica em crianças e o fracasso nas relações familiares. A ideia surgiu a partir de observações efetuadas nas grandes cidades com a presença constante de crianças nas ruas, conduzindo-nos, assim, a alguns questionamentos: Por que tantas crianças são abandonadas? Onde estão os pais e/ou responsáveis que não as orientam? A questão da violência contra criança tem raízes na família, ou fora dela? O trabalho foi efetuado mediante pesquisa bibliográfica. Esse é um tema muito inquietante, e sua extensão e gravidade preocupam a quem lida com questões psicológicas e sociais.

**Palavras-chave:** Criança vitimizada; Violência doméstica; Psicologia.

## Conceito de violência

Atualmente, a violência constitui a grande preocupação da humanidade, mas, para elucidarmos melhor o tema, iniciamos conceituando violência, a fim de traçarmos, com coerência, uma contextualização histórica. A palavra violência origina-se do latim: “violentia”; de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, violência significa “qualidade do que é violento; abuso da força; tirania; opressão; veemência; ação violenta; coação” (1996, p. 458).

No contexto educacional filosófico, Marilena Chauí define violência como:

Uma manifestação de uma relação de força com fins de dominação, exploração e opressão que se efetiva em meio às relações sociais assimétricas dimensionadas no âmbito das classes sociais e das relações interpessoais. Diante da interiorização das relações de dominação-subordinação, ou seja, da ação e da vontade alheia sobre os dominados, e a perda da autonomia, assim como as diferenças convertidas em desigualdades são aprendidas como se fossem naturais. (1994, p.18).

Continuamos verificando os conceitos de violência, observando que são definições carregadas de emoção, impedindo a compreensão clara da problemática. Segundo Mendez e Costa: “No campo do 'sentido comum' a violência aparece quase sempre como sinônimo do conceito de agressão” (1994, p. 79).

---

<sup>1</sup> Professor Pós-Doutor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia - FEF da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (E-mail: thomazabdalla@ufam.edu.br).

Tanto a violência como o seu oposto, a paz, resultam medianamente dependentes de um consenso socialmente construído. Das múltiplas interações possíveis no universo social, somente uma parte delas é construída-percebida como violenta. (Idem, p. 81).

Na opinião de Santos, “violência é conceituada como um conjunto de alterações somáticas, mentais e/ou sociais, apresentadas pela criança quando sujeita a acidentes do tipo intencional” (apud GUERRA, 1998, p. 41)

Segundo Guerra (1998) a violência doméstica contra crianças representa relação de poder/dever dos adultos contra as crianças, sendo capaz de causar danos físicos, sexual e/ou psicológico à vítima. Existem quatro tipos de violência doméstica reconhecidos: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

Para melhor entendermos, o autor acima citado oferece as seguintes definições:

Violência sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, numa violação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança; violência psicológica também designada como tortura psicológica, ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono, etc. A negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança. Configuram-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente, de conduzir a escola, etc. (1998, p. 33).

Na opinião de Guerra (1998) a violência física é caracterizada por muitos eventos agressivos contra a criança, com intencionalidade, ou intenção percebida, causando-lhe danos físicos, que podem ir desde a imposição de uma leve dor, até o assassinato.

### **As possíveis causas que influem nas ações da violência doméstica infantil**

De acordo com leituras efetuadas, Almeida (2000) cita diversas variáveis que contribuem para que ocorra a violência intrafamiliar: 1) *Variáveis individuais ligadas aos pais*, como, por exemplo, características psicopatológicas, antecedentes de maus tratos durante a própria infância, problemática do desejo de gravidez e partos traumáticos; 2) *Variáveis familiares*, com limites excessivamente marcados, existências de regras rígidas e autoritárias, projeção das dificuldades do adulto no elemento mais frágil do sistema familiar, caracterizando-se como maus tratos ou negligência psicológica; 3) *Variáveis sociais*, com a reprovação penal e a condenação social, e falta

de estrutura de suporte à família, aumentando as dificuldades dos pais e educadores, acentuando os sentimentos agressivos ou de rejeição em relação às crianças, que são responsabilizadas por esse processo, quando, na verdade, elas são vítimas dos fatores sociais e legais.

Um tema comum em todos esses achados é o seguinte: é provável que um progenitor abuse de um filho, independente de depressão ou história de abuso quando suas condições atuais de vida são altamente estressantes. (ALMEIDA, 2000: 34).

Para Pires (1993) são visíveis todas as condições atuais de vida no Brasil; presença constante de problemas sociais, um sistema político autoritário, onde são mantidos os privilégios para alguns e a exclusão para muitos.

### **A violência doméstica infantil e a psicologia**

Para Azevedo (2000) as consequências psicológicas da vitimização na infância, traduzem-se em dificuldades assim agrupadas: (a) dificuldades de adaptação afetiva com presença de sentimento de culpa; sentimento de auto-desvalorização; depressão; (b) dificuldades de adaptação interpessoal: as vítimas costumam experimentar recusa no estabelecimento de relações com adultos; isolamento; medo; baixo rendimento escolar; (c) dificuldades na adaptação sexual, tentativa de suicídio, automutilação, anorexia, crises histéricas, fugas do lar, prostituição, agressão e/ou delinquência, abuso de drogas, podendo chegar à dependência. Na opinião de Levisky:

Na atual conjuntura, a violência é um dado assustador, aparentemente crescente, mas na realidade recorrente e reflexo da nossa cultura de violência. Isso significa que a sociedade que produz e reproduz as condições para a criação da violência e apenas tem mudado seu olhar sobre ela, aparentemente recriando-a. [...] A contrapartida da indignação despertada pela imagem da violência é um passo significativo para a população romper com a convivência, sair da indiferença, do marasmo, e da preocupação com seus próprios interesses de classe, quer com a luta pela sobrevivência, quer com a convivência das elites dedicadas a manutenção de seus privilégios. (1998, pp. 50-51).

Trata-se da negligência de pais e responsáveis, dos maus tratos para com as crianças, abuso sexual que traz consequências danosas ao psíquico:

Num primeiro contexto, a violência é associada à agressividade instintiva [...] não tendo outra causa senão a satisfação dos impulsos e desejos destrutivos do homem [...]. Num segundo contexto, a violência aparece como uma



consequência do 'conflito de interesses'. [...] a violência deixa de ser pura impulsão irracional para a destruição, para ser um meio que os indivíduos encontram de instaurarem o direito, a lei e a justiça. (COSTA, 1986, p. 24).

Quando uma criança é humilhada, desrespeitada na sua condição de desenvolvimento, uma necessidade é criada, forçando-a a enfrentar situações para as quais não está preparado psiquicamente, sendo violado o mais nobre dos direitos, a liberdade. Essa ação torna-se a mais cruel das violências.

### **Conclusão e considerações finais**

O fenômeno da violência doméstica infantil sempre esteve presente em nossa sociedade. Segundo Azevedo e Guerra (1988) esse fenômeno não é conjectural ou epidêmico, no que difere da Organização Mundial de Saúde que afirma que os dados pesquisados indicam a violência doméstica infantil seja um fenômeno endêmico, pois há fatores sociais precipitantes que favorecem a presença da violência no seio da família.

As causas mais comuns que propiciam à violência doméstica infantil são as questões sociais, culturais, econômicas, religiosas, psicológicas e psiquiátricas, além de alguns fatores desencadeantes como o abuso do poder do mais forte sobre o mais fraco, o ciclo que é difícil de ser interrompido “pais agressores que foram vítimas de agressão”. A prevenção primária contra a violência doméstica infantil deve ser efetuada, com o objetivo de eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que criam condições mantenedoras desse fenômeno; os agentes da psicologia em particular devem atuar nas causas da violência doméstica; a prevenção secundária dar-se-á na detecção precoce da criança em risco, isto é, nos casos de crianças que já foram ou estão sendo vitimizadas.

Continuamos verificando os conceitos de violência, observando que são definições carregadas de emoção, impedindo a compreensão clara da problemática. Segundo Mendez e Costa: “No campo do 'sentido comum' a violência aparece quase sempre como sinônimo do conceito de agressão” (1994, p. 79).

Tanto a violência como o seu oposto, a paz, resultam mediantemente dependentes de um consenso socialmente construído. Das múltiplas interações possíveis no universo social, somente uma parte delas é construída-percebida como violenta. (Idem, p. 81).

Na opinião de Santos, “Violência é conceituada como um conjunto de alterações somáticas, mentais e/ou sociais, apresentadas pela criança quando sujeita a acidentes do tipo intencional” (apud Guerra, 1998, p. 41).

Segundo Guerra (1998), a violência doméstica contra crianças representa relação de poder/dever dos adultos contra as crianças, sendo capaz de causar danos físicos, sexual e/ou psicológico à vítima. Existem quatro tipos de violência doméstica reconhecidos: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

Para melhor entendermos, o autor acima citado oferece as seguintes definições:

Violência sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, numa violação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança; violência psicológica também designada como tortura psicológica, ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono, etc. A negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança. Configuram-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente, de conduzir a escola, etc. (1998, p. 33).

Na opinião de Guerra (1998) a violência física é caracterizada por muitos eventos agressivos contra a criança, com intencionalidade, ou intenção percebida, causando-lhe danos físicos, que podem ir desde a imposição de uma leve dor, até o assassinato.

## Referências

ALMEIDA, Ana Nunes de. Maus tratos Infantis num centro urbano degradado. Porto. Informação por página eletrônica. [www.maustratos.com.br](http://www.maustratos.com.br) disponível em 14 de dezembro de 2000.

AZEVEDO, Maria Amélia, Guerra, Viviane Nogueira de Azevedo. Pele de asno não é só história...: Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

———. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque. Novo Aurélio século XXI. O dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 1998.

LEVISKY, David Léo. Adolescência pelos caminhos da violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MENDEZ, Emílio Garcia, COSTA, Antônio Carlos da. Das necessidades aos direitos. São Paulo: Malheiros, 1994.

PIRES, Cecília. A violência no Brasil. São Paulo: Moderna. (Coleção Polêmica), 1993

# INVENTARIO FLORISTICO EN LA COMUNIDAD DE LLANCHAMA, RÍO NANAY, LORETO, PERÚ

Robert Romeo Rodríguez Reátegui e Carlos Enrique Mogollón Calvo<sup>1</sup>

## Resumen

El inventario y la composición florística de una parcela sobre bosques de varillal húmedo de la comunidad de “Llanchama”, río Nanay, Perú., tiene como objetivo principal realizar un inventario florístico preliminar, y conocer la composición de especies de plantas de la comunidad de Llanchama. Para ello se quiere conocer los taxones más diversos y más abundantes, determinar los nombres comunes y el uso de las especies de plantas colectadas y conocer el estado de conservación de las especies de plantas inventariadas según CITES. Para la realización del inventario se utilizó el método parcelas modificadas de Whitaker, a fin de obtener datos en múltiples escalas. En el inventario realizado en la comunidad de Llanchama se registraron un total de 411 individuos correspondientes a 20 familias y a 28 géneros, también se reportó 33 entre especies y morfoespecies, el 78 % de las determinaciones están a nivel de especie, donde la familia Arecaceae con 97 individuos es la más representativa, el género más abundante es *Euterpe* (93 individuos) y la especie más abundante es *Euterpe catinga* (93 individuos); la familia más diversa es Fabaceae (5 especies) y el género más diverso es *Sloanea* (4 especies). En las parcelas estudiadas se muestra una baja diversidad, la especie endémica registrado para Loreto en el inventario es *Caraipautilis* y ninguna de las especies está protegida por el CITES.

**Palabras claves:** Bosque de varillas húmedo; Inventario florístico; Composición de especies.

## Introducción

Los bosques en la zona nor-occidental de la Amazonía en el departamento de Loreto son conocidas por su alta diversidad y abundancia de especies florísticas (Gentry 1988; Phillips & Millar, 2002; Ter Steege *et al*, 2003), registrando en varias parcelas de 1 ha, que el número de especies arbóreas varían de 180 a 322 (Pitman *et al*, 2001). El reporte más alto de los árboles de Loreto son de 295 especies en 1 ha de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana (RNAM) (Vásquez & Phillips 2000), y 300 especies en 1 ha. Yanamono (Gentry, 1988 b). Encontrándose casi como dominante las mismas familias y los mismos géneros en diferentes muestreos realizados (Gentry & Ortiz, 1993). La región amazónica es tan grande que no es posible inventariar toda la vegetación, existiendo vacíos de información en la composición florística (Basset, *et al*, 2004). En el presente estudio se busca conocer cuál es la diversidad y abundancia del

---

<sup>1</sup>Universidad Nacional de la Amazonía Peruana, Iquitos-Perú.

bosque de varillal húmedo (Llanchama), para ello se inventariaron a todos los brizales, latizales y fustales de las zonas de estudio.

## **Objetivos**

### **General**

Realizar un inventario florístico y conocer la composición de especies de plantas de la comunidad de Llanchama, río Nanay, Loreto, Perú.

### **Específicos**

Conocer los taxones más diversos y más abundantes.

Determinar los nombres comunes y el uso de las especies.

Mencionar el estado de conservación de las especies del inventario según CITES (2011).

## **Metodología**

### **Área de Estudio**

**Ubicación Política.** El estudio se realizó en la Zona Nor occidental de la Amazonía, en el departamento de Loreto, provincia de Maynas, distrito de San Juan Bautista, la zona de muestreo está situada a 3.350 Km. de la comunidad de Llanchama.

**Actividades humanas.** La actividad principal de los comuneros de Llanchama es la extracción de especies, maderables para la comercialización como leña y para la construcción de sus viviendas.

**Clima.** La zona de muestreo presenta una precipitación media anual que oscila entre 2,400 y 3,100 mm. Todos los meses presentan promedios de lluvia por encima de los 100 mm; los meses más lluviosos son Febrero, Marzo y Abril. La temperatura mínima oscila de 20 a 22° C y la máxima entre 30 a 32 ° C. la humedad relativa anual es de 87% (Estación Meteorológica Zungarococha de la Universidad Nacional de la Amazonia Peruana).

**Zona de Vida.** El área de estudio de acuerdo con la referencia de ONERN (1976), se localiza dentro de la zona de vida denominada bosque húmedo tropical. (Bh-T), el bosque de la comunidad de Llanchama es denominado Varillal Húmedo (Roosevelt *et al*, 2003).

**Suelos.** En la zona de muestreo el suelo es denominado Arenosoles debido a que contienen arenas cuarzosas en muy alto porcentaje. La formación geológica a la que pertenece es Arenitas de Iquitos, su clasificación es de Espodosol. (RistoKalliola *et al*).

**Trabajo de Campo.** Para la realización del inventario se utilizó el método parcelas modificadas de Whitaker que consiste en el establecimiento de una serie de parcelas unidas de diferentes tamaños permitiendo un acercamiento en múltiples escalas. La parcela (P) mide 50 x 20 (1000 m<sup>2</sup> o 0.1 ha), incluye una subparcela central (SPC) de 20 x 5 m, dos subparcelas (SPA) de 5 x 2 m, localizadas en esquinas contrarias de la parcela y diez subparcelas (H) de 2 x 0.5 m, colocadas dentro de la periferia de la parcela.

**Trabajo de Herbario.** La identificación de las muestras obtenidas se realizó comparando exsiccatas del Herbario Amazonense (AMAZ- UNAP). Para luego utilizar el sistema de clasificación de Cronquis, los especímenes que no pudieron ser identificados al nivel de especie son denominados morfoespecie.

**Análisis de datos.** Para el análisis de los datos se utilizó el programa PAST, para obtener la composición florística de la zona determinando las especies, géneros y familias más abundantes, así como los géneros y familias más diversas.

### **Resultados (Taxones más abundantes y diversos)**

En el inventario realizado se registraron un total de 411 individuos correspondientes a 21 familias y a 28 géneros, también se reportó 33 especies y morfoespecies (Tabla 3), el 78% de las determinaciones están a nivel de especie. El listado de especies se encuentra en el Anexo 7. Así también se muestran a las familias más abundantes (Tabla 1). Los géneros más abundantes (Tabla 2). Las especies más abundantes (Tabla 3), y además se muestran a las familias (Tabla 4) y los géneros más diversos (Tabla 5).

<b>Familias</b>	<b>Nº de Individuos</b>
Arecaceae	97
Anacardiaceae	47
Bombacaceae	45
Dilleniaceae	44
Rubiaceae	35

Tabla 1: Familias más abundantes

<b>Géneros</b>	<b>N° de Individuos</b>
<i>Euterpe</i>	93
<i>Tapirira</i>	47
<i>Doliocarpus</i>	44
<i>Eriotheca</i>	42
<i>Pariana</i>	27

Tabla 2: Géneros más abundantes

<b>Familias</b>	<b>N° de Especies</b>
Fabaceae	5
Elaeocarpaceae	4
Rubiaceae	4
Melastomataceae	2
Bpmbacaceae	2
<b>Especies</b>	<b>N° de Individuos</b>
<i>Euterpe catinga</i>	93
<i>Tapirira guianensis</i>	47
<i>Doliocarpus</i>	
<i>dentathus</i>	44
<i>Eriotheca sp.</i>	42
<i>Remijia pacimonica</i>	26

Tablas 3 e 4: Especies más abundantes e Familias más diversas

<b>Géneros</b>	<b>N° de Especies</b>
<i>Sloanea</i>	4
<i>Macrolobium</i>	2
<i>Psychotria</i>	2

Tabla 5: Géneros más diversos

Índice \ parcelas	A	B	C1	C2	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8
Dominancia	0.06939	0.2179	0.09589	0.1995	0.3061	1	1	1	1	0.3333	1	1
Shanon	2.901	1.807	2.735	2.432	1.277	0	0	0	0	1.099	0	0
Sipsom	0.9306	0,7822	0.9041	0.8005	0.6939	0	0	0	0	0.6667	0	0

Tabla 6: Índices de las parcela y sub parcelas.

## Discusión

Asociada a estos suelos extremadamente pobres en nutrientes y restringida a ellos (Vitousek&Sanford, 1986), crece una vegetación muy particular caracterizada por tener especies monodominantes, baja diversidad y elevado endemismo, en el caso de este estudio la falta de especies endémicas se refiere ciertamente a la fuerte presión a

que está siendo sometida estas áreas, y si no se emplea planes de manejo esto resultara en funestas consecuencias.

### **Conclusión**

Gran parte de las especies encontradas son de interés comercial y de consumo por los moradores de la comunidad. El bosque cercano al área de estudio se encuentra degradado debido a la presencia de chacras, lo que ha hecho que los comuneros tengan el interés en conservar sus bosques, en el inventario realizado solo se reportó una especie endémica registrada para Loreto, la cual es *Caraipa utilis*. En el estudio no se reportaron especies nuevas para el departamento de Loreto, así mismo ninguna de las especies de ambas zonas de muestreo están protegidas por la Convención sobre el Comercio Internacional de Especies Amenazadas de Fauna y Flora Silvestre (CITES).

### **Referencias**

- BASSET, Y. V., NOVOTNIT, S.E., MILLER, G.D., WEIBLEN, O., MISSA & A. J. A. STEWART. 2004. Conservation and biological monitoring of tropical forests: The role parataxonomists. *Ecology* 414: 163-174 p.
- DUIVENVOORDEN, J.F., 1996. Patterns of tree especies richness in rain forests of the middle Caqueta area, Colombia, NW Amazonia. *Biotropica* 28(2): 142-158 p.
- GENTRY, A. & R. Ortiz. 1993. Patrones de composición florística en la Amazonia Peruana – vegetación húmeda tropical en el llano subandino. Kalliola R, M. Puhakka & N. Danjoy. Capítulo 7: 155-166 p.
- GENTRY, A. 1998a. Tree species richness of upper Amazonian forests. *Proc. Natl. Acad. Sci. USA*. 85: 156 – 159 p.
- GENTRY, A. 1998b. Change in plant community diversity and floristic composition on environmental and geographical gradients. *Annals of the Missouri Botanical Garden*. 75: 1 – 4 p.
- FREITAS, L. 1996. Loreto – Perú. Caracterización florística y Estructural de cuatro comunidades Boscosas de terraza Baja en la Zona de Jenaro Herrera, Amazonía Peruana.
- LAMPRECHT, H. 1990. Silvicultura en los trópicos. Paul Parey, Hamburg y Berlín, Alemania. 1 – 335 p.
- ONERN. 1976. Mapa ecológico del Perú. Guía descriptiva. Lima, Perú. 1 – 146 p.



# A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO AMAZONENSE POR MEIO DA PSICOMOTRICIDADE NA ERA TECNOLÓGICA

Michelly Viktória Rebouças<sup>1</sup>; João de Lima Melo<sup>2</sup>

## Resumo

O interesse pelo tema do artigo científico surgiu com questionamentos relacionados à qualidade de vida da pessoa idosa do Estado do Amazonas, visto que tal predicado não tem ocorrido devido o sedentarismo causado pelo descuido com a saúde e a contribuição dos meios tecnológicos que a cada dia causa a falta de movimento do corpo. É por meio da psicomotricidade que o idoso pode obter uma vida mais saudável, sendo esta uma ciência que tem o homem como principal objeto de estudo explicando a mente, a afetividade e o movimento do corpo, sugerindo que é possível obter vida saudável em meio a tecnologia. Utiliza-se o método fenomenológico no presente projeto, pois este método defende a compreensão do fenômeno e como este funciona. Emprega-se também ao artigo a pesquisa bibliográfica sendo esta apenas desenvolvida a partir de material já preparado, como: livros, artigos, textos entre outros.

**Palavras-chave:** Idoso Amazonense; Qualidade de vida; Tecnologia.

## Introdução

Ao longo dos anos o número de idosos no Brasil tem sido ampliado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil possui cerca de 19 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. De acordo com a Secretaria de Saúde do Amazonas (Susam), o número de idosos no estado do Amazonas equivale a 8% da população, esse crescimento deve-se ao grande avanço da medicina, proporcionando melhores condições de saúde aos idosos<sup>3</sup>. Porém, essa qualidade não alcança todos os idosos e com isso, na fase da velhice, ocorrem as chamadas perdas motoras ocasionadas pelo sedentarismo naquele idoso que não pratica nenhum tipo de atividade física e se acomoda. Muitas vezes isso ocorre por conta dos meios tecnológicos.

A era tecnológica envolve todo e qualquer cidadão do mundo não apenas na fase infantil ou na adolescência, mas em todas as fases incluindo a velhice. A onda *hi tech* tem contribuído de forma significativa não só trazendo benefícios como também malefícios para o idoso em questão. Aquela cena vista por muitos de nós: os nossos antepassados ou um de nossos amigos sentados em frente à televisão sem expectativa de

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de pedagogia da Faculdade Boas Novas.

<sup>2</sup> Professor orientador da Faculdade Boas Novas.

<sup>3</sup> Susam. Programa de atenção à saúde do idoso: número de idosos no Estado do Amazonas retirado do site: <http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=idoso> às 13:12 horas em 05 de Outubro de 2011.

uma velhice saudável. Por outro lado, o caminhar para uma melhoria de vida na fase da velhice requer esforço e dedicação do principal interessado o próprio idoso. A psicomotricidade como ciência entusiasma o próprio senil rumo à uma vida saudável, sem abrir mão da tecnologia e tornando a atividade física um hábito a seguir.

### **Os benefícios e os malefícios ocasionados pelas novas tecnologias**

A sociedade depara-se envolvida por vários elos tecnológicos. Praticamente em todas as áreas se encontram dispositivos informáticos e eletrônicos mediando e interferindo nas questões de interrelações e comunicações.

Nas atividades cotidianas, lidamos com vários tipos de tecnologias. As maneiras, jeitos ou habilidades especiais de lidar com cada tecnologia, para executar ou fazer algo, chamamos de técnicas são muito simples e de fácil aprendizado. São transmitidas de geração em geração e se incorporam aos costumes e hábitos sociais de um determinado grupo de pessoas. (KENSKI, 2007, p. 24)

É evidente que a tecnologia faz parte da vida de todo cidadão inclusive nas mínimas atividades que este executa; ela está presente em casa por meio de inúmeros modelos; e ainda está presente na escola, no clube etc. Com isso, apresentam-se dois lados, o positivo e o negativo. No positivo, há muitos benefícios tanto para a vida em sociedade quanto para a vida particular, como por exemplo o avanço tecnológico na área da medicina, que trouxe mudanças para o prolongamento da vida. Também pode-se citar o uso de celular, computador, carro, classificando-os como bens tecnológicos que facilitam a vida de pessoas. Diante dos benefícios também se apresentam alguns males para a vida da sociedade, como a substituição de uma rápida caminhada até a padaria da esquina, por exemplo, optando-se pela ida com um veículo automotor, deixando assim de exercitar os músculos e causando sedentarismo.

### **Como a psicomotricidade contribui para o cidadão amazonense como fuga de uma vida sedentária**

O indivíduo sedentário é aquele que gasta poucas calorias por semana com atividades ocupacionais. Sedentarismo é a falta ou a grande diminuição da atividade física. E qual a relação da psicomotricidade com o sedentarismo? De acordo com a Sociedade Brasileira de Psicomotricidade (2008, p.18),

psicomotricidade é uma ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. Sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto.

A psicomotricidade é uma ciência que tem por finalidade estudar a mente e o corpo humano, sendo capaz de proporcionar hábitos e atividades físicas saudáveis. Na sociedade contemporânea um número muito elevado de pessoas tem acesso às novas tecnologias, como televisão, computador e celular. Esses novos tecnomaquinários os conduzem a horas sem se movimentar e muitas vezes até mesmo a alimentação dá-se de forma inadequada. Esse comportamento traz consequências negativas e o resultado dessa falta de atividade enfraquecerá o idoso, levando-o a perda de certos movimentos.

As constatações destes fatos e as identificações dos seus infinitos fatores negativos vem trazendo uma volta da atividade física nos últimos anos de vida do idoso. Nesse contexto, a psicomotricidade auxilia em tal questão, sugerindo a substituição do aparelho tecnológico pelo hábito mais saudável: subir escadas, não utilizar o elevador, fazer caminhadas breves e não o uso de veículos automotores quando em percursos curtos, entre outros.

### **A psicomotricidade e os movimentos físicos na terceira idade**

A psicomotricidade como ciência auxilia o indivíduo com relação ao movimento de seu corpo, podendo contribuir na vida saudável do idoso. Contudo, a psicomotricidade recebe a ajuda da gerontologia: ciência que contribui para a recuperação do movimento físico do idoso.

Na velhice encontramos a gerontopsicomotricidade, que vem ajudar os sujeitos, desta fase, nas perdas psicomotoras que acontecem durante o processo de envelhecimento. A gerontopsicomotricidade resgata o tempo do agora, auxiliando os idosos a se redescobrirem. Através do corpo e do movimento, os indivíduos recuperam sua autonomia, seu desejo, sua motivação, seu prazer e sua alegria. (SANTOS, 2009, p. 12).

A gerontopsicomotricidade desenvolve atividades motoras, atividades que ajudam na recuperação das perdas psicomotoras, aquelas muitas das vezes ocasionadas pela falta de atividade física. Na era da tecnologia, o idoso que não se limita a atividades relacionadas aos meios tecnológicos, mas sabe utilizá-los em seu bem-estar, se beneficia

e obtêm qualidade de vida. Dessa forma, na velhice a pessoa tardará a ter reduzidos seus movimentos corporais e as funções de seu intelecto.

Os programas mais recomendados às pessoas da terceira idade são aqueles que combinam esforço e resistência muscular, visto que até mesmo as mínimas atividades do dia-a-dia exigem força e resistência muscular, como subir escadas, levantar-se de cadeiras etc.

É de suma importância que o idoso conscientize-se que a prática de atividade física não se dá somente pelo ato de ir a uma academia. Movimentar-se é um ato saudável para qualquer indivíduo, pois mantendo o corpo em atividade o ser humano sente-se renovado e seu espírito sente-se alegre. Na terceira idade, movimentar-se é de grande relevância, pois o movimento proporciona ao idoso melhores condições de vivência e consideravelmente mantém o corpo ativo, sendo uma ótima opção para se obter longevidade com qualidade de vida.

A psicomotricidade sugere ao idoso amazonense muitas técnicas corporais que poderão lhe auxiliar em meio aos elementos tecnológicos de uma era totalmente desenvolvida. Com certeza, o seguimento da proposta psicomotricista ajudará o idoso a possuir em seus dias de vida hábitos saudáveis.

### **Conclusão**

Pudemos reconhecer a importância da psicomotricidade e do movimento do corpo na velhice. A psicomotricidade somada à gerontopsicomotricidade para os idosos é a ciência que se preocupa com a qualidade de vida em idades avançadas. Apesar do progresso da tecnologia e dos males para a saúde que o mundo *hi tech* gera atualmente, os idosos podem ter uma vida saudável sem abrir mão dos meios tecnológicos.

### **Referências**

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

SANTOS, Alessandra de Souza. Psicomotricidade e aquisição do movimento. São Paulo; 2009.

Sociedade Brasileira de Psicomotricidade. 2008. In <http://www.psicomotricidade.com.br/apsicomotricidade.htm>, em 29 de abril de 2011.

# A MIGRAÇÃO PERUANA NO CONTEXTO AMAZÔNICO BRASILEIRO<sup>1</sup>

Alessandra Rufino Santos<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho busca apresentar uma discussão sobre a presença de migrantes de nacionalidade peruana na Amazônia brasileira. Para investigar esse fenômeno partiu-se da hipótese de que as relações de amizade e de parentesco influenciam o processo migratório desses migrantes. Neste sentido, uma das preocupações deste trabalho é entender as principais motivações da saída desses migrantes de seu país de origem e explicar a inserção na Amazônia brasileira. Para isso, utilizou-se a metodologia baseada na pesquisa documental, que facilitou o entendimento de que embora esses migrantes estejam afastados de seu local de origem, não perderam a cultura e a identidade nativa como referência.

**Palavras-chave:** Amazônia; Migração; Peruanos.

## Introdução

Ao longo dos últimos cem anos, o processo migratório do Peru tem passado por várias etapas, sendo que cada uma delas está intimamente relacionada aos acontecimentos político, econômico e social do país. Foi a partir de 1910 que o Peru deixou de ser um país receptor de migrantes, convertendo-se em um país emissor de migrantes, dentre outros fatores, devido a deterioração de sua política econômica, que originou muita violência e pobreza.

A década de 1980 foi marcada por uma intensa migração de peruanos para o exterior. As mudanças políticas também influenciaram Fernando Belaunde Terri (1980-1985), primeiro presidente civil eleito após o regime militar. Entretanto, aquela época o país sofreu uma grande crise econômica aliada à violência política e emergência do narcotráfico (HUAYHUA, 2004).

No fim de 1988, a crise econômica, a violência terrorista, entre outros problemas, levaram os peruanos a migrarem em busca de emprego e segurança, acelerando ainda mais a migração da zona rural para as grandes cidades peruanas,

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte da discussão desenvolvida no projeto de pesquisa em andamento que está sendo realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) sob o título “Migração Peruana na cidade de Boa Vista/RR: Negociações identitárias e redes migratórias em uma região de fronteira”.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior.

principalmente para a capital do país, o departamento de Lima, que tem ocupado uma situação de privilégio, já que se converteu no principal centro das atividades político-administrativas do Peru, o que provocou um maior crescimento de sua população.

Entretanto, o “Censo Nacional de Poblacion” do período de 1988 a 1993 e de 2002 a 2007, publicado pelo INEI<sup>3</sup> nos anos de 1994 e 2008, indica uma pequena queda no fluxo de migração para Lima, como também para outros departamentos, indicando um declínio na migração interna e um aumento do número de peruanos para outros países. Essa migração é um fenômeno que vem se tornando cada vez mais relevante, tornado possível inferir algumas tendências sobre o quadro das migrações dos peruanos.

Nos últimos anos, cerca de 10,24% da população do Peru passou a residir no exterior, restando no ano de 2009 uma população total de aproximadamente 29 milhões de habitantes (CIA, 2009)<sup>4</sup>. A migração peruana segue a tendência mundial do bloco de países latinoamericanos, cujo destino prioritário são os Estados Unidos. Assim sendo, o Ministério das Relações Exteriores do Peru identificou, no ano de 2003, o maior quantitativo de peruanos nos Estados Unidos e Espanha e, dentro do continente sulamericano, na Argentina, Venezuela, Chile e Bolívia. O Brasil apareceu na 10ª posição e, apenas com menos de 2% do total de peruanos que vivem no exterior.

Acredita-se que a preferência pelos Estados Unidos deveu-se ao fato de o mesmo ser uma potência econômica mundial e oferecer maior possibilidade de postos de trabalhos e de possibilidades de mobilidade social, apesar das políticas restritivas de entrada de estrangeiros, principalmente latinoamericanos.

Em relação à Europa, o destino preferido dos migrantes peruanos é a Espanha. A partir dos anos 1990, as correntes migratórias para a Espanha aumentaram consideravelmente. Segundo a CEPAL (2005)<sup>5</sup>, as pessoas nascidas nos países da América Latina e recenseadas na Espanha passaram de 210.000, em 1991, para 840.000,

---

<sup>3</sup> INEI – Instituto Nacional de Estadística e Informática. CENSOS de Población y vivienda, 1988 a 1993. Lima, 1994 / CENSOS de Población y vivienda, 1994 a 2008. Lima, 2009 .

<sup>4</sup> CIA- Centro Intelligence Agency. The world Factbook. South America: Peru. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pe.html/>>. Acesso em: 14/08/2009.

<sup>5</sup> CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Migração internacional na Ibero-América (2005). Disponível em: <[http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/27150/lcg2328p\\_cap6.pdf](http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/27150/lcg2328p_cap6.pdf)>. Acesso em: 16/05/2010.

em 2001. Esse crescimento é confirmado por outras fontes, como os dados do Padrão Municipal de Habitantes do Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE).

Já em relação à migração para a América do Sul é possível identificar o aumento do número de peruanos na região, em especial, na Amazônia brasileira, uma vez que as migrações entre os países de fronteiras tem tido menores custos, ademais da facilidade de trânsito e da ausência de grandes restrições à mobilidade de pessoas. Segundo Oliveira (2006), os maiores fluxos migratórios são oriundos da Amazônia peruana, principalmente da região que faz fronteira com o estado do Amazonas.

### **Migração internacional na Amazônia Brasileira**

A Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremamente diversificada tanto em sua paisagem como em sua população. Localizada ao norte da América do Sul, atinge parte dos territórios dos Estados nacionais brasileiro, venezuelano, colombiano, peruano, boliviano, equatoriano, surinamês e guianenses (República Cooperativa da Guiana e Guiana Francesa). Segundo Aragón (2005), não existe consenso entre os pesquisadores para delimitar exatamente o tamanho dessa região e calcular sua população.

A Amazônia brasileira, por sua vez, abrange os Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia, Tocantins e Roraima perfazendo uma área que equivale a 61% do território brasileiro. O IBGE (2009)<sup>6</sup> divulgou que a população amazônica brasileira é estimada em 24,7 milhões de pessoas, das quais 62% habitam a zona urbana e 38% a zona rural. Ou seja, a Amazônia brasileira deixou de ser, nas últimas décadas, uma região rural para tornar-se predominantemente urbana. No entanto, o crescimento da população urbana na Amazônia brasileira não foi acompanhado de implementação de infraestrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida a seus habitantes.

Cabe acrescentar nessa discussão que o processo histórico de ocupação humana da região amazônica teve influência das migrações, principalmente as fronteiriças, uma vez que a região faz fronteira com vários países, ao mesmo tempo em que se encontra

---

<sup>6</sup> IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14/12/2009.

em fase de estruturação e cujas dinâmicas são intensas e instáveis. Segundo Oliveira (2008), a migração de países fronteiriços para o Brasil, em especial a Amazônia, não é um fenômeno novo, já que depois de receber grandes fluxos migratórios provenientes da Europa, no início do século XX, o Brasil passou a ser receptor de migrantes dos países fronteiriços vizinhos, como Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e outros países latino-americanos.

Neste sentido, ao se inserir cada vez mais no circuito econômico internacional, a Amazônia brasileira reestrutura seus espaços e território numa malha de interesses cuja condição de fronteira mundial confere um sentido especial à mobilidade populacional. Os investimentos em tecnologia e em infraestrutura tem colaborado com o desenvolvimento e, conseqüentemente, atraído mais pessoas para a região. Tal questão implica entender que neste início de século existe na Amazônia um novo patamar de expansão e integração nacional. Para Becker (2004), o que antes era chamado de vazio demográfico, hoje simboliza uma realidade complexa constituída por múltiplos sujeitos portadores de diferentes matrizes de racionalidade, particularmente relevantes nesse momento em que mudanças de padrões tecnológicos e socioculturais se colocam em questão.

### **A migração de peruanos para a Amazônia Brasileira**

Muitos são os motivos que favorecem a migração de peruanos para a Amazônia brasileira, dentre eles pode-se destacar, a violência institucionalizada no sangrento período da ditadura do General Juan Velasco Alvarado (1968-1975), o avanço do latifúndio e os processos de industrialização nos moldes capitalistas.

Ainda sobre a entrada de peruanos em território amazônico brasileiro, é possível afirmar que essa prática migratória passou a ter maior relevância a partir de meados da década de 1980, estendendo-se até os dias atuais. Trata-se, na verdade, de um fluxo eminentemente de migrantes trabalhadores que ingressam na região sem os documentos necessários, permanecendo em situação irregular por muito tempo. Isso ocorre, inclusive, pela vastidão da selva amazônica que torna impossível um controle totalmente eficaz. Conforme Oliveira (2008), o trânsito na fronteira é facilitado pela



locomoção que é financeiramente mais viável, tanto via terrestre quanto via transporte fluvial.

A maioria dos peruanos que opta em migrar para o Brasil, em especial para a Amazônia, apresenta o seguinte perfil: em grande parte são homens oriundos de Lima, a capital do Peru, ou de outros departamentos localizados, em especial, na Amazônia peruana, como é o caso de Arequipa, Iquitos, Yurimaguas, Pualca, Yurimaguas e Huancayo; possuem um histórico de migração interna e um trânsito por diferentes cidades da Amazônia Brasileira, como Brasiléia, Rio Branco, Tabatinga, Manaus, Boa Vista e Pacaraima; alguns costumam estender sua trajetória para a Venezuela. Outra característica do perfil de alguns peruanos é a baixa qualificação profissional. Quando chegam ao Brasil, muitos se tornam comerciantes informais e comercializam produtos diversos, como roupas e utensílios domésticos.

Além dessas possibilidades, outros setores do mercado de trabalho também oferecem espaços, como é o caso dos trabalhadores da saúde, médicos e enfermeiros, os quais se fazem presentes, particularmente, nas pequenas cidades do interior da Amazônia, onde há demanda desta mão de obra. A educação, a gastronomia e o setor de serviços, também atraem os profissionais de nacionalidade peruana.

### **Considerações finais**

A trajetória da migração peruana em diferentes cidades da Amazônia brasileira mostra que, apesar de algumas situações adversas enfrentadas por muitos, o Brasil continua sendo o país das oportunidades e de múltiplas possibilidades de mobilidade econômica e social.

Por meio de seus capitais, sobretudo o cultural e o social, esses migrantes mantêm suas perspectivas de futuro ao valorizarem suas práticas cotidianas, que, sem dúvida, os auxiliam na criação de alternativas de sobrevivências. Isso demonstra que os migrantes peruanos se adaptam à empreitada migratória. Tal adaptação possibilita com que as práticas cotidianas determinem as alterações nos seus comportamentos, desde o idioma falado até as expectativas que projetam para o futuro.

Embora estejam afastados de seu local de origem e incorporem os elementos da cultura e da identidade amazônica brasileira, os migrantes peruanos não perdem a

cultura e a identidade nativa como referência, uma vez que suas redes de sociabilidade ligadas à família e aos amigos, tanto no local de origem quanto de destino, fortalecem os referenciais significativos do meio de origem.

No entanto, a permanência na Amazônia brasileira implica na luta pelos direitos civis, sociais, culturais e políticos, que nem sempre são respeitados. A indocumentação ou a impossibilidade de renovarem os seus pedidos de permanência no Brasil, por não terem uma atividade laboral formal, os coloca numa condição de vulnerabilidade, inviabilizando, desta forma, seus direitos a uma cidadania plena.

Acredita-se ainda que as autoridades e instituições brasileiras precisam investir em estudos mais aprofundados sobre essa temática e, ao mesmo tempo, possibilitar a realização de políticas públicas que, além de desconstruírem alguns estereótipos que a população amazônica tem sobre os migrantes peruanos, possam auxiliar esses homens e mulheres a se adaptarem ao novo contexto social, proporcionando assim uma maior integração entre a cultura brasileira e a cultura peruana.

### **Referências**

ARAGÓN, Luis E. (Org). Populações da Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2005.

BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamound, 2004.

HUAYHUA, Gladys Llajuruna. Adolescentes peruanos em São Paulo: A construção da identidade e as estratégias de adaptação no processo de aculturação. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José (Orgs.). Psicologia, e/imigração e cultura. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Migrações fronteiriças: Uma reflexão necessária no amazonas. Anais V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil. Salvador – BA: 30 de setembro a 03 de outubro de 2008.

# O IMPACTO DO ATERRO CONTROLADO DE PARINTINS/AM NOS SETORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO

Hanne Caldas<sup>1</sup>, Renan Albuquerque Rodrigues<sup>2</sup>

## Resumo

Toda cidade deve possuir um sistema a desenvolver para manter a organização nos diversos setores que compõem o meio social. Mas vendo e acompanhando a problemática que a lixeira pública do município vem causando à população, tornou-se relevante fazer observação, análise e descrição sobre o caso, mediante o uso de entrevistas aberta junto aos moradores do entorno do local, a fim de refletir acerca de possíveis soluções em resposta à sociedade. Muito tem sido discutido pelas autoridades mas nada foi feito para solucionar a situação, desta feita propôs-se uma interpretação concernente ao sistema (ou falta dele) de destinação e disposição de resíduos em Parintins, no Baixo Amazonas.

**Palavras-chave:** Lixeira pública; Setores sociais; Parintins.

## Introdução

Já se passaram mais de duas décadas e o município de Parintins, no interior do Estado do Amazonas, a 375 km de Manaus (Amazônia Brasileira), continua enfrentando uma problemática comum às sociedades modernas: o destino e a disposição final dos resíduos gerados pela população. É perceptível que pouco foi feito para melhorar a situação do aterro controlado da localidade, que por mais de 15 anos era um local onde não havia qualquer intervenção pública voltada para humanizar o descarte do material em geral produzido pela população. Esse espaço, então de entulhamento de dejetos, localizado no Bairro Dejará Vieira, área periférica do município, hoje vem sendo alvo de ações da municipalidade. Todavia, a problemática está muito longe de ser encerrada; pelo contrário, ela só tende a aumentar com o passar do tempo, haja vista que com o crescimento demográfico há a alta no consumo e a conseqüente elevação na geração de resíduos.

Na contramão da mitigação do consumismo inerente a modos de vida desregrados e desrespeitosos, o poder público de Parintins, via de regra, preocupa-se apenas em deixar a cidade limpa na época do Festival Folclórico, que ocorre todos os anos no final do mês de junho. São cerca de 15 dias em que a limpeza é a preocupação primordial por conta da necessidade urgente de geração de renda a partir do turismo

---

<sup>1</sup> Estudante de graduação do curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez) da Ufam. hanne.ufam@gmail.com

<sup>2</sup> Jornalista, MSc, em Psicologia Social (UFPB), doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (Ufam). Professor assistente do curso de jornalismo do Icsez/Ufam.

consequente do folclore popular. Quando o folguedo termina, a situação retorna, com traços óbvios de deterioração para a imagem da Ilha Tupinambarana, pois o que é perceptível diante da problemática é o descaso por parte das autoridades da cidade, o qual tende a ser fruto de desconhecimento e incompetência na administração pública.

Levando em consideração os pressupostos destacados, o trabalho teve como meta investigar junto à população, em nível psicossocial, os impactos da deposição dos resíduos no aterro controlado da Ilha Tupinambarana, buscando identificar desmandos relacionados ao tratamento do material descartado e apontar possíveis soluções para o caso, oriundas de uma reflexão crítica acerca do problema e do papel social representado pelos envolvidos com o aterro sanitário da cidade.

### **Enfoque teórico**

A produção de resíduos, apesar de só recentemente estar sendo levada em consideração enquanto problema social grave, preocupa os mais diversos setores ao ser considerada uma prática que causa entraves extremamente negativos à humanidade, dado que sempre representou um caos a ser mitigado e vem sendo observada enquanto mal inerente ao consumo desde a Revolução Industrial no século XVIII.

Em Parintins, há cerca de 20 anos, os resíduos gerados pela população da cidade começaram a ser depositados em um espaço de cerca de 25 hectares, na área periférica da cidade. O local tornou-se, em pouco tempo, um lixão a céu aberto, propício à combustão espontânea e ao grave vazamento de chorume (dejeito líquido proveniente do apodrecimento de lixo orgânico, sobretudo), além de uma infinidade de doenças por conta de diversos materiais jogados sem tratamento, incluindo objetos cirúrgicos e rejeitos hospitalares, entre outros. A continuidade do desmando fez com que a questão passasse a chamar muita atenção do Poder Público local, pois saiu do âmbito micro e ganhou contornos bastante negativos para toda a população da Ilha Tupinambarana.

Em toda parte do mundo, a propaganda comercial de jornais, rádios, televisão e da internet incentiva as pessoas a adquirir vários produtos e a ou eletrodomésticos logo ficam “fora de moda” e se transformam em lixo (CAVINATO, 2006, apud MOURÃO, 2007, p. 11).

As atividades econômicas, em geral, na cidade de Parintins, produzem resíduos em toda a esteira de produção até o produto final. Do mesmo modo e no futuro, o

próprio produto, pelo uso e pela conseqüente depreciação, irá se tornar algo inutilizado. Portanto, nas atividades mais habituais e comuns da vida na Ilha Tupinambarana são produzidos resíduos. E o pior: “na era dos descartáveis as embalagens feitas de alumínio, plásticos ou papel passaram a ser produzidas em larga escala, substituindo recipientes que até pouco tempo eram reutilizáveis (CAVINATO apud MOURÃO, 2007, p. 10).

Durante pelo menos 15 anos, a forma de coleta, disposição e tratamento dos resíduos gerados em Parintins não seguiu qualquer padrão técnico que propiciasse um cuidado adequado, o que veio a ocasionar sérios problemas ao meio ambiente, mal-estar aos moradores circunvizinhos, degradação do solo, contaminação de lençóis freáticos que permeiam a Ilha e especificamente à comunidade acadêmica da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), cujo campi foi construído exatamente ao lado do aterro. Em suma, a situação exemplifica bem a problemática de conflitos locais versus interesses globais e tem norteado o modo de vida da população em geral, indicando que o mal planejamento de obras pelo Poder Público gera preocupação por parte da sociedade (GOTTIENER, 1997; BROWDER e GODFREY, 2006).

Um dos graves problemas relacionados aos resíduos em Parintins não chega a ser propriamente direcionado à coleta do material, mas sim ao destino desses resíduos, pois na cidade não há coleta seletiva, o que seria uma forma de conseguir reduzir a grande quantidade de material que prejudica o meio ambiente, a estética do local, a forma de vida da população, as águas para o consumo e a saúde, dentre diversos outros problemas gerados.

O lixo, além de efeitos indesejáveis, como o odor desagradável, intoxicação devido aos resíduos industriais e prejuízo à estética das paisagens, pode favorecer o surgimento de animais transmissores de doenças ao homem. Os principais animais que frequentam o lixo e podem ser vetores de doenças ao homem são: moscas, mosquitos, baratas, formigas, roedores, suínos, cães, gatos e aves, dentre o urubu (LIMA apud MOURÃO, 2007, p. 28).

Desse modo, se faz necessária uma observação, análise e descrição aprofundada no que diz respeito a todo o processo que concerne a lixeira pública do município de Parintins, em razão de se buscar entender sua gênese e os respectivos desdobramentos do problema, e com isso conseguir chegar a apontar possíveis soluções ao entrave ora pesquisado.

## **Metodologia**

### **Local**

O município de Parintins dista 375 km da capital amazonense, localizando próximo à divisa com o Estado do Pará, em uma região conhecida como Baixo Amazonas, na Amazônia Brasileira. Na sede municipal, residem aproximadamente 90 mil pessoas e cerca de 70% da população parintinense compõem-se de pessoas de baixa renda e escolaridade.

### **Instrumentos**

O problema da lixeira pública de Parintins foi investigado a partir de uma metodologia etnográfica, mediante anotações feitas em diário de campo. Foi feita observação, análise e descrição geográfica da lixeira a partir de uma observação participante, fincada na interpretação do contexto social em que são feitos os depósitos e tratamentos dos resíduos coletados.

### **Amostra**

Por meio de perguntas semi-estruturadas, anotadas no mesmo instante em que emergiram a partir dos entrevistados, foram contatados cinco moradores que vivem intensamente os problemas ocasionados pela lixeira pública desde sua construção, sendo que eles permanecem atualmente vivendo na área de influência do atual aterro controlado. Foram entrevistadas pessoas que atuam na administração pública do município, sendo elas: a) o responsável pela organização e fiscalização da lixeira; b) o subsecretário do Meio Ambiente; c) o administrador do aeroporto Júlio Belém e d) e coordenadores dos hospitais da cidade.

### **Procedimentos de coleta**

Na entrevista, houve os seguintes passos: (1) o entrevistador se apresentava e explicava à pessoa o objetivo da pesquisa; (2) havia uma breve conversação sobre a lixeira pública de Parintins; (3) o entrevistador verificava se o participante podia ser enquadrado na amostra delineada no estudo e, em caso positivo, perguntava se ele aceitaria ser entrevistado. Ao aceite, começava a ser registrada a entrevista; (4) por fim, o entrevistador pedia para o participante apontar uma pessoa que ele conhecia e que poderia integrar a amostra em seguida (*snow ball sampling*). Foram feitos registros fotográficos do aterro e dos entrevistados. Procurou-se mostrar as implicações da

localidade na vida da população após duas décadas de desmandos referentes ao descarte e disposição de resíduos na cidade de Parintins.

### **Procedimentos de análise**

O tratamento dos dados foi feito por meio de uma sistemática hermenêutica de avaliação, em que os sentidos das falas foram percebidos a partir dos significados que eles emitem (DELEUZE e GUATTARI, 1997).

Levando em consideração o contexto social dos moradores do entorno do aterro, repetições manifestas e latentes de falas e gestos foram levadas em consideração de modo geral, tanto pelos entrevistados que habitam as adjacências da localidade quanto por parte dos administradores públicos contatados, dado que, a partir das frequências das co-ocorrências, posições individuais em relação ao problema foram observadas na pesquisa e correlacionadas ao problema evidenciado.

### **Resultados e discussão**

No local, foi possível observar a presença de catadores, crianças e outros servidores da Tercom, Terraplanagem Ltda., empresa responsável pela compactação do lixo, e da Paris Limpa, empresa responsável pela coleta. Segundo o responsável pela organização e administração do aterro (funcionário público), está em trâmite um projeto para cercar o perímetro da localidade, a fim de evitar a entrada de pessoas não autorizadas e principalmente menores de idade, uma vez que a presença destes últimos traz uma problemática a qual envolve alguns órgãos, dentre eles o Conselho Tutelar. Ele expôs que o melhor lugar para a possível transferência do aterro é a gleba de Vila Amazônia, distrito rural do município de Parintins.

Enquanto o aterro permanece no local, para amenizar o odor e a presença de aves, os resíduos estão sendo cobertos por areia. Quanto ao descarte hospitalar, estão sendo criadas valas para o depósito deste, com o objetivo de minimizar o contato direto com o descarte doméstico e o risco que pode causar aos catadores e servidores locais.

Moradores do bairro adjacente ao aterro relataram grande insatisfação em razão das providências que ainda não foram tomadas pelo Poder Público. Ressaltaram que na época das chuvas o odor proveniente do chorume aumenta, além do inconveniente da presença de insetos, do mal cheiro e também da inundação das casas do entorno mais próximo ao aterro por causa do acúmulo de resíduos. Foi ressaltado ainda que uma

possível solução para o problema seria o deslocamento do aterro para um lugar mais distante da cidade, o que vem ao encontro de uma questão já amplamente debatida em Parintins: o fato do aterro estar em lugar inadequado e a disposição dos resíduos ser feita sem o devido tratamento ou a partir de um tratamento fora das normas técnicas mínimas exigidas em área urbana, o que só reafirma a construção de uma paisagem que não condiz com o meio ambiente saudável e sim com um cenário de degradação, causando problemas irreversíveis se os cuidados devidos não forem tomados em tempo.

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso como do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (C.F/88 – art. 225 apud MOURÃO, 2007, p. 22).

O subsecretário de Meio Ambiente de Parintins expôs a necessidade de conscientização ambiental da população, visando mostrar que a questão dos resíduos, além de dizer respeito ao Poder Público, precisa ser pensada sobretudo pelos moradores no ato do consumo e do descarte. Esclareceu também que foi realizado um estudo por geólogos da empresa CPRM (Companhia Brasileira de Prospecção de Recursos Minerais) no qual foi constatado que o lençol freático que abastece os poços do município não estão sendo atingidos atualmente pelo chorume proveniente do aterro, devido os resíduos do lixo serem direcionados a um outro lençol que escoia diretamente para o rio. No entanto, pode-se perceber que há uma contradição entre os discursos do responsável pela lixeira e do subsecretário de Meio Ambiente. Logo, tornando de difícil compreensão uma possível localização para um novo aterro, mais amplo e melhorado.

Ao contrário dos discursos apresentados pelos responsáveis pela lixeira, a problemática traz em seu contexto um perigo iminente a todos que habitam ou chegam à ilha Tupinambarana. Um desdobramento dessa ordem tem reflexos negativos, como na criação de problemas ambientais e também envolvendo o segmento da saúde pública do município. É importante lembrar que estudos técnicos já foram feitos, mas que de nada adiantaram pois o legislativo parintinense tem sido ausente e descomprometido diante da população, no sentido de demonstrar uma maior preocupação com a problemática e com isso agir para que o problema não se arraste, colocando em risco a saúde coletiva.



Na lixeira verificou-se a presença de carcaças de animais descartados pelo matadouro municipal. A prefeitura mantém dois funcionários na lixeira, cujo isolamento restringe-se a uma cerca de arame farpado e que facilmente pode ser ultrapassada por catadores. Foram encontrados catadores que coletam diversos materiais recicláveis, tais como, baterias, papel/papelão, alumínio, vidros e ferro, os quais são descartados juntamente com o lixo úmido, sólidos orgânicos (SALGADO apud MOURÃO, 2007, p. 3).

Outro fator que tem gerado polêmica e afetado diversos setores no município é a grande concentração de aves próximo ao aeroporto, por conta do depósito de dejetos em torno deste. Segundo o administrador do aeroporto Júlio Belém, esses problemas são causados pela má localização do aterro, pois de acordo com a legislação da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) eles devem estar a no mínimo 13 quilômetros de distância de qualquer aeródromo, mas não é isso que ocorre em Parintins. O aterro, além de estar na direção da pista dos aviões, tem uma distância de apenas 3,5 quilômetros do aeroporto. Devido à problemática, o aeroporto está interditado durante todo o dia desde 2010, com o horário de funcionamento somente no turno noturno, o que implica no transporte dos correios, no abastecimento do capital financeiro dos bancos da cidade, no transporte de pacientes em estado grave, na entrada e saída de turistas e em outros casos específicos.

### **Conclusão**

Há cerca de 20 anos, a localidade que serve como depósito de dejetos em Parintins vem sendo alimentada por resíduos sem tratamento adequado e permanece no local onde foi iniciada, com pouquíssimo planejamento técnico especializado. Hoje, faz-se necessária uma ação mais enfática do Poder Público para mitigar os efeitos do aterro, bem como um trabalho massivo de conscientização da população moradora do entorno quanto ao consumo exagerado e a produção em escala de resíduos não degradáveis.

Estudos e ações foram encaminhados pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e Universidade Federal do Amazonas (Ufam), por meio do Ministério Público Federal, e hoje tramitam no bojo do Judiciário. É preciso, porém, para além das ações legais que podem ser tomadas no sentido de melhorar as condições da população das adjacências do aterro, educar a coletividade para que alguma consciência acerca do problema seja suscitada às pessoas. A deseducação, nesse sentido, é um fator

competitivo que impede a concretização das melhorias (já lentas e ínfimas) possíveis de serem tomadas.

A partir das informações levantadas foi perceptível o elevado grau de abrangência da problemática. Ela tem afetado a população em seus mais diversos setores sociais, e principalmente causado atraso no desenvolvimento da cidade.

### **Referências**

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2006.

DELEUZE, Giles, GUATTARI, Félix. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1, 2, 3,4, 5. São Paulo, Editora 34, 1997.

GOTTIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

MOURÃO, João Cabral. *O lixo urbano: O caso da lixeira pública de Parintins – Problemas ambientais e jurídicos que permeiam a questão*. Monografia apresentada à Universidade estadual do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins, como requisito para obtenção do Grau de Bacharéu em Direito. 2007.

## QUESTÕES AGRÁRIAS EM PARINTINS NOS JORNAIS NOVO HORIZONTE E PLANTÃO POPULAR

Rafael Bellan Rodrigues de Souza<sup>1</sup>, Helder Ronan de Souza Mourão<sup>2</sup>, Tuanny da Glória Dutra<sup>3</sup>

### Resumo

O trabalho analisa a questão agrária presente em dois jornais locais, pois notou-se clara parcialidade no tema. O objetivo é entender esse tipo de enquadramento partindo da ideia de que há estreita relação entre os jornais e a ordem política, criminalizando os movimentos sociais. O estudo baseia-se na análise de enquadramento e discurso (textual e visual) entendendo o jornalismo como forma de conhecimento. Assim percebeu-se um maniqueísmo na relação entre movimento social e a ordem política, direcionando o enquadramento das fontes para o movimento social/bandido e a força policial/ordem pública heróis da situação.

**Palavras chave:** Ocupação; Invasão; Enquadramento social; Questão agrária.

### Jornal Novo Horizonte

Da cobertura do jornal Novo Horizonte duas edições foram analisadas, a de 17 a 23 de Setembro e a de 24 a 30 de Setembro, pois nessas duas edições está claro o posicionamento do veículo diante do tema, além de que na segunda edição a matéria é um *suite* das da primeira.

O enquadramento do texto toma um posicionamento firme e claramente tendencioso, sem mostrar de forma mais ampla o fato ao não buscar uma visão alternativa ou mesmo a voz dos sujeitos envolvidos no fato.

o enquadramento do texto analisado, coloca em primeiro plano o que se acredita (...) ser um dos efeitos da recepção de matérias jornalísticas, ou seja, a construção de hábitos de pensamento e visões de mundo nos quais certos problemas têm mais proeminência e são explicados de determinadas maneiras, ao passo que outras questões tendem a ganhar menor projeção ou não conseguem ser apreciadas de formas distintas. (ROTHBERG in CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 63)

Algumas informações são incisivas e até opinativas<sup>4</sup>, o posicionamento ideológico é reconhecido, principalmente quando algumas acusações da capa do periódico não são confirmadas, como a relação dos mentores da ocupação (chamada de invasão) com outra recente ocupação (também conceituada como invasão pelo jornal),

---

<sup>1</sup> Orientador do trabalho e professor assistente do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Acadêmico de Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

<sup>3</sup> Acadêmica de Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

<sup>4</sup> Lembrando que essa análise deu-se em textos informativos.

sem uma análise ou mesmo a busca de entendimento e apuração sobre os conflitos agrários no Brasil e em Parintins, tema da atualidade.

O jornal traz ainda a informação de que o futuro bairro já teria nome, Bairro da Paz, e faz uma alegação de que esse processo se deu em função da aproximação do ano político, duas informações que não foram confirmadas, nem pelas autoridades responsáveis e nem pelos participantes do movimento, mostrando novamente um problema de apuração jornalística.

Dentro do jornal há três questões que solidificam a ideologia do enquadramento do texto. O primeiro é a criminalização do movimento sem buscar entender as causas e as necessidades da ocupação. Não há uma contextualização sobre as ocupações no Brasil<sup>5</sup> ou sobre os problemas agrários de Parintins. E por último, duas fontes foram usadas, uma que não quis se identificar apenas reitera que o movimento é organizado e a outra criminaliza as pessoas, pois é um atingido pela situação. Assim é perceptível que o jornal teve acesso aos ocupantes, mas não deu voz a eles, além de dar relevância à um sujeito do qual já se sabia a opinião, fato comum, pois quando o jornalista quer falar algo, mas não pode, em função da sua limitação estilística do texto informativo, joga a fonte premeditando o enquadramento.

No aspecto da visualidade, a primeira edição traz na sua capa duas formas de relevância à abordagem dada ao tema. A primeira é a escolha do título, “Invasores de Terra”, em maiúsculas e em tamanho grande, equivalente a uma fonte de tamanho 140. A fonte também foi uma escolha do escritor, que usou a *Impact*, fonte usada para trazer impacto ao leitor, característica de espetáculo. Na comunicação, diz Hernandez (2006) “O tamanho do corpo da letra relaciona-se com a altura da voz, que, por sua vez, representa um tipo de valorização da notícia.” (p.210).

A outra relevância é a fotografia, que se apresenta cobrindo mais da metade da capa do jornal, de forma que seja impossível de o leitor não atentar a ela. Sabemos que “... a busca por um discurso visual plástico (...) é uma coerção cada vez mais forte para obter adesão à leitura e chamar atenção para as próprias publicações...” (HERNANDES, 2006, p. 215).

A notícia propriamente dita, dentro do jornal, traz semelhantes características. Título em negrito, representando seriedade e a foto espaçosa. Nesse caso a expressão de uma fotografia grande traz uma relação de afirmação do texto e vice-versa. A foto é uma ilustração do local, mas com a leitura do enquadramento do texto a foto passa a ter as características dessa abordagem, simplesmente pelo fato de acompanhá-lo, apesar de nesse caso não demonstrar informações estéticas desse enquadramento.

---

<sup>5</sup> Caso do qual se tem bastante informação, pois o MST tem um trabalho de mais de 10 anos.

Na segunda edição analisada, o tema teve menor relevância por ser um *suite* da edição anterior. Novas informações são adicionadas, mas as lacunas ainda não são preenchidas. O texto da capa se põe a noticiar uma ação judicial para a retirada dos ocupantes. Mais um termo é colocado no agendamento da notícia, “indústria das invasões”, relacionando novamente que há ligação entre as invasões e a política em Parintins, que como dito antes, não foi confirmado.

No texto da notícia, há uma complementação da edição anterior. Nesta o jornal diz que há ligação entre essa ocupação e outra recente. O jornal adiciona outras ocupações antigas nesse processo de “indústria das invasões” sem fontes ou referências dessa ligação.

O direcionamento da matéria trouxe um maniqueísmo, que era menos evidente na edição anterior, pois os sujeitos da notícia agora são os ocupantes e a justiça, um de cada lado, onde a decisão judicial marca a vitória da justiça sobre os invasores.

O movimento é ainda criminalizado em outra questão, pois ao queimarem mato e derrubarem algumas árvores para o loteamento, estariam praticando crime ambiental, mais uma informação inconsistente e sem fundamentos, pois não são apresentadas informações oficiais sobre isso e nem sobre a legislação ambiental.

Nessa edição, em dois momentos o movimento é denominado ocupação, porém apenas como estratégia estética para retomada textual que não use o mesmo termo para definir a mesma coisa.

A questão visual dessa edição é mais fraca também, traz apenas os títulos em negrito e as fotos em tamanho médio. Dessa forma a segunda edição é apenas uma abordagem de uma especificidade da primeira, mas com o mesmo enquadramento e informações extras de apenas uma voz, que ainda não é a dos sujeitos do fato.

A cobertura desse veículo mostrou características claramente parciais, com pouca exploração do tema num âmbito mais amplo e com informações inconsistentes que mesmo noticiadas não foram confirmadas posteriormente.

A comunicação está no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe. Portanto, está no âmago da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana (GENRO FILHO, 1987. p. 126)

Ao abordar de uma única forma um tema e sem a devida precisão técnica de apuração jornalística que se baseia na teoria, há então uma disfunção da práxis da comunicação. A síntese do enquadramento desse produto explorou as singularidades da notícia, sem buscar as particularidades do fato em si, quebrando o eixo da pirâmide jornalística<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Pirâmide teorizada por GENRO FILHO (1987).

### **Jornal Plantão Popular**

Do jornal Plantão Popular, duas edições também foram analisadas, respectivamente dos dias 20 e 21 de Setembro, sendo a segunda um *suite* da primeira. O diferencial desse veículo é sua forma menor, a do tabloide, mas que esteve na mesma linha do outro produto aqui analisado.

A publicação do dia 20 é focada na questão da retirada dos invasores pela PM sobre mandado da justiça. O jornal não cita nenhuma fonte oficial, cita apenas o nome de alguns “invasores” que negam a existência de líderes do movimento.

No jornalismo, construir sentido é reduzir incertezas. Porque a realidade não pode ser contada aos outros por inteiro, noticiar é selecionar fatos para organizar um sentido. (PEREIRA JR, 2006, p. 70)

Se não foram citadas fontes, só podemos entender que não as incertezas não foram reduzidas e a realidade não foi contada como Pereira Jr diz. Sem uma organização de sentido, a notícia é feita por achismo, como nesse caso.

Não há como analisar de forma intensa o discurso gráfico desse periódico, como no outro aqui analisado por este ser um jornal de uma única folha em A3, este é um jornal mais simples e com menos peso gráfico. O discurso gráfico resume-se à foto de ilustração com os assentamentos e na diferenciação do tamanho do título que veio em negrito.

Observa-se que o jornal enquadrou negativamente o movimento, expondo que eles não têm chance de conseguir um pedaço de terra, colocando em destaque a ação da justiça.

Na tentativa de parecer imparcial diante do fato, o jornal publicou outra notícia ao lado da primeira relatando o motivo de uma pessoa para participar da invasão, buscando a noção de equilíbrio, porém o movimento tem notoriamente menos espaço no jornal. Segundo Hernandez (2006) “... Dar mais espaço valoriza. Dar menos espaço desvaloriza...”. O lugar da notícia, superior e a direita é o espaço de menor atenção num jornal é o espaço morto da atenção do leitor.

O mesmo recurso usado no jornal Novo Horizonte é usado aqui, o medo. O jornal mostra a eficiência dos militares que permaneceram na área invadida contendo algumas pessoas que tentaram voltar para o local.

No dia seguinte, a abordagem sobre o tema foi exclusivamente direcionada para o pensamento do promotor de justiça, buscando uma pequena reflexão sobre o problema da urbanização na cidade, porém se explorar as potencialidade e necessidades do movimento. Observa-se a total parcialidade do jornal que usou somente da fala do promotor transformando a notícia em texto opinativo. Com isso ficou a defesa de um

enquadramento oficialista, onde o a fala do movimento não tem importância e a do promotor de justiça é válida e aceita sem restrições.

O veículo citou ainda a fala do promotor que chamou o movimento de fruto de aproveitadores. O jornal não procurou investigar sobre essa questão de possíveis líderes do movimento, pois o promotor continua se referindo a mandantes não confirmados.

O jornal usou somente de uma fonte, mostrou um lado da história, não investigou acusações. Enfim, o que se vê é a total parcialidade dos jornais com o poder público. Ao contrário do que Hernandez (2006) diz sobre o jornalismo, pois para ele há uma espécie de contrato do jornal com o público em “dizer a verdade”, ‘separar fatos de opiniões e interpretações’, ‘ser objetivo e imparcial nos relatos’, ‘mostrar a realidade’ (que) são cláusulas centrais no contrato do jornal com seu público”. (p.18)

### **Considerações finais**

Por fim, a cidade tem reproduzido algo comum na mídia nacional. A criminalização dos movimentos sociais e a falta de exploração mais aprofundada e apurada das causas e consequências dos problemas urbanísticos e agrários no Brasil. Longe de um simples erro ou falta de apuração, essa posição é política e comum na mídia brasileira. O atrelamento entre mídia e política é notório, o que fez com que movimentos sociais como o MST precisem criar seus próprios canais de informação.

Jornais de referência em qualidade e produção, também partem desse enquadramento buscando explorar o pitoresco e uma ação sem motivos como “o fato”, deixando de lado as vozes dos sujeitos do processo. O objetivo é esconder os problemas e com isso reproduzir ideias errôneas sobre os movimentos e suas intenções, assim mante-se o velho *status quo*.

### **Referências**

CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). Vitrine e vitraço: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom. 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: Por uma teoria Marxista do Jornalismo. Rio Grande do Sul. Tchê. 1987.

HERNANDEZ, Nilton. A mídia e seus truques: O que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. Métodos de Investigação na Imprensa. Petrópolis, RJ. Vozes, 2006.

# RELACIÓN ENTRE LAS VARIABLES DASOMÉTRICAS Y LOS VALORES DEL ÍNDICE DE REFLECTANCIA EN EL BOSQUE VARILLAL DE NINARUMI, IQUITOS, PERÚ

Avalos Tello, Héctor Arturo, Ruiz Manrique, Juan José<sup>1</sup>

## Resumen

El estudio se realizó dentro del límite FUNDO UNAP, en los bosques de la Facultad de Farmacia y Bioquímica (FFB) de la Universidad Nacional de la Amazonía Peruana (UNAP), que se encuentra ubicado en el pueblo de Ninarumi, distrito de San Juan Bautista, provincia Maynas, departamento de Loreto. El objetivo del estudio fue determinar si existe relación entre las variables dasométricas y los valores del índice de Reflectancia en el bosque varillal de Ninarumi. La muestra estuvo conformada por seis claros correspondientes a cada pixel y se evaluó la regeneración natural de las especies forestales en relación con el índice de reflectancia. Se establecieron parcelas de 10 x 10 m. para fustales y sub parcelas de 5 x 5 m. para latizales y 2 x 2 m. para brinzales, denominándolos 1, 2 y 3 respectivamente, se tomó como punto inicio el centro del claro y teniendo como base la imagen de satélite de Landsat. Se registraron 13 especies, agrupadas en 16 géneros y 13 familias botánicas. *Macrobium stenocladum* fue la especie con mayor número de individuos (100,00 ind/ha); mientras que menor número presentaron *Brosimum sp*, *Caraipa grandifolia*, *Inga tomentosa*, *Licania heteromorpha*, *Pouteria guianensis*, *Vatairea guianensis* y *Xylopia aromatica* con 16,66 ind/ha. Las especies más importantes del área de estudio, fueron *Macrobium stenocladum* (16.66%), *Nealchornea yapurensis* y *Ocotea amazónica* con 11,11% respectivamente. Estas variables dasométricas con respecto al índice de reflectancia, se tomó las características espectrales de los puntos 1, 2 y 3, conseguidos de las “principales características y aplicaciones de las bandas TM y ETM de los satélites LANDSAT 5 y 7”. Para este estudio solo se utilizó las bandas 3, 4 y 5 los cuales representan un componente natural específico de reflectancia que éste mide, teniendo como resultado: banda 3: del punto uno y dos tiene un valor de reflectancia de 6%, lo cual indica que la vegetación emite esta cantidad porcentuada, por la acción del rebote de energía; y por ende, absorbe el 94% de la energía impactada en ella para su posterior metabolismo, en el tercer punto aumenta en una unidad la emisión de energía al espacio (7%) y el 93% la absorción del mismo. La banda 4: el valor de reflectancia es diferente, de 80%, 98% y 92% en los tres puntos respectivamente, esto demuestra que los cuerpos de agua de la zona emiten gran cantidad de la energía, ya que según sus características actúan como espejo ante las radiaciones por emisión de energía, en cuanto a la absorción de energía varía entre ellas 20%, 02% y 08% respectivamente en los tres puntos de muestreo. y la banda 5: el valor de reflectancia es muy parejo, de 24%, 26% y 27% en los tres puntos respectivamente, demostrando de esta manera que los vegetales sintetizan la energía solar para su metabolismo, fotosíntesis y su manifestación en la evapotranspiración al existir humedad; también existe capacidad de absorción en los vegetales en 76%, 74% y 73% correspondientes a los tres puntos de muestreo.

**Palabras claves:** Variables dasométricas; Índice de Reflectancia; Regeneración natural.

---

<sup>1</sup> Universidad Nacional de la Amazonia Peruana



## **Introducción**

El impacto de los claros es notable, que produce un efecto que expresa destrucción del bosque de manera localizada, pero reversible de tal manera que rápidamente puede asimilarse por el entorno debido al normal funcionamiento de los procesos naturales de la sucesión ecológica, haciendo que las plántulas de todos los tamaños emerjan asegurando su crecimiento y sobrevivencia.

Las medidas de reflectancia revelan el contenido mineral de las rocas, la humedad del suelo, la salud de la vegetación, la composición física de los edificios y miles de otros detalles invisibles al ojo humano. Es lo que se denomina contenido espectral de la imagen de satélite. Tal información espectral es visible para el sensor digital debido a la reflectancia de energía que éste mide.

La finalidad de este estudio es evaluar los claros de los bosques que se encuentran en el FUNDO UNAP, que son producto de la extracción selectiva y caída natural de los árboles, tanto por la actividad del poblador aledaño a la zona, como por acción de los fuertes vientos (BLOWDOWN). Estas áreas (claros) son importantes para la utilización forestal, para la protección, conservación y más que nada a nivel científico, ya que su estudio brindará información sobre la sucesión natural de un bosque, y la dinámica de los bosques. El objetivo principal de este estudio fue: Determinar si existe relación entre las variables dasométricas y los valores del Índice de Reflectancia.

## **Revisión Bibliográfica (formación de claro)**

Con una frecuencia mucho mayor la formación de claros productos de la acción antrópica, específicamente los producidos por la extracción selectiva de árboles (explotación forestal) donde en la dinámica sucesional iniciada, intervienen una combinación de factores tanto endógenos como exógenos a la comunidad (Brenes, 1990).

En este proceso se presentan diversos tipos de especies como las pioneras que están restringidas a grandes claros, y otros grupos de especies que pueden sobrevivir como plántulas suprimidas en el bosque cerrado hasta la formación de un nuevo claro, iniciando aparentemente un crecimiento acelerado; en conjunto permite la rápida recuperación del bosque con especies jóvenes y vigorosas (Alegría, M. W, et all. 2010).

## **Regeneración Natural**

La regeneración natural del bosque continúa siendo el método más deseable de manejo es pues la sustentabilidad concebida para mantener la producción maderera y para proteger a la vez la ecología del bosque tropical (Synnott, 1991).

Según Leaña (1998). La regeneración natural son todos los individuos comprendidos entre 0,1 metros de altura y 9,9 cm de DAP. Manta (1989), considera a partir de 0,3 metros de altura hasta 39,9 cm de DAP, agregando que la regeneración natural la conforman todos aquellos individuos arbóreos menores de 40 cm DAP, que pueden remplazar a los árboles maduros después del aprovechamiento.

## **Materiales y Metodos**

### **Materiales de campo**

01 GPS y 2 pilas alcalinas AA (Ubicación de los puntos); 01 Brújula (Para orientación rumbo y azimut); 01 Libreta de campo (Para registrar los datos); 01 Forcipula (medición del DAP de las especies); 02 Lápices (transcribir datos); (1) Wincha de 50 m (para medir las distancias de las fajas dentro de la parcela); 01 Machete (Para la apertura de trochas); 01 Bota de jebe.

### **Materiales de Gabinete**

01 Equipo de cómputo equipada con programas de texto (Microsoft Word) y hojas de cálculo (Microsoft Excel); Programas de elaboración de mapas: Arcview 3.3; 01 Impresora; Papel bond A4.

### **Método**

#### **Ubicación del área de investigación**

El presente estudio se realizó dentro del límite FUNDO UNAP, en los alrededores de la Facultad de Farmacia y Bioquímica, de la localidad del pueblo de Ninarumi.

#### **Establecimiento y evaluación de las parcelas**

Para evaluar la abundancia de la regeneración natural en claros, se establecieron seis parcelas de 10 x 10 m. y dos sub parcelas al interior de 5 x 5 m. y 2 x 2 m. al cual se los denominó fustales, latizales y brinzales, también catalogados 1, 2 y 3 respectivamente. La población de estudio estuvo conformada por todas las especies forestales internas en los claros de los bosques de varillal de la Facultad de Farmacia y

Bioquímica (FFB) del pueblo de Nina Rumi y la muestra estuvo constituida por la regeneración natural de las especies forestales en el interior de las parcelas; evaluando de esta manera seis parcelas de 100 m<sup>2</sup>, seis de 25 m<sup>2</sup> y seis de 4 m<sup>2</sup>.

Según lo sugerido por Synnott (1986), la evaluación de regeneración natural en los claros, se basa en el siguiente criterio: Los fustales árboles cm. DAP mayor o igual a 10 cm., fueron registrados en parcelas de 100 m<sup>2</sup>; los latizales, individuos entre 1.5 m. altura y DAP menores de 10 cm., en parcelas de 25 m<sup>2</sup> y los brinzales, plantas entre 0.3 y 1. m. de altura en parcelas de 4 m<sup>2</sup>. Con el paso del tiempo se puede observar una regeneración natural muy heterogénea en altura que es necesario estratificarla.

### **Conclusiones**

Se registraron 13 especies, agrupadas en 16 géneros y 13 familias botánicas.

Las familias más predominantes en las seis parcelas fueron: fabaceae (11 individuos); euphorbiaceae y lauraceae (4 individuos cada uno).

La banda 3 del primer y segundo claro evaluado cuyo valor de reflectancia es 6%, indica lo que la vegetación emite por la acción del rebote de energía; y por ende, absorbe el 94 % de la energía impactada en ella para su posterior metabolismo. En el tercer punto la emisión de energía al espacio es 7% y el 93% restante lo absorbe.

En la banda 4 el valor de reflectancia es 80%, 98% y 92% en los tres puntos respectivamente, lo cual demuestra que los cuerpos de agua de la zona emiten gran cantidad de energía, porque según sus características actúan como espejo ante las radiaciones. En cuanto a la absorción de energía varía entre ellas 20%, 02% y 08% respectivamente en los tres puntos de muestreo.

La banda 5 muestra un valor de reflectancia de 24%, 26% y 27% en los tres puntos, manifestando así que los vegetales sintetizan la energía solar para su metabolismo, fotosíntesis y su manifestación en la evapotranspiración al existir humedad; la capacidad de absorción en los vegetales es 76%, 74% y 73% respectivamente a los tres puntos de muestreo.

### **Referencias**

ALEGRÍA, M. W; TELLO, E. R; PANDURO, del A. M; ÁLVAREZ, V. L; MACEDO, B. L. A; ROJAS, T. R; RAMIREZ, A. F. F; BARBAGELATA, R. N; ENCINAS, M. V. 2010. Dinámica de la regeneración natural en claros y frecuencia de claros en bosque de terraza baja, Iquitos-Perú. 56 pp.

BRENES, G. (1990). Parcelas de muestreo permanente, una herramienta de Investigación de nuestros bosques. Programa de restauración y 56 selvicultura del Bosque Seco. Notas del Curso de Silvicultura de bosque natural.

FERREIRA, O. (1995). Manual de ordenación de bosques. Siguatepeque, Honduras.1-128p.

FREDERICKSEN, T.; F. Contreras Y W. Pariona. (2001). Guía de silvicultura para bosques tropicales de Bolivia. BOLFOR. Santa Cruz, Bolivia. 1-81p.

LEAÑO, C. (1998). Monitoreo de parcelas permanentes de medición en el bosque Chimanes. Santa Cruz, Bolivia. Proyecto de Manejo Forestal Sostenible. BOLFOR. Documento Técnico 67/1998.

SYNNOTT, T. J. (1991). Manual de procedimientos de parcelas permanentes para bosque húmedo tropical. Instituto Tecnológico de Costa Rica. Departamento de Ingeniería Forestal. Cartago – Costa Rica. Serie de apoyo académico .12:1-103 p.

TELLO, E. R. 2008. Estructura, composición, crecimiento y potencial del bosque aluvial del río Nanay, Iquitos-Perú, con fines de manejo sostenible 2007- 2008. Tesis Doctorado. Universidad Nacional de Trujillo. 1-115 p.

# A CRIANÇA, A NATUREZA E A SOCIEDADE: REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICA ESCOLAR

Daniele Barros Furtado<sup>1</sup>, Arlene Araújo Nogueira<sup>2</sup>

## Resumo

Este texto relata uma experiência de trabalho de campo realizado no primeiro semestre de 2010 no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, como parte da disciplina A criança, a natureza e a sociedade, em seis Centros de Educação Infantil no município de Manaus-AM, e teve como objetivo verificar a presença do eixo Natureza e Sociedade no âmbito escolar. Aborda, num primeiro momento, as concepções do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI sobre o referido eixo, que se constitui em uma das linguagens da Educação Infantil. Em seguida, descreve o relato de uma visita feita a um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, utilizando, para a coleta de dados, a observação e a entrevista. A partir desse trabalho, foi possível compreender como a criança se apropria dos conhecimentos sobre a natureza e a sociedade, bem como estabelecer relações sobre as orientações didáticas propostas pelo RCNEI e o que se vem praticando nas salas de Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Natureza e sociedade; Educação infantil; Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

## Introdução

O presente texto visa propor uma reflexão sobre o ensino do eixo Natureza e Sociedade, a partir da leitura do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI, e da visita a um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI. O RCNEI é parte integrante da série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, a fim de colaborar para a prática pedagógica nesta etapa da educação básica, apontando objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam com crianças de zero a seis anos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N. 9.394/96, a educação para essa primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Para garantir uma educação de qualidade para a criança desta faixa etária, a instituição de Educação Infantil precisa reconhecer essa criança como sujeito social, participativo, histórico e produtor de

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Mestre em educação e professora assistente do departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (Faced/Ufam).

cultura, preparando-lhe um espaço limpo e organizado, de modo a ajudá-la no seu desenvolvimento e aprendizagem.

Por meio do trabalho com o eixo Natureza e Sociedade, as crianças podem ampliar sua visão sobre o mundo que as cerca, construindo conhecimentos práticos sobre seu cotidiano e suas regularidades, buscando explicações e reconstruindo sua forma de pensar e ver os fenômenos sociais e naturais.

### **Um olhar sobre o eixo natureza e sociedade**

Inicialmente, o Referencial aponta alguns equívocos na forma de trabalho com o eixo Natureza e Sociedade na maioria das instituições de Educação Infantil, que o encaram como um preparatório para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, aponta que as instituições restringem os conteúdos às datas comemorativas. O documento orienta que o trabalho com o referido eixo deve contemplar as Ciências Humanas e Naturais, de modo a ampliar, na criança, a construção de conhecimentos diversificados sobre o meio social e natural.

A criança é um ser social e seu desenvolvimento acontece nas interações. Sendo assim, é de suma importância sua interação com o meio social e a construção do conhecimento com o outro. A partir da observação e exploração do meio, gradualmente as crianças vão construindo as primeiras noções a respeito das pessoas, do seu grupo social e das relações humanas, como destaca o documento: “A observação e a exploração do meio constituem-se duas das principais possibilidades de aprendizagem das crianças desta faixa etária” (BRASIL, 1998, p. 178).

O Referencial não descarta o conhecimento de senso comum da criança, o qual o professor poderá fazer uso para dar início ao trabalho pedagógico e, posteriormente, os conceitos científicos de acordo com cada etapa de desenvolvimento, pois, dessa forma, gradativamente ela vai assimilando tais conceitos.

Ao acompanhar como a rotina dos fatos acontece, a criança passa a perceber os fenômenos sociais e naturais, gerando curiosidade para entender como isso ocorre. Essas experiências cotidianas fazem com que as crianças reconstruam seus conhecimentos, ocorrendo mudanças significativas na sua aprendizagem e na sua forma de ver o mundo, já que estas possuem uma concepção mais geral dos objetos, seres e fenômenos. Dessa forma, a aprendizagem realizar-se-á de forma contextualizada.

As orientações didáticas indicadas pelo Referencial propõem a observação e a exploração do meio e dos seres, a realização de projetos, o uso de brincadeiras e jogos, músicas e danças culturais. Essas atividades, se bem planejadas, enriquecerão a forma de trabalho do professor e despertarão um grande interesse dos pequenos pelas aulas das Ciências Humanas e Naturais.

Como sugestão de recursos para o trabalho pedagógico, o documento sugere a utilização de filmes, revistas, jornais, relatos de experiências de pessoas da comunidade, materiais que possibilitarão aulas ricas e atrativas. O trabalho com projetos permite a sistematização de temas diversos a serem abordados com as crianças, desenvolvendo as etapas da pesquisa (escolha de tema, problematização, coleta de dados e registro) como sendo uma iniciação a cultura científica: “A elaboração de projetos é, por excelência, a forma de organização didática mais adequada para se trabalhar com este eixo, devido à natureza e à diversidade dos conteúdos que ele oferece e também ao seu caráter interdisciplinar” (Idem, p. 201).

Quanto à organização do espaço, é ressaltada a importância do espaço escolar ser organizado de maneira a possibilitar a autonomia da criança, de modo que tenha acesso e possa manusear os materiais da sala de aula. É fundamental que esse espaço seja organizado com o auxílio da criança e que ela perceba que deve colaborar para a manutenção desse espaço.

As orientações finais do documento para o eixo Natureza e Sociedade, dizem respeito à observação, registro e avaliação formativa do desenvolvimento da criança por parte do professor. É preciso que este esteja atento à realidade de sua turma para elaborar a proposta de conteúdos e de metodologias que irão favorecer a aprendizagem das crianças de forma significativa. Por meio da observação e do registro é possível saber o quanto a criança avançou na sua aprendizagem.

### **Presença do eixo Natureza e Sociedade na sala de aula**

Com o objetivo de observar a presença do eixo Natureza e Sociedade na sala de aula e estabelecer uma comparação entre aquilo que é proposto no Referencial e o que se vem praticando nas instituições de Educação Infantil, foi realizada uma visita a um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI. Para levantamento dos dados, utilizou-se um roteiro de observação previamente elaborado, com questões relativas ao trabalho

com o eixo: decoração da sala de aula; recursos materiais; conteúdos trabalhados; abordagem metodológica e; envolvimento das crianças. Foi também realizada uma entrevista com a professora abordando os aspectos: planejamento; importância atribuída ao eixo Natureza e sociedade; metodologias utilizadas e; utilização do RCNEI.

A observação foi realizada em uma sala do segundo período (05 e 06 anos), onde o tema explorado foi “As formas de transformação e utilização dos recursos naturais”, como parte integrante do projeto Dia Mundial da Água, desenvolvido em toda a escola. Percebemos que o conteúdo trabalhado está contemplado pelo Referencial, no bloco Objetos e processo de transformação. No aspecto decoração da sala foi observado que não existia nenhum cantinho específico para o eixo, justificado pela professora pelo pouco espaço da sala de aula e por esse eixo ser privilegiado no momento da acolhida, que ocorre em outro espaço da escola.

A metodologia utilizada para a abordagem do conteúdo segue as orientações do Referencial, pois a professora utilizou a rodinha de conversa, levantando questões para problematizar o tema e incentivando a construção de hipóteses pelas crianças sobre a importância da água e como evitar o seu desperdício. Segundo o documento,

Por meio de algumas perguntas e da colocação de algumas dúvidas pelo professor, as crianças poderão aprender a observar seu entorno de forma mais intencional e a descrever os elementos que o caracterizam, percebendo múltiplas relações que se estabelecem e que podem, igualmente, ser estabelecidas com outros lugares e tempos (BRASIL, 1998, p.172).

Os recursos didáticos utilizados foram diversos: apresentação de cartazes, vídeo e músicas, o que possibilitou o enriquecimento e a contextualização da temática por meio da observação indireta.

Para a contextualização do conteúdo, a professora aguçou a percepção das crianças, quando as fez perceber as transformações dos estados físicos da água, apresentando-a em todos os seus estados e permitindo que os pequenos participassem da experimentação. As crianças perceberam as diferenças na temperatura e na textura da água. O referencial sugere que as crianças devem ter liberdade para manusear e explorar diferentes tipos de objeto de modo a desenvolver noções relacionadas às suas propriedades e possibilidades de transformação.

Para registrar os conhecimentos adquiridos, a professora solicitou um desenho. As crianças demonstraram bastante interesse e conversaram entre si sobre o que tinham



aprendido, o que confirma que a relação em grupo enriquece o aprendizado “pelo confronto entre suas ideias e as de outras crianças” (BRASIL, 1998, p. 181).

Em entrevista, a professora relatou que geralmente os materiais são confeccionados pelas próprias professoras e quando é preciso utilizar-se de mapas, globos e outros materiais, a escola os empresta de uma escola privada. O RCNEI ressalta a importância do contato das crianças com mapas, globos, entre outros materiais de linguagem gráfica, com o objetivo de reconhecerem a função social atribuída a essas representações.

Quanto à metodologia para o trabalho com o eixo, a professora declarou trabalhar com atividades práticas, observação, experimentação e questionamentos, em concordância com o que propõe o documento nas orientações didáticas.

Por fim, ao indagar a professora sobre a importância do Referencial no trabalho pedagógico, ela confirmou seu valor, ao relatar que faz uso do mesmo ao planejar suas aulas e que, no planejamento do início do ano letivo a escola faz uma adaptação do documento para adequação da realidade local.

### **Considerações finais**

A partir da leitura do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, dos demais textos que contemplam temáticas sobre a criança na Educação Infantil e da observação no CMEI, entendemos que por meio do eixo Natureza e Sociedade a criança começa a ampliar seu conhecimento sobre o mundo, dando-lhe significado. É através do eixo Natureza e Sociedade que a criança percebe os fenômenos, pois passa a observá-los e a criar hipóteses, buscando explicá-los para compreendê-los e representá-los. Durante a visita, pudemos perceber que é possível o desenvolvimento de uma prática significativa, capaz de gerar satisfação para quem ensina e para quem está aprendendo a descobrir como o mundo funciona.

### **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil – Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) comentada e interpretada, artigo por artigo. 3 ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2007.

## A CONTRIBUIÇÃO DO LACRIMA PARA A INTEGRAÇÃO ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO

Rafael Bellan Rodrigues de Souza<sup>1</sup>, Helder Ronan de Souza Mourão<sup>2</sup>

### Resumo

O trabalho visa explicitar o modelo de mídia do Lacrima, expondo sua função de integração através da comunicação. O objetivo principal é o de ampliar a discussão sobre os temas mais correntes na mídia massiva do Amazonas. Esse estudo tem como método a descrição de um projeto que visa criar um canal de participação da sociedade sobre a crítica de mídia. Com isso abre-se um caminho para a participação popular e a discussão dos temas abordados pelas mídias.

**Palavras-chave:** Integração; Comunicação; Participação

### O projeto

O Lacrima (Laboratório de Crítica de Mídia do Amazonas) é um Pibex<sup>3</sup>, projeto de extensão do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas, situado no sítio <http://observandoparintins.blogspot.com>. Primordialmente trata-se de um projeto de crítica de mídia, mas que tem atuado no sentido da integração da sociedade nas questões políticas, ambientais, sociais, econômicas e etc, como canal de participação e discussão desses temas a partir da sua publicação na mídia. Um dos pilares do entendimento do projeto é que

... a cidadania no capitalismo desenvolvido é, via de regra, uma relação histórica real e efetiva. O que é imaginário ou, mais precisamente, jurídico-formal é a igualdade que ela implica. A cidadania burguesa é constituída por relações efetivas entre os indivíduos, cuja base são as necessidades do capital de assalariar e submeter trabalhadores 'livres'. (GENRO FILHO, 1989, p. 99).

Por isso o modelo de integração do projeto é um Observatório de Imprensa, onde não apenas os colaboradores formais do projeto, mas qualquer pessoa que comente e deia sugestões nas reuniões faz parte dessa construção, visando um processo de discussão e ampliação do tema e da abordagem, sugerindo complementos para as notícias. Assim, o resultado é um debate e a criação de filtros sobre o conteúdo da mídia, de forma que o leitor, ouvinte ou telespectador não consuma a informação de forma bruta e passiva.

“Embora servir ao processo formal de ensino aprendizagem não seja o objetivo mais proeminente dos observatórios de imprensa, não há como negar

---

<sup>1</sup> Orientador do trabalho e Professor assistente do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Acadêmico de Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

<sup>3</sup> Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Ufam.

a função educativa que eles realmente desenvolvem.” (SIQUEIRA e ROTHBERG, 2008, p.206).

O entendimento do projeto é que na falta de canais de participação real da sociedade, o projeto possa ser uma via de “rebeldia” através da comunicação. Não há necessidade de ter qualquer tipo de estudo, emprego ou conhecimento específico para entender que um fato ou mesmo uma notícia é um abuso contra a sociedade, com isso o público tem a opção de levantar questionamentos que são construídos na mídia, já que para Wolf (1985) a mídia de certa forma nos empresta conhecimentos, não que ela detenha o poder de fazer-nos pensar de um modo ou outro, mas tem grande influência sobre o que pensamos, e muitas vezes dita através dos seus recortes, como iremos iniciar o pensamento.

Para Gramsci, a hegemonia seria a direção moral e intelectual de uma sociedade, onde a dominação “física” e corpórea é auxiliada pela instauração do consenso. O poder de coesão, conectado ao consenso, constituiria o predomínio de uma visão social de mundo e de convívio social.

O espaço da hegemonia é a sociedade civil, em que os chamados “aparelhos privados de hegemonia” são os responsáveis pela disseminação do pensamento predominante (COUTINHO, 1982). A mídia e seu respectivo controle enquadram-se nessa categoria.

“a mídia situa-se como o principal aparelho de divulgação de ideias e princípios, [SIC!] e por meio da análise de conteúdo dos jornais podemos compreender parte da produção das ideias, concepções e conceitos publicitados nas mídias parintinenses” (MOURÃO, 2011, p. 5).

Assim esses recortes e pensamentos são expandidos para um campo que não precisa da objetividade jornalística do pouco texto, criando um espaço sem limites de tempo ou espaço para a discussão da realidade. Genro Filho (1987) acredita que o espaço da notícia no jornal é o começo do conhecimento e a abertura do horizonte de informações que serão buscadas fora do veículo, já que

“não há como tomar conta de todo o conteúdo de uma disciplina, ou mesmo de um eixo temático na escola. Da mesma forma o jornalismo não dá conta (e nem pretende) de transfigurar toda a realidade social, seja mínima como for o local ou a região de cobertura desse veículo” (MOURÃO, 2011, p. 3).

A mídia de massa em Parintins tem características interessantes, que contribuem para esse direcionamento moral e intelectual. Essa hegemonia tem alcance em todo o

Baixo Amazonas, principalmente pelo Sistema Alvorada de Comunicação, principal veículo de comunicação, ligado à diocese e a ideologia do pensamento cristão.

### **Procedimento do *Lacrima***

O Projeto tem encontros no campus da Ufam nas terças-feiras das 10 às 12 horas. Sob a coordenação do orientador do trabalho são discutidos os temas e abordagens das mídias do Amazonas, principalmente Parintins. Ao encontrarmos algo que precise de uma discussão mais ampla ou que houve preconceito e segregação das fontes, chega-se a um consenso de como trabalhar melhor o tema e dar sugestões. Depois que um dos colaboradores escreve o ensaio<sup>4</sup> ele é enviado ao coordenador do projeto que atua como editor e depois o ensaio é posto no blog.

As observações tendem a procurar estereótipos, prejulgamento dos atores envolvidos, a ausência de explicação das causas e consequências do fato, além de observar qual é o enquadramento predominante na cobertura: oficialista, comercial, cidadania ou outros.

Quando pertinente buscar entender qual o objetivo do enquadramento e analisar qual a situação das fontes dentro da notícia, buscando entender os motivos e as relações que motivam certas colocações na notícia.

A linguagem também é analisada, buscando aprimorar a discussão do jornalismo num âmbito pedagógico, para que o leitor do blog possa estar mais próximo e entendido sobre o processo de construção jornalística.

O blog é alimentado semanalmente e revisado diariamente para manter a mesma formatação dos textos e resolver outros problemas técnicos. Nesse processo está também a verificação das estatísticas presentes na própria plataforma do *blogger*. Dois alunos e o coordenador são responsáveis por essa atividade.

Esse procedimento visa a difícil tarefa de aproximar o jornalismo, a ciência e as questões sociais numa discussão mais ampla e ao mesmo tempo mais próxima do cotidiano dos leitores do blog, pensando primordialmente o leitor de Parintins, pois entende-se que falta um espaço de discussão da população sobre os temas corriqueiros e presentes em suas vidas e mais do que isso, falta uma mediação mais técnica e que direcione esse pensamento.

---

<sup>4</sup> Aqui o ensaio é um gênero do jornalismo opinativo.

### **Prós e contras do projeto**

Com pouco mais de um ano, o projeto já desenvolveu notoriamente a escrita dos colaboradores, além de ter ampliado algumas discussões sobre temas relevantes da cidade. Apesar de partir da crítica de mídia, o debate se amplia à diversos temas, fazendo com que a população de Parintins tenha acesso a outras visões. Não se trata necessariamente de uma oposição ou contra hegemonia, mas de mostrar outras formas de abordagem e de enquadramento.

O Lacrima tem proporcionado a pesquisa científica em diversas áreas da comunicação. Vários artigos foram publicados com base na crítica da mídia.

Com cerca de um ano, o projeto recebeu o prêmio Expocom da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom) como uma das melhores produções transdisciplinares em comunicação da Região Norte e o melhor blog, o que lhe deu relevância, pois também foi classificado para a etapa nacional do prêmio.

O projeto tem suscitado um estranhamento, pois os veículos de comunicação não têm o costume de receber críticas e a maioria dos profissionais não tem formação na área, dessa forma não temos tido aceitações das críticas e as respostas têm sido pessoais e ofensivas.

Os colaboradores do projeto têm sofrido ataques morais no espaço de debate do blog e na mídia local, além da não aceitação das críticas que chegou ao ponto de um veículo de comunicação estender seus ataques para a universidade, censurando e cerceando informações, impedindo a pesquisa e dificultando outros projetos da universidade, que não têm ligação com o Lacrima.

É difícil mensurar dentro do aprimoramento da mídia local o que é responsabilidade ou influência do projeto, mas poucos dos textos postados no blog foram respondidos com aceitação pelas pessoas criticadas que após isso muraram sua postura de fazer jornalismo.

O projeto tem fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam), mas o constante atraso da bolsa tem dificultado os trabalhos. O fomento requisitado da universidade não foi aceito, assim as impressões de folhetos e páginas de publicidade e outros artifícios literários são gastos do coordenador do projeto e os alunos colaboradores. A plataforma do *blogger* foi escolhida por falta de recurso para

manter um domínio na internet, além da facilidade de manutenção e criação, já que não há apoio técnico na área.

### **Considerações finais**

Como considerações, esse trabalho notou que crítica da mídia ou de uma realidade qualquer não pode ficar presa à universidade ou ao indivíduo de instrução superior, pois todos são sujeitos da construção social.

Com isso, o canal aberto para a participação do público integra a sociedade do modo mais geral possível, independente de estudo ou trabalho. No Amazonas e especificamente em Parintins o número de mídias, principalmente as jornalísticas, é grande. Em contrapartida a concentração também é extensa e o acesso delas pelo público é pequena.

O projeto consegue ser uma ferramenta de participação e instrução, mesmo partindo da crítica da mídia chega-se aos temas mais gerais e gritantes da sociedade, sejam temas mal enquadrados nos jornais ou mesmo não citados.

Observa-se que com um ano de projeto já há um estranhamento entre a mídia e o observatório, aumentando o debate sobre a teoria e a prática, bem como sobre a participação do público nos meios de comunicação.

### **Referências**

- GENRO Filho, Adelmo. O segredo da pirâmide: Por uma teoria Marxista do Jornalismo. Rio Grande do Sul. Tchê. 1987.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. CHRISTOFOLETTI, Rogério (orgs.). Observatório de Mídia: Olhares da Cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: 4ª Edição. Civilização Brasileira, 1982.
- MOURÃO, Helder Ronan de Souza. Observatório da Mídia Parintinense. In: X Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, 2011, Boa Vista. Anais do X Congresso de Comunicação da Região Norte, 2011.
- MOURÃO, Helder Ronan de Souza. Educação e Mídia: A Realidade Social Através do Jornal e do Observatório Da Mídia Parintinense. Trabalho apresentado no Seminário Nacional de Prática Docente (SENDO) pelo CESP-UEA. 2011.

# ESTRATEGIA DE LA REGENERACIÓN NATURAL DE LA *ECCLINUSA LANCEOLATA* “QUINILLA BLANCA” DEL ARBORETUM “EL HUAYO”, PUERTO ALMENDRA, PERÚ

Alva Montoya, Cesar Alberto<sup>1</sup>

## Resumen

En el centro de Investigación y Enseñanza Forestal de la Facultad de Ingeniería Forestal de la Universidad Nacional de la Amazonia Peruana se determinó cual es estrategia de la regeneración natural de la especie forestal, *Ecclinusa lanceolata* “Quinilla blanca” en el Arboretum “El Huayo” del CIEFOR Puerto Almendra-Perú, es de importancia por que existe la necesidad de contar con información actualizada sobre la regeneración natural de la especie forestal del área estudiada, de modo que la conservación de la especie se realice con bases solidas, evitando el riesgo de tomar decisiones equivocadas que conduzcan a su eliminación, se intenta llenar un espacio vacio de información, por que pocos son los trabajos realizados sobre la caracterización de la regeneración natural en el área de Puerto Almendra-Perú. El objetivo principal ha sido determinar la estrategia de la regeneración natural de la *Ecclinusa lanceolata* “Quinilla blanca” en las diferentes categorías como: Semilla, Plántulas, Brinzal, Latizal y Fustal. Para ello se tomo la metodología del inventario forestal que esta constituida por la regeneración natural de la especie forestal dentro de 5 parcelas de 10 x 10 m. El muestreo de la regeneración natural de *Ecclinusa Lanceolata* se realizo usando el metodo de las parcelas estructurales denominado regeneración lineal 1-2-3. Para evaluar la abundancia de la regeneración natural de la especie *Ecclinusa Lanceolata* “Quinilla Blanca”, se estableció la ubicación de los arboles de la misma especie que tuvieron un  $DAP \geq 30$  cm dentro del Arboretum “El Huayo”. La abundancia mide la relación entre el numero de individuos y el area evaluado. Para determinar la abundancia y distribución de las especies de la regeneración natural se realizo un inventario de la especie ubicada dentro de las parcelas instaladas en el área de estudio. Para tal estudio se dispuso de una serie de categorías. En la evaluación de semillas se dispuso de una parcela de 50 x 50 cm. (conteo de semillas). En la evaluación de plántulas se dispuso de una parcela de 1 x 1 (conteo de plántulas) con  $DAP \leq 30$  cm. En la evaluación de fuste se dispuso de una parcela de 10 x 10 m (conteo de fuste) con  $DAP \geq 10$  cm. En la evaluación del latizal se dispuso de una parcela de 5 x 5 m (conteo de latizales) con  $DAP \geq 5$  cm y  $< 10$  cm. En la evaluación del brinzal se dispuso de una parcela de 2 x 2 m (conteo de brinzales) con  $DAP \geq 30$  cm y  $< 5$  cm. Este trabajo ha sido realizado con el motivo de profundizar el estudio de la dinamica del bosque en los diferentes suelos que existe en la zona del CIEFOR –Puerto Almendra, Por que la información que temenos de esta especie es escaza ya que este tipo de informacion podemos lograr y mejorar los productos que podemos obtener de él. Incentivando en las investigaciones para otros tipos de bosque que permita apreciar el comportamiento de las diversas especies que se desarrollan.

**Palabras claves:** Regeneración; *Ecclinusa lanceolata*; Dinamica.

---

<sup>1</sup> Universidad Nacional de la Amazonia Peruana

## **Introducción**

El enorme potencial presente en los bosques amazónicos de la selva baja representa sin lugar a duda un reto para todos los peruanos. No obstante por estas razones la Facultad de Ingeniería Forestal de la UNAP, dentro de su política de desarrollo, ha elaborado planes y programas de investigación, tendientes a determinar los usos nuevas especies forestales tropicales de la Amazonia. El estudio abarca la investigación básica sobre la descripción de la estructura física y el comportamiento de la especie dentro del bosque.

La finalidad de este estudio (Inventario Forestal) es evaluar el recurso forestal de la especie *Ecclinusa lanceolata* del CIEFOR-Puerto Almendra, Perú. Para proporcionar nueva información cualitativa y cuantitativa sobre el estado, ordenación y tendencia actual de esta especie, proporcionando de esta forma una visión amplia, la información se utilizará para planificar, diseñar y aplicar políticas y estrategias de desarrollo para la utilización sostenible y la conservación de los ecosistemas forestales, y para comprender las relaciones entre los recursos y los usuarios del bosque y de los mismos árboles.

El objetivo principal de este estudio ha sido determinar la estrategia de la regeneración natural de la *Ecclinusa lanceolata* “Quinilla blanca” en las diferentes categorías como: Semilla, Plántulas. Brinzal, Latizal y Fustal.

## **Revisión Bibliográfica (Regeneración Natural)**

Según Whitmore (1984), el bosque en su estado virgen presenta un mosaico sucesionales en la dinámica de regeneración de los bosques en equilibrio, donde se reconocen tres fases de ciclo de desarrollo natural del bosque que se denominan fases de apertura, fase de construcción y fase de madurez.

Según Finol (1971), la regeneración natural son todos los individuos comprendidos entre 0,1 metros de altura y 9,9 cm de DAP. Manta (1989), considera a partir de 0,3 metros de altura hasta 39,9 cm de DAP, agregando que la regeneración natural la conforman todos aquellos individuos arbóreos menores de 40 cm DAP, que pueden remplazar a los árboles maduros después del aprovechamiento.

Por regeneración natural al conjunto de procesos mediante los cuales el bosque denso se restablece por medios naturales, concluyendo que el término regeneración tiene dos sentidos, uno dinámico y otro estático (Rollet, 1971).



## Descripción de la Especie

*Ecclinusa lanceolata*

Reino: Plantae  
División: Magnoliophyta  
Clase: Magnoliopsida  
Orden: Ericales  
Familia: SAPOTACEAE  
Género: *Ecclinusa*  
Especie: *lanceolata*  
Distribución: Huánuco, Loreto,  
Pasco, San Martín

## Materiales y Metodos

### Ubicación del área

El estudio se realizó en el bosque del Arboretum “El Huayo”, en la Provincia de Maynas, Región Loreto, en el espacio de intervención del Centro de Investigación y Enseñanza Forestal (CIEFOR) de la Universidad Nacional de la Amazonía Peruana. El mismo tiene un área de 225 .000 m<sup>2</sup> y esta dividida en 16 parcelas de 14.062 m<sup>2</sup> de área cada una ubicada junto al caserío Puerto Almendra. El bosque materia de estudio se encuentra en las coordenadas 3°49’48” S y 73°25’12”W, a una altitud de 112 m.s.n.m (Pacheco y Torres; 1981:8). Al lugar se llega a través de la carretera Iquitos – Nauta, tomando la ramal de 8 Km., de Quisto Cocha a Puerto Almendra, en el distrito de San Juan Bautista. El clima es de un bosque húmedo tropical (BhT) (ONERN; 1976).

**Materiales de Campo:** Wincha de 50 metros, Rafia, Forcípula, Libreta de campo, Lápiz, Cámara Fotográfica digital, Jalones, Regla.

**Materiales de gabinete:** Papel bond A4, Computadora, Impresora, Cartuchos de tinta, Plumón indeleble.

### Metodo

**Población:** La población de estudio estuvo conformado por la especie *ecclinusa lanceolata* “Quinilla Blanca” inventariados en el Centro de Investigación y Enseñanza Forestal CIEFOR-UNAP, cuyo elementos de estudio es la regeneración natural de la especie.

**Muestra:** Está constituida por la regeneración natural de la especie forestal dentro de 5 parcelas de 10 x10 m. El muestreo de la regeneración natural de *Ecclinusa lanceolata* se realizo usando el método de las parcelas estructurales denominado regeneración lineal 1-2-3

## **Establecimiento y Evaluación de las parcelas**

Para evaluar la abundancia de la regeneración natural de la especie *ecclinusa lanceolata* “Quinilla Blanca”. se estableció la ubicación de los 5 arboles de la misma especie que tuvieron un DAP  $\geq 30$  cm dentro del Arboretum “El Huayo”.

## **Conclusiones**

La regeneración de individuos es alta en aquellos claros en que la superficie es mayor, es el caso del árbol N° 05 que se encontró en la misma trocha que tiene mas probabilidades de reproducción y dispersión de semillas que corresponden a claros generados por el hombre.

La formación de claros de pequeño tamaño, entregarían las condiciones necesarias para favorecer la regeneración natural de las especies *Ecclinusa Lanceolata* “Quinilla Blanca” actualmente dominantes en el dosel.

En relación a los resultados obtenidos en este estudio de la regeneración natural de la especie *Ecclinusa lanceolata* “Quinilla Blanca” se puede observar que la regeneración encontrada en el piso del bosque es de tipo sexual, es decir la mayoría de esta regeneración es por semilla, por otra parte la infrecuencia de eventos a macro escala permiten que la regeneración de especies intolerantes sea muy baja.

En el caso del Arboretum “EL Huayo” del CIEFOR Puerto Almendra destinado al estudio e investigación, es necesario proteger la vegetación para conservar esta regeneración existente en el área de estudio y así contar con mayor abundancia de esta especie.

En el Histograma presenta la distribución diamétrica absoluta y acumulativa y presencia de una J invertida lo que caracteriza al ecosistema de esta especie que son tolerantes a la sombra con gran abundancia en número de individuos.

## **Referencias**

- CLARCK, D.A, D.B 1987. Análisis de la regeneración de árboles del dosel en el bosque muy húmedo tropical, aspectos teóricos y prácticos. Revista de Biología Tropical (C.R.) 35 (supl, 1): 41-54.
- HARTHORN, A. 1980. Dinámicas de los Bosques Neotropicales. Serie de facsímiles N° 08. Centro Científico Tropical San José de Costa Rica. Costa Rica. 26 p.

LAMPRECHT, H, 1962. Ensayo sobre unos métodos para el análisis estructural de los bosques tropicales. Acta científica Venezolana 13(2):57- 65 pág.

MALLEUX, J. y Montenegro, E. 1971. Manual de Dasometría. UNA. La Molina, FAO. Lima. 216 pág.

PACHECO, J. 1983. Ordenación Climatológica Zona de Iquitos. UNAO. Iquitos-Perú. 25 pág

ROLLET, B. 1969. . La regeneración natural en un bosque denso siempre verde de la llanura de la Guyana Venezolana. Boletín Forestal Latinoamericano de Investigación y Capacitación. 35: 39-73.

TELLO, E. R. 2008. Estructura, composición, crecimiento y potencial del bosque aluvial del río Nanay, Iquitos-Perú, con fines de manejo sostenible 2007-2008. Tesis Doctorado. Universidad Nacional de Trujillo. 1-115p

VARQUEZ, M.; Rodolfo. H. 1997. Florura de las Reservas Biológicas de Iquitos-Perú, Missouri Botanical Garden. Vol. 63. 665 pág.

# **A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE INDÍGENA PONTA ALEGRE SATERÉ-MAWÉ**

**Josias Ferreira de Souza<sup>1</sup>; Ignês Tereza Peixoto de Paiva<sup>2</sup>, Renan Albuquerque Rodrigues<sup>3</sup>**

## **Resumo**

Este trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo “A Trajetória Histórica da Educação Escolar Indígena na Comunidade Ponta-Alegre Sateré-Mawé no Município de Barreirinha”. Trata-se de uma pesquisa sobre lutas, resistências, desagregação e dispersão do povo Sateré-Mawé em busca de educação escolar específica e diferenciada. Foi utilizada na pesquisa a abordagem fenomenológica que tem como principal objetivo compreender o significado e o sentido da realidade vivida. Pretendeu-se conhecer a realidade da educação indígena e educação escolar indígena, enfatizando estas enquanto processos totalmente diferentes do modelo tradicional imposto pelo Estado Brasileiro. A pesquisa trouxe para comunidade indígena a possibilidade de avançar no tipo de educação que estão construindo.

**Palavras-chave:** Educação escolar indígena; Cultura; Identidade cultural.

## **Introdução**

O trabalho teve como objeto de estudo “A Trajetória Histórica da Educação Escolar Indígena na comunidade Ponta-Alegre Sateré-Mawé no Município de Barreirinha”. Tratou-se de uma pesquisa sobre suas lutas, resistências, desagregação e dispersão do povo Sateré-Mawé em busca de uma educação escolar específica e diferenciada. Logo, o estudo teve como objetivo investigar a trajetória histórica da educação escolar indígena na comunidade Ponta-Alegre, destacando suas lutas e suas resistências. Nesse sentido, pretende-se conhecer a realidade de educação indígena e educação escolar indígena, enfatizando-as como processos diferentes do modelo tradicional imposto pelo Estado Brasileiro.

## **Materiais e métodos**

O local destinado à realização da pesquisa foi a segunda comunidade indígena do Rio Andirá, da etnia Sateré-Mawé, chamada Ponta-Alegre e reconhecida pela lei orgânica do município de Barreirinha como distrito de Ponta-Alegre. A delimitação do estudo foi feita segundo definição de categorias de análise e questões norteadoras,

---

<sup>1</sup> Aluno da Pedagogia Intercultural CESP/UEA – Parintins.

<sup>2</sup> Professora Mestre em Educação ICSEZ/UFAM – Parintins.

<sup>3</sup> Jornalista, MSc, em Psicologia Social (UFPB), doutorando em Sociedade e cultura na Amazônia (Ufam). Professor assistente do curso de jornalismo do Icese.

respectivamente: a) História dos Povos Indígenas, Cultura e Identidade Cultural e Políticas Públicas para a Educação Escolar Indígena; e b) Quais as lutas e resistência para a conquista de uma escola específica na comunidade Ponta-Alegre? Como se apresenta uma proposta de educação indígena diferenciada e um modelo de educação indígena tradicional legitimada pela educação? Quais os discursos presentes nas relações entre legal e real para constituição do tipo de escola que proporcione autonomia da comunidade Ponta-Alegre?

Foi utilizada a abordagem fenomenológica, que tem como principal objetivo compreender o significado das experiências do sujeito, investigando a trajetória histórica da educação escolar indígena na comunidade. A entrevista e os formulários foram importantes aspectos analisados durante a pesquisa. Os formulários tiveram perguntas abertas e fechadas, feitas oral e individualmente às pessoas em seus próprios domicílios, preferencialmente com o responsável pelo grupo familiar. O trabalho de pesquisa exigiu a participação do pesquisador no local. Foi utilizado o paradigma qualitativo para a análise dos dados.

### **Discussão**

É preciso compreender que via cultura podemos construir leituras da realidade, a qual é representada como manifestação simbólica e tem a função de codificar e decodificar o mundo, sendo a escola o local onde se refletem tais manifestações. Logo, o olhar do pesquisador deve configurar-se entre imagens e conceitos construídos na prática pedagógica, pois toda cultura constrói conceitos sobre a realidade. Quando Geertz fala do contexto investigado ele relata que humanamente é impossível ao pesquisador descrever fatos tais como eles se apresentam, pois toda análise é um conjunto de ações não apenas coletivas, mas acima de tudo de nível pessoal. Por esse motivo, toda pesquisa qualitativa pode cair no vazio se o pesquisador não for capaz de questionar sua prática de investigação. No que se refere à identidade, nunca é pronta e acabada, pois ela é parte da dinamicidade da cultura, a qual define e articula as características sociais e individuais de cada sujeito. A identidade possui e se constrói no interior de contextos sociais, que por consequência determinam o modo de ser dos agentes de todo grupo social. Quando se trata da relação da identidade com a educação, enfatizamos que a prática de educar é fruto da dinamicidade da cultura, e por esse

motivo é fator histórico e complexo, sendo que toda a complexidade é sua própria força de sentidos, os quais se apresentam através das narrações surgidas a partir de um espaço criador e renovador daquilo que simbolicamente somos como atores sociais de uma cultura.

Torna-se importante compreender que a identidade é intrínseca ao ser humano e por isso é construída na e com a historicidade do grupo. Compreender este fato significa se dar conta de que a cultura é a expressão de cada indivíduo como autoconstrução de seu processo identitário. Todo ser cultural é inserido em uma sociedade e nela evidencia os seus significados representados. Enfatizamos essas questões pelo fato de percebermos que o ensino em uma escola tão específica como a de Ponta-Alegre possui, através de suas expressões culturais, um processo modificador de se pensar o mundo pela necessidade de manter viva a cultura Sateré-Mawé. Diríamos que este seria o ponto crucial para tratarmos da relação existente entre educação e identidade.

### **Quem são os Sateré-Mawé**

Sateré-Mawé é a denominação que retrata a formação de grupo, explicitando o que foram no passado e durante sua trajetória histórica. A denominação carrega um mar de significados, dentre eles a formação étnica do grupo. Todos os dados coletados e as informações levadas fizeram parte das discussões dos resultados. O que poderia ser uma simples apresentação do povo Sateré-Mawé traz a sua complexidade e cabe ao pesquisador fazer um contínuo estudo. Segundo Uggé,

os Sateré-Mawé, depois de 300 anos de contato com a evangelização cristã e civilização brasileira conseguiram manter a própria língua, organização social da tribo, usos e costumes tribais com certo sincretismo civil e religioso frente à sociedade envolvente (1990, p. 9)

Atualmente, a população Sateré vive em um território de 788.528 km<sup>2</sup>. A população indígena reside, ainda, além da terra demarcada, mantendo-se presente numa pequena área dentro da terra indígena Koatá-Laranjal, junto com o povo Mundurucu.

### **Escola Profa. Rosa Cabral e fortalecimento cultural Sateré-Mawé**

Considerando os aspectos da cultura Sateré-Mawé, as ações voltadas na comunidade indígena de Ponta-Alegre precisam estar voltadas para a afirmação de

saberes, crenças e histórias, articulando conhecimentos tradicionais e não-tradicionais, colocando a interculturalidade como fator de promoção da articulação com as fontes de cultura da sociedade nacional. O grande desafio é construir uma educação onde a comunidade seja a promotora de sua própria escola, porém sem deixar de lado os saberes de outras culturas, ao mesmo tempo em que reafirmam sua identidade e incentivam as práticas culturais.

A escola indígena Prof<sup>a</sup>. Rosa Cabral foi fundada em 19/04/2000, pelo Decreto 068/2000, e está localizada dentro de uma comunidade indígena de etnia Sateré-Mawé, a 100 km do município de Parintins/AM e a 60 km de Barreirinha. A escola é caracterizada por ser comunitária, específica, diferenciada, intercultural e multilíngüe. Como espaço de construção de saberes, ela propicia aos povos indígenas acesso a conhecimentos universais, a partir da valorização de suas línguas maternas e saberes tradicionais (PNE. 10172/2001).

Partindo desses pressupostos, a escola indígena Prof<sup>a</sup>. Rosa Cabral está em processo de reafirmação étnica, em busca de uma reconstrução social frente às imposições da sociedade local. O espaço traz no seu cerne a problemática da interculturalidade, visto ser ela uma instituição criada pela sociedade dominante. A escola busca um entrelaçamento de culturas, ou seja, o diálogo respeitoso e equilibrado entre os saberes.

A escola indígena Prof<sup>a</sup>. Rosa Cabral possui um quadro de professores com magistério indígena, graduados e graduandos indígenas. Mas não está organizada como uma escola indígena de fato. Isso nos faz refletir que os órgãos competentes estão andando a passos lentos, no que diz respeito aos dispositivos legais da Constituição Federal de 88, Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e da Resolução 03/99, na qual nos seus artigos 7º e 8º especifica a formação e a atividade docente, as quais devem ser exercidas prioritariamente por professores indígenas oriundos da respectiva etnia. Dentro do contexto de uma educação intercultural, podemos diagnosticar que não está havendo um diálogo no contexto da prática pedagógica dos professores. São professores indígenas reproduzindo a educação tradicional do não-indígena, que desconhece as especificidades do que preconiza a educação escolar indígena.

A escola está sob imposição da sociedade dominante em vários aspectos sociais, culturais e políticos. Outro ponto importante, diagnosticado, é que a escola

ainda não está organizada como uma escola indígena, não tem um Projeto Político Pedagógico específico; não tem um planejamento escolar voltado para as singularidades da escola indígena; os projetos interdisciplinares não são voltados para o contexto da etnia. Na escola, há materiais didáticos específicos, como livros e cartilhas que retratam a cultura dos Sateré-Mawé, entretanto esse material é pouco utilizado, fazendo com que a escola se distancie de suas origens, tornando-se comum na zona rural.

Em relação aos currículos não é diferente: o processo de ensino e aprendizagem parte da construção do conhecimento de uma forma global, não inter-relacionando com os conhecimentos tradicionais dos povos Sateré-Mawé. Desse modo, exige-se uma mudança de perspectiva na comunidade. Em vez de escola de branco em área indígena, o espaço escolar deve ser voltado para atender as necessidades dos povos Sateré-Mawé.

O diálogo intercultural na construção do conhecimento não é equilibrado, pois discursos presentes no cotidiano da escola são os mesmos de uma escola normal da cidade, ou seja, ela não atende às necessidades indígenas. No local, há professores indígenas da etnia Sateré-Mawé, mas só isso não basta para caracterizar a escola enquanto um local indígena. A verdadeira escola indígena será aquela pensada, elaborada e gerenciada pelo povo indígena, de acordo com seus anseios, expectativas e modos de organização política e social, voltada para seu futuro.

Referentes à formação de um professor indígena Sateré-Mawé e das relações entre as tradições e a educação escolar, levantamos algumas questões: qual o papel do educador indígena que trabalha com educação na comunidade indígena? Quais os conteúdos/conhecimentos que devem ser trabalhados na comunidade indígena? Como podemos avaliar o rendimento dos educandos? Que alunos pretendemos ter? Quem são os professores que atuam nas comunidades indígenas?

A partir dessas observações, foi possível levantar algumas conclusões acerca das concepções de educação e das relações entre educação e práticas cotidianas. Também foram temas das nossas discussões as dificuldades enfrentadas pelos educandos nos processos de ensino-aprendizagem. A maior parte dessas dificuldades é decorrente das diferenças entre as práticas tradicionais e os conhecimentos educacionais. As relações interculturais são muito latentes no trabalho de educador



indígena, assim torna-se necessário discutir as relações entre os valores e as visões de mundo que se conflitam no fazer pedagógico desses educadores.

Com essa proposição, os educadores passam a exercitar uma prática pedagógica diferenciada, na qual suas leituras sobre a cotidianidade nas aldeias seriam ampliadas e conseqüentemente suas interferências seriam bem mais significativas. Os resultados dessas observações serão, posteriormente, analisados e adotados como referenciais para estudos complementares, com o propósito de elaboração desses professores e para posteriores publicações de suas práticas pedagógicas. Contribuindo também para uma melhor compreensão das necessidades dos educandos e das comunidades que buscam aproximações da educação nacional, sem perder de vista a valorização da sua identidade.

### **Considerações finais**

Dentro do contexto de uma educação intercultural pudemos diagnosticar que não está havendo um diálogo intercultural na prática pedagógica dos professores. São professores indígenas que reproduzem a educação tradicional do não-indígena por desconhecerem especificidades étnicas. Por conta disso, o que se percebe é a perda da identidade étnica da comunidade, influenciada por imposições da cultura dominante, o que acarreta em decaimento de formas simbólicas da comunidade, as quais estão sendo esquecidas.

### **Referências**

ANGELO FNP de "A educação e a diversidade cultural". In: Cadernos de Educação Escolar Indígena — 3. Grau Indígena. n. 01, v.01. Barra do Bugres: Unemat, 2002.

\_\_\_\_\_. BRASIL. / MEC/ INEP. Plano Nacional de Educação. Brasília, Inep, 1998.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05/10/1988.

\_\_\_\_\_. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas - RCNEI. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Parecer 14/99 – Conselho Nacional de Educação – 14/09/1999;

BOGDAN, R. e Biklen, S. (1994). A investigação qualitativa em educação. Porto Editora.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LARAIA, Roque de Barros – Cultura: um conceito antropológico/Roque de Barros Laraia – 13.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LDBEN-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional /9394/96;

LONREZ, Sonha Silva da. Sateré-Mawé filhos do guaraná. São Paulo. Centro de trabalho indigenista, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(organizadora). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22ª. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença Indígena na Formação do Brasil. LACED/ Museu Nacional. Brasília. 2006.

Resolução CEB N°. 3, de 10 de novembro de 1999

UGGÉ, Henrique. Bonitas histórias Sateré-Mawé. Manaus. SEDUC. 1990.

# PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E GESTÃO ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NECESSÁRIAS PARA A INCLUSÃO

Samuel Vicente da Silva Júnior<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo consiste em uma pesquisa reflexiva, de cunho bibliográfico e documental, onde, fez-se o levantamento de todo o referencial teórico em textos que abordavam a temática de políticas públicas inclusivas, projeto político-pedagógico e gestão escolar. Além disso, materializa considerações elaboradas na disciplina de Políticas Públicas e Educação, onde discutiu-se a importância de políticas educacionais nas escolas do Estado, que se faz mediante a implantação e funcionalidade do PPP, como também a forma de como ele contribui para práticas inclusivas no âmbito escolar. Ressalta o papel do gestor como agente que contribui para a inclusão e mediador entre as políticas educacionais e a escola. Logo, é importante que a sociedade seja pensada, pois isso é o ponto de partida para a elaboração de políticas educacionais que surtam em inclusão e favoreçam a participação da comunidade escolar nas decisões da escola e haja ensino e aprendizagem, socialização e formação de indivíduos competentes, como também de uma escola diversificada e que preze pela inclusão.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico; Gestão Escolar; Políticas de Inclusão.

## Políticas educacionais para a inclusão

A política é de suma importância para nós, pois as decisões tomadas por nossos governantes interferem em toda uma sociedade. Ney (2008) afirma haver dois sentidos para a palavra “política”, uma delas é a que se refere a um programa de ação, como um sentido de fins que devem, em determinado tempo e lugar, ser alcançados por uma administração ou gestão; outro refere-se ao espaço da política partidária. No que se refere à política, como objetivos a serem alcançados, o autor explica que o Estado deve firmar fins e meios para a realização das ações que promoverão o bem-estar social.

Assim, “uma ação gerencial ou de governo só acontece efetivamente se a liderança que detém o poder tem a vontade e efetivamente deseja” (NEY, 2008, p. 30).

O capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases delinea a educação especial como modalidade da educação escolar, que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para os educandos portadores de necessidades especiais. Além disso, a Lei n 9394/96 responsabiliza o Estado para que ele ofereça a Educação Especial desde a educação infantil. No artigo 60, observa-se que os órgãos normativos dos sistemas de

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD). Email: samueljunior.ns@gmail.com

ensino devem estabelecer critérios para a escolha de instituições privadas, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Uma das dificuldades quando se fala em política na escola, uma é que o Estado propõe autonomia à escola, mas acaba delimitando seu sentido à autonomia financeira, a escolha dos gestores torna-se menos democrática, e a comunidade não participa das ações da escola, nem ao menos fiscaliza a ação do gestor. A principal obrigação da escola para com a sociedade é a tarefa de educar, pois a educação é um dos fatores de evolução e transformação da sociedade, por isso deve ser planejada, discutida e organizada. As políticas educacionais têm que tornar a escola, um lugar de crescimento e alegria para todos, assim, Luck (2010) demonstra que “a escola precisa promover o desenvolvimento das competências significativas do aluno, tendo como foco as necessidades evolutivas que o mesmo enfrenta e enfrentará [...]”.

Em pesquisa aos documentos produzidos pelo MEC, verificou-se que o Censo Escolar registrou uma evolução no número de matrículas, que era de 337.326 em 1998, e em 2006, passou a ser 700.624. No que se refere a entrada de alunos em classes comuns do ensino regular, verificou-se um crescimento elevado, ou seja, de 43.923 alunos em 1998, passou a ser de 325.316 em 2006. Desse modo, “[...] a escola é, mais do que qualquer outra organização, uma entidade coletiva. Justamente por isso é que uma escola deve estar sempre preocupada com a coletividade” (ROSA, 2004, p. 34). Pensando sempre na inclusão, a educação especial direciona todas as suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional, passando a integrar a proposta pedagógica da escola regular, orientando a organização de redes de apoio, formação continuada, serviços e desenvolvimento de práticas colaborativas.

### **Gestão escolar democrática e inclusão**

A gestão escolar é a concretização das políticas públicas no ambiente escolar, podendo também ser considerado outro passo significativo que traz benefícios sociedade, à escola, aos professores, à comunidade e aos funcionários. Desse modo, o gestor é quem determina o que deve ser feito a curto, médio e longo prazo, tornado-se capaz de definir quais são as prioridades que devem ser supridas e fiscalizar se tudo está correndo bem dentro e fora da sala de aula de forma estratégica e sistemática. Cabe a ele organizar a escola e partilhar de forma democrática a administração da mesma, para que

todos possam participar no alcance dessas metas. Depois de delimitados e fixados os objetivos que devem ser alcançados, será a vez de agenciar as etapas. Logo, ele intervém liderando a comunidade escolar para que a inclusão ocorra “de fato e de verdade” na instituição, tendo em vista que todos têm direito à educação e devem ter esses direitos assegurados em lei, e cumpridos através de uma gestão competente e projeto político-pedagógico condizente com o proposto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Sendo assim, para Vallejo (2002) a autonomia organizativa permitirá a cada centro definir sua identidade de acordo com suas necessidades e desejos de melhoria.

Portanto, a escola é um local democrático, e a forma como o gestor atua nessa instituição vai determinar o sucesso ou o fracasso do ambiente escolar, como também, de todos a quem a escola atinge de forma direta ou indireta. Além de um investimento em suporte administrativo, o que tem que ser feito realmente, é a gestão organizada do currículo na escola, do conteúdo que é ensinado, de quem está ministrando as aulas para os discentes, e das atividades que feitas, gerarão uma aprendizagem significativa. Sendo assim, segundo o artigo 59 da LDB, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Além de políticas educacionais e de formas de planejamento como o projeto político-pedagógico, torna-se necessário traçar os meios que levarão a determinado fim. Uma escola com uma excelente gestão e coordenação pedagógica, só tem a ganhar, além dos inúmeros benefícios os quais toda a sociedade participará, há também uma formação de indivíduos pensantes e autônomos, o que torna-se indispensável para a quebra com os paradigmas emergentes.

### **Projeto político-pedagógico e a questão da inclusão**

Há muitas definições para o que seria o tão conhecido Projeto Político-Pedagógico. Projeto, que vem da palavra “projectu”, que significa lançar para adiante; plano interno; desígnio; redação provisória de lei. Dessa forma, consideramos que é importante que toda escola tenha o seu próprio projeto, o que não ocorre de forma sistematizada em nossas escolas atualmente. Para Marçal, “a escola não deve elaborar seu projeto pedagógico apenas devido a uma exigência legal, mas sim a partir da

necessidade de inovar a ação coletiva no cotidiano de seu trabalho [...]” (MARÇAL, 2001, p. 34). Dessa forma pode-se compreender, que o fato da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) permitir que o Projeto Político-Pedagógico seja elaborado de acordo com a realidade de cada escola, não significa que ele seja feito de qualquer modo e, sem a participação democrática de toda a comunidade escolar, pois ele ajuda a delinear concepções de sociedade, escola, ensino-aprendizagem, avaliação, currículo.

Cada ponto de vista que é tido acerca do cotidiano escolar, como é atualmente e como deverá melhorar. Assim sendo, para Veiga, “o processo de construção do projeto é dinâmico e exige esforço coletivo e comprometimento; não se resume, portanto, à elaboração de um documento escrito por um grupo de pessoas para que se cumpra uma formalidade” (VEIGA, 2010, p. 16). A escola não pode ser apenas executora da política que é demandada para ela através do Ministério da Educação ou das próprias secretarias estaduais e municipais, mas é autônoma o suficiente, para ter seu próprio regimento, suas diretrizes pedagógicas, e seu plano de ação.

A importância do Projeto Político Pedagógico mostra-se como fonte de construção do saber na escola. Dessa forma, é importante nos darmos conta de que ele tem se apresentado como um objeto de estudo, tanto para professores quanto para pesquisadores, isso num âmbito municipal, estadual e nacional, buscando sempre uma qualidade no ensino, tratando a educação de forma sistemática e organizada acerca do mecanismo educacional. No que diz respeito à inclusão, o projeto político-pedagógico tem uma grande importância na identidade da escola, dessa forma, conhecemos o perfil de uma escola a partir de seu projeto e verificamos se a mesma preza ou não pela inclusão, pois todos os membros da comunidade escolar são levados ao exercício pleno da cidadania. Dessa forma, verifica-se que as dificuldades além de serem superadas, farão com que a comunidade escolar fique mais unida e inclusiva.

Assim, o Projeto Político-Pedagógico deve oferecer caminhos indispensáveis para a montagem do trabalho pedagógico, pois engloba o trabalho do docente na ação interna da sala de aula, logo, não mudaremos o país, se não possuímos um projeto de sociedade e uma política de educação voltada para esta sociedade pensada, a escola também precisa ser pensada, pois cada instituição contribui para a formação de cidadãos diferentes, pois ela influencia, seja de forma negativa ou positiva. Não se pode falar em inclusão se um projeto político escolar da natureza do PPP não é bem compreendido e

implementado, por que então, buscamos políticas mais abrangentes, se nem a escola é capaz de ter um projeto político? Assim a importância do Projeto Político-pedagógico evidencia-se como marco inicial para o crescimento e desenvolvimento da instituição escolar e desenvolvimento de práticas inclusivas verdadeiras e eficientes.

### **Considerações finais**

Depois de retratarmos sobre a temática da inclusão, verifica-se que há um investimento em educação especial e atualmente, é dado mais prioridade aos aspectos da educação inclusiva. O Projeto Político-Pedagógico como documento oficial da instituição deve preconizar a escola como um espaço de inclusão, assim sendo, a gestão escolar deve ser democrática, abrir espaços para a comunidade ser inserida nesse processo de inclusão, além de ser parte importante de uma política educacional.

A finalidade dessas políticas educacionais é proporcionar a melhoria do ambiente escolar e ocasionar o contato mais direto entre escola e comunidade. Logo, a política como ação gerencial contributiva para a educação, feita de forma democrática e clara, traz melhorias para os sistemas de ensino e com certeza aumenta a eficácia da escola como instituição formadora de cidadãos críticos, reflexivos e diferentes, sendo capazes de conviver com a diversidade de forma respeitosa e amável, assegurando esses direitos e fazendo-os valer em todos os lugares.

### **Referências**

- LUCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos da gestão educacional. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MARÇAL, Juliane Corrêa. Progestão: como promover a construção coletiva do projeto político pedagógico. Módulo III. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001, p. 34.
- NEY, Antônio. Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak, 2008. p. 30.
- ROSA, Clóvis. Gestão estratégica escolar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 34.
- VALLEJO, José Manuel Bautista. Uma escola com projeto próprio. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro; Resende, Lúcia Maria Gonçalves de. Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

# LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE ESPÉCIES FLORESTAIS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Blenda Naara S. da Silva<sup>1</sup>

## Resumo

A educação ao ar livre é uma prática educacional que utiliza como recursos educativos desafios encontrados em ambientes naturais, e objetiva o desenvolvimento educacional do ser humano. Um dos mecanismos para promover o contato do visitante com a área natural é através de um sistema de sinalização, com a finalidade de orientar a visita e possibilitar fontes interpretativas. Com isso, o objetivo deste trabalho foi conhecer as informações relevantes de algumas espécies da região amazônica, presentes no PAREST Sumaúma, baseada em revisão bibliográfica a fim de subsidiar a implantação de sinalizações dos indivíduos arbóreos adjacentes às trilhas da unidade de conservação. A valoração das essências vegetais, destacando suas características econômicas e ecológicas, de forma clara e sucinta, aos visitantes de unidades de conservação, revela sua importância tanto no cotidiano como no ecossistema no qual a espécie está inserida, e desse modo possibilita a conscientização ambiental com relação à importância das árvores e sua preservação, garantindo um novo olhar sobre o papel desempenhado pelas florestas.

**Palavras-chave:** Educação; Meio ambiente; Espécies florestais.

## Introdução

A educação ao ar livre é uma prática educacional que utiliza como recursos educativos desafios encontrados em ambientes naturais, e objetiva o desenvolvimento educacional do ser humano (Barros, 2000). Um dos mecanismos para promover o contato do visitante com a área natural é através de um sistema de sinalização, com a finalidade de orientar a visita e possibilitar fontes interpretativas (Fontes e Simiqueli, 2007). A interpretação deve ser feita de forma estimulante a fim de fazer as pessoas entenderem seu ambiente ecológico (Lechner, 2004), instigando-as a relacionarem o ecossistema que estão visitando com seu cotidiano e possível etnoconhecimento.

Para isso, faz-se necessário distinguir e identificar o espaço no qual está inserido esse ecossistema, através de levantamentos da fauna e flora existentes naquele ambiente, proporcionando experiência direta com o meio ambiente e a observação dos aspectos da biodiversidade local (Filetto et al., 2003). Já que não basta observar a natureza como um cenário, uma fotografia ou uma pintura; é necessário evidenciar as relações entre os elementos naturais que compõem e se relacionam nessa paisagem. Com isso, o ecoturista pode entender e valorizar o local visitado, mantendo uma postura

---

<sup>1</sup> Graduanda em Engenharia Florestal pela Ufam.



de respeito e evitando impactos indesejáveis (César et al., 2007). Pelo conhecimento das principais espécies amazônicas visando características significativas: econômicas e ecológicas é possível realizar a sinalização das essências florestais adjacentes às trilhas de unidades de conservação abertas à visitação a fim de instigar a curiosidade e interesse dos visitantes dessas unidades. Com isso, o objetivo deste trabalho foi conhecer as informações relevantes de algumas espécies da região amazônica, presentes no PAREST Sumaúma, baseada em revisão bibliográfica a fim de subsidiar a implantação de sinalizações dos indivíduos arbóreos adjacentes às trilhas da unidade de conservação.

### **Revisão bibliográfica (Parque Estadual Sumaúma)**

O Parque Estadual Sumaúma (PAREST Sumaúma) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral do Estado do Amazonas com área de 51 hectares, localizada na zona urbana de Manaus, bairro Cidade Nova (Fonseca et al., 2009), criado em 05 de setembro de 2003 através do Decreto nº 23.721. O ParEst Sumaúma é um fragmento florestal que serve de refúgio para diversas espécies da fauna amazônica como um dos primatas amazônicos mais ameaçado de extinção, o sauim-de-coleira ou sauim-de-manauá (*Saguinus bicolor*). Na Unidade também é possível encontrar exemplares da herpetofauna, da ictiofauna, da avifauna e da mastofauna (Fonseca et al., 2009). A vegetação da área é caracterizada em sua grande parte como floresta de terra firme formada por estratos de vegetação arbórea, de buritizais e de lianas lenhosas e epífitas. Existem também espécies exóticas próximas à borda da floresta, como as frutíferas jaca, manga, dendê e a invasora *Leucena* sp. Na área da U.C. é possível encontrar vários exemplares de sumaúma (*Ceiba pentandra*), uma árvore de grande porte da região amazônica, que deu origem ao nome da Unidade (Fonseca et al., 2009). Em 2009 foram construídas trilhas através do Projeto de Implantação do Sistema de Trilhas do PAREST Sumaúma, realizado por Fonseca et al., com a inserção de sete trilhas totalizando, aproximadamente, 3.800 metros. Porém, observou-se a necessidade de interpretação dessas trilhas, a qual conforme Tilden (2002) “é uma atividade educativa que aspira revelar os significados e as relações existentes no ambiente”. O parque é visitado principalmente por estudantes das escolas ao entorno, daí a necessidade das trilhas interpretativas, onde a Interpretação Ambiental se torna um

instrumento da Educação Ambiental ao visar objetivos que envolvem a sensibilização, a compreensão e a responsabilidade dos visitantes para com as questões ambientais. Dentre eles, a compreensão, em especial, favorece ao aprendizado de diversas disciplinas (Sato, 2002; Silva e Júnior, 2010).

### **Uso da vegetação para educação ambiental**

As florestas são ecossistemas dotados de grande biodiversidade e abundância de seres vivos e outros eventos estritamente naturais. As trilhas interpretativas em florestas têm grandes potenciais para a Educação Ambiental, pois segundo Sato (2002) através da Interpretação Ambiental realizada em florestas pode-se causar sensibilização, compreensão e responsabilidade ambiental: a) Com uma boa abordagem do guia o visitante pode passar a perceber as interações ecológicas existentes na floresta com maior facilidade, e deste modo, pela sensibilização que causa a conscientização, observar a importância das unidades de conservação, podendo também internalizar a importância da conservação desta e se emocionar com a forma como o ser humano interage com ela (de forma quase sempre destrutiva) (Lei nº. 9.795, 1999; SATO, 2002; CARVALHO et al., 2011); b) Pela percepção ambiental, inserindo a compreensão do entendimento do participante na dinâmica dos sistemas naturais na floresta e a forma do ser humano participar dessa dinâmica – de forma quase sempre destrutiva (SATO, 2002; LUIZ, 2004); c) A responsabilidade ambiental efetua-se, ao criar laços afetivos com a floresta por meio da sensibilização, e ao compreender melhor o efeito de suas ações nesse ambiente (SATO, 2002; JACOBI, 2003;).

A Interpretação Ambiental também poderia causar a competência e a cidadania ambientais, mas estes são dificilmente alcançados em uma atividade pontual como a trilha interpretativa (SILVA e JÚNIOR, 2010). As trilhas com potencial interpretativo são aquelas que apresentam grande diversidade de elementos, como plantas com diferentes cores de folhas, flores e frutos, além de formas e texturas diferentes. Por vezes, uma espécie que nada possui de bela para as pessoas pode ganhar outro significado, por exemplo, apenas por se mostrar diferente, contrastante, em relação às outras a sua volta (IPEF, 1998; CARVALHO et al., 2002; SILVA e JÚNIOR, 2010). As trilhas interpretativas devem considerar, dentre outros fatores, o potencial da área no

que diz respeito aos aspectos naturais, como a importância ecológica e a beleza cênica (PÁDUA, 1997; HAM, 1992; VASCONCELOS, 1998).

É provável que as árvores sejam os elementos mais importantes de uma floresta para as atividades de Interpretação Ambiental em trilhas. Elas são sésseis, ao contrário dos animais que são moveis e ariscos, são menos instáveis e são frágeis às hostilidades físicas. Além de serem utilizadas de diversas formas no nosso dia-a-dia. Todas essas características, e muitas outras, dão às espécies arbóreas um grande potencial interpretativo e educativo. O que mais instiga a curiosidade dos alunos e ecoturistas em programas de conscientização é saber relacionar as espécies florestais arbóreas com o cotidiano das pessoas, seja demonstrando que móveis, materiais de construção, papéis, fósforos e outros elementos são produtos originariamente florestais ou, evidenciando que a vegetação indiretamente propicia sombra, purifica o ar, atrai aves, diminui a poluição sonora, constitui fator estético e paisagístico e valoriza a qualidade de vida local e o lazer (SANTOS, 2006; BORTONCELLO e RONSITO, 2011). A vegetação pode ser uma importante aliada nas práticas de educação ambiental, pois através dela pode-se desenvolver o sentimento de cuidado e responsabilidade com o meio ambiente, salientando a sua importância para preservação ambiental (ÁVILA et al., 2009). Além de melhorar a qualidade de vida dos ambientes, agregando valor estético e conforto (FEDRIZZI et al., 200). A identificação e a caracterização das espécies, a fim de se descobrir de que forma ela é utilizada pelo homem, e se é uma espécie em condições seguras ou em risco de extinção, são valiosas informações quando se pretende tornar a atividade significativa e pertinente aos visitantes e sensibilizá-los para uma nova tomada de responsabilidade em relação ao uso inadequado dos recursos naturais.

### **Espécies amazônicas presentes no PAREST Sumaúma**

Açaí (*Euterpe oleracea*) – O açaizeiro cresce em áreas abertas com abundância de sol, onde favorece o desenvolvimento dos frutos, que ocorre na estação seca, entre julho e dezembro. Do fruto do açaí produz-se “vinho”, polpa congelada, sorvete, chopp, picolé, açaí em pó, geléia, bolo, mingau, corante e bombom (SHANLEY, 2005).

Andiroba (*Carapa guianensis*) – Possui grande potencial de exploração madeireira e não madeireira na Amazônia (FERRAZ et al., 2002). Ocorre em área de terra firme, onde as sementes são rapidamente dispersas e consumidas por catetos,

queixadas e roedores como as cotias e as pacas e/ou atacadas por insetos (MACHARGUE E HARTSHORN, 1983, PLOWDEN, 2004, GUARIGUATA et al., 2000). O óleo da andiroba, extraído das sementes, tem demanda internacional e é utilizado para a iluminação, na confecção de sabão e velas, indústria de cosméticos e medicina popular (FAZOLIN et al., 2000, FERRAZ et al., 2002, SHANLEY, 2005).

Breu (*Protium* spp.) – O gênero *Protium* é largamente encontrado na região amazônica e produz uma resina oleosa também conhecida como breu branco (Maia et al., 2000). A resina é produzida dentro da árvore e sai naturalmente em resposta a vários tipos de ferida. É utilizada pela população local, para iluminação, calafetar canoas e preparo da tinta ou verniz preto (Ribeiro et al. 1999; Siqueira 1991). As folhas são usadas por serem aromáticas e pelo uso na medicina popular, em algumas espécies, os frutos são comestíveis (SUSUNAGA, 1996).

Buriti (*Mauritia flexuosa*) – É uma das maiores palmeiras da Amazônia e ocorre naturalmente em áreas inundadas (SHANLEY, 2005). Tem importância ornamental e estratégica na preservação da fauna, uma vez que seus frutos são fonte de alimentos para várias aves e mamíferos. Além disso, os frutos têm grande utilização na culinária regional, no preparo de doces e geléias e na extração do óleo, rico em vitamina A (ALMEIDA E SILVA, 1994).

Castanha-de-seru (*Allantoma lineata*) – Cresce à margem de rios, igapós, várzeas ou lugares pantanosos (GUIMARÃES et al. 1993). Suas sementes são comestíveis (LE COINTE, 1947), o tronco pode ser utilizado na fabricação de polpas de papel (MELO E ALVES, 1977) e a casca é usada como envoltório de cigarros (MORI E PRAANCE, 1990). Além disso, a madeira de seru é empregada em caixotaria e cepas de tamancos.

Goiaba-de-anta (*Bellucia* spp) – Espécie com ampla distribuição em toda a América (CAVALCANTE, 1991) e detém diversas características que lhe conferem utilidades fungicidas (DUCKE e VASQUEZ, 1994), medicinais – propriedades anti-infecciosas (REVILLA, 2002) e antisépticas, ornamentais, tinturaria e alimentícias. O fruto carnudo e doce pode ser consumido na forma de marmelada (OMAWALE, 1973; REVILLA, 2002), e em época de escassez de alimento constitui uma fonte alternativa de nutrição (LORENZI, 1998).

Ingá (*Inga ssp*) – Nos ingazeiros à noite pode-se observar a presença de morcegos e durante o dia, várias espécies de beija-flores (PIRATELLI, 1993), pois estes animais realizam sua polinização (BUTANDA-CERVERA et al., 1978), além de outros animais como os macacos e peixes pacu que fazem a dispersão dos frutos e sementes (KUHLMANN, 1975; VASCONCELOS E AGUIAR, 1982). Os frutos são bagens compridas, os quais tem importância nutritiva e econômica devido ao seu aproveitamento para o preparo de doces, conservas, compotas, cristalizados, licores, refrescos, sorvetes, etc (HOEHNE, 1979).

Jatobá (*Hymenea courbaril*) – Produz frutos que possuem uma polpa farinácea com valor protéico equivalente ao fubá de milho (ALMEIDA, SILVA E RIBEIRO, 1990). A polpa também é muito procurada por várias espécies da fauna, que dispersam suas sementes, como anta, veado, queixada e macaco-prego (IPEF, 2008), tornando o jatobá muito útil nos plantios em áreas degradadas destinadas à decomposição da vegetação arbórea.

Lacre (*Vismia guianensis*) – Ocorre em ambientes alterados e sujeitos à secas (DIAS FILHO E DAWSON (2000). Próximo às flores dessa espécie pode-se observar vespas e abelhas, pois são seus insetos polinizadores (Santos e Machado, 1998), além da presença de morcegos e pássaros, os quais se alimentam dos frutos e das brotações a partir das raízes (DIAS FILHO, 1999). Quanto a sua utilização, a seiva (resina) da casca da árvore é usada na medicina popular (SANTOS et al, 2006) e na medicina científica, pois espécie possui potencial atividade antimalarial (DI STASI E HIRUMA-LIMA, 2002). O látex também é utilizado para a fabricação de esmalte para unhas, corante e pinturas em geral (JOHNSTON E COLQUHOUN, 1996; LORENZI E MATOS, 2002).

Mogno (*Swietenia macrophylla*) – É uma espécie ameaçada de extinção, devido à forte pressão de exploração sofrida pelo alto valor econômico de sua madeira (Pereira, 1998). Outro elemento muito utilizado desta espécie é a semente, para o plantio, porém o ideal é esperar até o começo da estação chuvosa para plantar, assim há menos risco de animais como ratos do mato, cutias e insetos comerem ou estragarem as sementes.

Murici (*Byrsonima spp*) – As flores dos muricis são comumente visitadas por abelhas, coleópteros e formigas e os frutos predados por vespas e percevejos (BENEZAR E PESSONI, 2006). Os frutos de murici são usados no preparo de sucos e refrescos A planta também é utilizada como ornamental, na confecção de móveis e na

produção de lenha e carvão (POTT E POTT, 1994). Quanto às suas propriedades medicinais Alves et al. (2000), comprovaram atividade moluscocida e bactericida.

Pau-rosa (*Aniba rosaeodora*) – O pau-rosa é caracterizado pela presença do álcool linalol, essência largamente empregada na indústria da perfumaria como fixador de perfumes (ALENCAR E FERNANDES, 1978) por isso é considerada uma espécie de alto valor comercial (CLAY et al.,1999) o que tem colocado a espécie em risco de extinção (VIEIRA, 1970; COSTA et al., 1995).

Pupunheira (*Bactris gasipaes*) – É uma palmeira de grande potencial econômico em virtude dos múltiplos usos de seus frutos e palmito (FONSECA et al., s.d.; FERREIRA, 1987). Os frutos podem ser consumidos cozidos ou no preparo de diversas comidas caseiras, ou ainda como ração para animais domésticos. Na mata o veado, jacu e outros pássaros grandes comem essa fruta embaixo da palmeira. O óleo retirado do fruto pode ser usado como remédio para dor, as folhas são usadas como palha e fibra vegetal para a construção e artesanato e o caule pode ser usado para a fabricação de móveis.

Seringueira (*Hevea guianensis*) – É uma das espécies mais primitivas do gênero (SOUSA E MORAES, 2001). Os frutos podem ser consumido *in natura* ou cozidos (FERRÃO, 2001; DUKE E VASQUEZ, 1994), as sementes são usadas para artesanato e para alimentação de animais silvestres, como o porco do mato (LANJOUW, 1931; SHANLEY, 2005), o látex retirado do caule é usado para fabricar diversos produtos (pneus, luvas cirúrgicas, preservativos etc.).

Sumaúma (*Ceiba petandra*) – A sumaúma tem sido intensivamente explorada devido à alta qualidade da sua madeira para a indústria de laminados (HUMMEL, 1997; JANSEN, 1995). Outras partes utilizadas são a paina que reveste as sementes, usada na fabricação de coletes salva-vidas, enchimento de almofadas e de colchões (HOWE, 1997; LORENZI, 1992) e o óleo retirado das sementes, usado em alimentos, indústria de sabão e lubrificantes e torta para utilização como adubo (SANKARAM, 1948). É considerada o telefone da floresta: batendo em suas sapopemas faz com que elas ecoem, anunciando a presença de alguém em seu tronco e aos seus arredores pode-se observar animais noturnos: morcegos, marsupiais, macacos-da-noite e mariposas, ou diurnos: abelhas, vespas e beija-flores (GRIBEL et al., 1999).

### **Considerações Finais**

A valoração das essências vegetais, destacando suas características econômicas e ecológicas, de forma clara e sucinta, aos visitantes de unidades de conservação, revela sua importância tanto no cotidiano como no ecossistema no qual a espécie está inserida, e desse modo possibilita a conscientização ambiental com relação à importância das árvores e sua preservação, garantindo um novo olhar sobre o papel desempenhado pelas florestas.

### **Referências Bibliográficas**

ALENCAR, J.C. & FERNANDES, N.P. 1978. Desenvolvimento de árvores nativas em ensaios de espécies, pau-rosa (*Aniba duckei*, Kostermans). *Acta Amazonica*, 8(4): 523-541.

ALMEIDA, S. P. de.; SILVA, J. A. da. Piqui e buriti: importância alimentar para a população dos cerrados. Planaltina: Embrapa-CPAC, 38 p. (Documentos, 54). 1994.

ALMEIDA, S.P. de; SILVA, J.A. da; RIBEIRO, J. Aproveitamento alimentar de espécies nativas do cerrado: araticum, barú, cagaita e jatobá. 2 ed. Planaltina: EMBRAPA-CPAC. 83p. (Documentos 26). 1990.

ALVES, T. M.; SILVA, F.A.; BRANDÃO, M. et al. 2000. Biological screening of brazilian medicinal plants. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 95 (3): 367-373.

ÁVILA, A.L., ARAÚJO, M.M.; NOGUEIRA, J.O.C.; GRINGS, V.T. Educação ambiental no ensino fundamental através da identificação e plantio de espécies arbóreas. *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009.

BARROS, M. I. A. de. Outdoor Education: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura. In: SERRANO, C. (org.). *A Educação pelas Pedras*. São Paulo: Chronos, 2000. p. 85-110.

BENEZAR, R.M.C; PESSONI, L.A. Biologia floral e sistema reprodutivo de *Byrsonima coccolobifolia* (Kunth) em uma savana amazônica. *Ver. Acta Amazonica*. VOL. 36(2) 2006: 159 – 168.

BORTONCELLO, J. ROSITO, J.M. Educação ambiental para crianças: conscientização para a importância das espécies florestais. Vol.(2), nº2, p. 297 – 302, 2011.

BUTANDA-CERVERA, A.; VÁZQUEZ-YANES, C.; TREJO, L. La polinización quiropterófila: una revision bibliográfica. *Biotica*, v. 3, n. 1, p. 29-35, 1978.

CARVALHO, D.A.; ODA, G.A.M; COSTA, G.M., ZAÚ, A.S. Educação ambiental na rede pública municipal de ensino do Rio de Janeiro: um estudo de caso. 2011.

Disponível em <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=986&class=02>>. Acesso em 3 de outubro de 2011.

CAVALCANTE, P.B. Frutas comestíveis da Amazônia. 5.ed. Belém: CEJUP/CNPq/MPEG, (Coleção Adolfo Ducke). 279p. 1991.

CLAY, J.W.; CLEMENT, C.R. e SAMPAIO, P.T.B. Biodiversidade Amazônica: exemplos e estratégias de utilização. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/SEBRAE, Manaus, Amazonas. 409 p. 1999.

COSTA, L.G. da S.; OHASHI, S.T. e DANIEL, O. O pau-rosa – *Aniba rosaeodora*, Ducke. Ministério da Educação e do Desporto, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Belém, Pará. 15 pp. 1995.

DI STASI, L.C.; HIRUMA-LIMA, C.A. Plantas medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2002.

DIAS-FILHO, M.B. Alguns aspectos da ecologia de sementes de duas espécies de plantas invasoras da Amazônia Brasileira: implicações para o recrutamento de plântulas em áreas manejadas. In: GASCON, C.; MOUTINHO, P. (Ed.). Floresta amazônica: dinâmica, regeneração e manejo. Manaus: INPA. p. 233-248. 1998.

DUKE, J.A.; VASQUEZ, R. Amazonian Ethnobotanical Dictionary. London: Boca Raton/Ann Arbor/ CRC, 215 p. Il.1994.

FAZOLIN, M.; ESTRELA, J. L. V PESSOA, J. S. Avaliação do uso do óleo de andiroba *Carapa guianensis* Aubl., no controle da *Ceratomyxa tingonarius* Bechynebem em feijoeiro no Acre. In: Congresso Brasileiro de Defensivos Agrícolas Naturais, 1., 2000. Fortaleza. Anais... Fortaleza:Academia Paraense de Ciências,2000.

FEDRIZZI, B.; TOMASINI, S. L. V.; CARDOSO, L. M. A vegetação no pátio escolar: um estudo para a realidade de Porto Alegre – RS. 200-. Disponível em: <[http://sbau.org.br/materias\\_serjio\\_toma.html](http://sbau.org.br/materias_serjio_toma.html)>. Acesso em: 15 out. 2011.

FERRÃO, J.E.M. Fruticultura tropical: espécies com frutos comestíveis. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 580p. 2v. 2001.

FERRAZ, I.D.K et al. Sementes e plântulas de andiroba (*Carapa guianensis* aubl. e *Carapa procera* d. c.): aspectos botânicos, ecológicos e tecnológicos. Acta Amazonica, 32 (4): 647 – 661, 2002.

FERREIRA, S.A.N. A cultura da pupunheira. Rev.Bras.Frut., Cruz das Almas, v.9, nº extra, p.23-28, 1987.

FILETTO, F.; MACEDO, R. L. G.; VENTURIN, N. Conservação ambiental de trilhas ecoturísticas de interpretação da natureza. In: Seminário Nacional de Restauração Ecológica e Recuperação de Áreas Degradadas. Curitiba, PR. 2003.



FONSECA et al. 2009. Projeto de Implantação do Sistema de Trilhas do PAREST Sumaúma, Manaus, Amazonas, Brasil. Relatório Final de Estágio.

FONSECA, E.B.A; MOREIRA, M.A.; CARVALHO, J.G. Cultura da pupunheira (*Bactris gasipaes* Kunth.). Apostila da disciplina de Agroecologia: Espécies de SAF's. Disponível em: <[http://agroecologia.pro.br/arquivos/aulas/saf/especies\\_safs/a\\_cultura\\_da\\_pupunha\\_ufla.pdf](http://agroecologia.pro.br/arquivos/aulas/saf/especies_safs/a_cultura_da_pupunha_ufla.pdf)>. Acesso em 22 de outubro de 2011.

FONTES, S.L.; SIMIQUELI, R.F. Perspectivas da sinalização interpretativa em unidades de conservação. In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. 2007. Disponível em <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo49.pdf>>. Acesso em 29 de setembro de 2011.

GRIBEL R.; GIBBS, P. E.; QUEIROZ, A. L. Flowering phenology and pollination biology of *Ceiba pentandra* (Bombacaceae) in Central Amazonia. *Journal of Tropical Ecology*. Vol. 15, Issue: 3, Pages: 247-263, 1999.

GUARIGUATA, M. R.; ADAME, J. J. R.; FINEGAN, B. Seed removal and fate in two selectively logged lowland forests with contrasting protection levels. *Conservation Biology*, Cambridge v. 14, n. 4, p. 1046-1054, Aug. 2000.

GUIMARÃES, E.F.; RIZZINI, C.T.; MAUTONE, L.; MATTOS FILHO, A.M. Árvores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jardim Botânico. 198p, 1993.

HAM, S. H. Interpretacion Ambiental: Uma Guia Practica para Gente com Grandes Ideas y Presupuestos Pequenos. North. Am. Press; Colorado USA. 473p. 1992.

HOEHNE, F.C. Frutas Indígenas. São Paulo, Brasil, nov. 1946, Tipografia Fonseca, reimpresso em 1979.

HOWE, M. A. Some Photographs of the Silk-cotton Tree (*Ceiba pentandra*) with Remarks on the Early Records of Its Occurrence in America. *Torreyia*. v.6, n.2, p.217-231, 1906.

HUMMEL, A. C. Diagnóstico do subsector madeireiro do Estado do Amazonas. Manaus: IPEF SEBRAE, 76 p. (Série Estudos Setoriais). 1997.

IPEF. *Hymenaea courbaril* var. *stilbocarpa* (Jatobá). 2008. Disponível em <<http://www.ipef.br/identificacao/hymenaea.courbaril.asp>>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

IPEF. Trilhas: como Facilitar a Seleção de Pontos Interpretativos. Circular Técnica n. 186, Setembro, 1998. Disponível em <<http://www.carpedien.tur.br/trilha.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Revista Scielo, Cadernos de Pesquisa*, n. 118, 3 março/ 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2011.

- JANSEN, M. R. A. Comportamento de seis progênies de sumaúma *Ceiba pentandra* L. Gaertn, plantadas em solos de terra firme na Amazônia Central. Dissertação (Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais), Curso de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, Coordenação de Pós-Graduação, Instituto Nacional de pesquisas da Amazônia/Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1995.
- JOHNSTON, M.; COLQUHOUN, A. Preliminary ethnobotanical survey of Kurupukari: an amerindian settlement of Central Guyana. *Economic Botany*, v.50, n.2, p.182-194, 1996.
- JUNIOR, O.F. Aplicação de tramas de fibras de pupunheira (*Bactris gasipaes*, H.B.K.) em compósitos híbridos com fibra de vidro em matriz de resina poliéster insaturado. Dissertação de Mestrado. Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. 2009.
- KUHLMANN, M. Adenda alimentar dos bugios. *Silvicultura em São Paulo*, São Paulo, v. 9, p. 57-62, 1975.
- LANJOUW, J. The Euphorbiaceae of Surinam. Amsterdam: N.V. Drukkerij en Uitgeverij, 1931.
- LE COINTE, P. Árvores e plantas úteis (indígenas e aclimadas): nomes vernáculos e nomes vulgares, classificação botânica, habitat, principais aplicações e propriedades. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 506p. Ilustrada (A Amazônia Brasileira, 3). 1947.
- LECHNER, L. Planejamento e implantação de trilhas em áreas naturais protegidas. In: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Apostila do Curso de planejamento e manejo de áreas naturais protegidas. Pp. 181 a 269pp. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Guaraqueçaba. 2004.
- LEI nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Educação Ambiental. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)>. Acesso em 15 de outubro de 2011.
- LORENZI, H. Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Vol. 1. Nova Odessa: Plantarum. 368p. 1992.
- LORENZI, H.; SOUZA, H. M.; COSTA, J. T. M.; CERQUEIRA, L. S. C. de; BEHR, N. von. Palmeiras no Brasil: nativas e exóticas. Nova Odessa: Plantarum, 352 p. 1996.
- LOUREIRO, A.A.; FREITAS, J.A.; RAMOS, K.B. & FREITAS, C.A.A. Essências madeireiras da Amazônia. Manaus: MCT/INPA-CPPF. Vol. 4. 191p. 2000.
- LUIZ, E. L. Dinâmica dos sistemas físico-naturais e sua importância para definição de áreas de risco. In: Simpósio Brasileiro de Desastres Naturais. Florianópolis. Anais, p. 386-378, 2004.

- MACHARGUE, L. A.; HARTSHORN, G.S. Seed and seedling ecology of *Carapa guianensis*. Turrialba. 33(4): 399 - 404. 1983.
- MAIA, R.M.; BARBOSA, P.R.; CRUZ, F.G. et al. Triterpenos da resina de *Protium heptaphyllum* March (Burseraceae): Caracterização em misturas binárias. Rev. Scielo, Química Nova, 23(5), 2000.
- MELO, C.F.M. de; ALVES, S. de M. Possibilidades papeleras de algumas espécies da região amazônica. In: Trópicos Úmidos: resumos informativos. Brasília: Embrapa/IBICT. p. 292. (Trópicos Úmidos. Resumos informativos, 2). 1977. Ministério da Saúde. Alimentos regionais brasileiros. 2002. Disponível em <[http://saude.teresina.pi.gov.br/licitacoes/064-06/alimentos\\_regionais.pdf](http://saude.teresina.pi.gov.br/licitacoes/064-06/alimentos_regionais.pdf)>. Acesso em 15 de out. de 2011.
- MORI, S.A.; PRANCE, G.T.. Lecythidaceae part II: the zygomorphic-flowered new world genera (Couroupita, Corythophora, Bertholletia, Couratari, Eschweilera, & Lecythis); with a study of secondary of neotropical lecythidaceae. New York: The New York Botanical Garden, 375p. (Flora Neotropica. Monograph, 21 II). 1990.
- OMAWALE. Guyana's edible plants. Guiana: University of Guyana, 1973.
- PADUA, S. M. Conservacion Awareness Through na Environmental Education School Program at Morro do Diabo Stat Park, S.P., Brazil, University of Florida, USA, 103p. (Dissertação de Mestrado). 1997.
- PEREIRA, R. S. Comportamento ecofisiológico do mogno (*Swietenia macrophylla*, King), no município de Miguel Pereira-RJ. Ver. Floresta e Ambiente. Vol. 5(1):139-145, jan./dez.1998.
- PIRATELLI, A. J. Comportamento alimentar de beija-flores em flores de *Inga* spp. (Leguminosae, Mimosoideae) e *Jacaratia spinosa* (Caricaceae) em um fragmento florestal do Sudeste Brasileiro. IPEF, Piracicaba, n. 46, p. 43-51, 1993.
- PIRATELLI, A.J. Comportamento alimentar de beija-flores em flores de *Inga* spp. (Leguminosae, Mimosoideae) e *Jacaratia spinosa* (Caricaceae) em um fragmento florestal do sudeste brasileiro. IPEF 46. p. 47-51. 1993.
- PLOWDEN, C. The Ecology and harvest of andiroba seeds for oil production in the Brazilian Amazon. Conservation & Society, Bangalore, v. 2, n. 2, p. 251-270, Mar. 2004.
- POTT, V. J.; POTT, A. Plantas Aquáticas do Pantanal. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000, 404 p.
- REVILLA, J. Plantas úteis da Bacia Amazônica. Manaus: INPA/SEBRAE, 2002.
- RIBEIRO, J.E.L.S.; HOPKINS, M.J.G.; VICENTINI, A.; et al. Flora da Reserva Ducke - Guia de Identificação das Plantas vasculares de uma Floresta de terra-firme na Amazônia Central. Manaus, INPA/DFID. 1999.

SANKARAM, A. A note on the cultivation of Kapok. *Indian Forester*, n 74, p.383- 385, 1948.

SANTOS, A.L.; GRAEBNER, I.B.; MARQUES, D.D.; et al. Atividade antimicrobiana dos extratos e frações da *Vismia guianensis*. Clusiaceae. (Aubl.) Pers. Sociedade Brasileira de Química. 2006. Disponível em <<http://sec.sbq.org.br/cd29ra/resumos/T1477-1.pdf>>. Acesso em 15 de outubro.

SANTOS, M.J.L.; MACHADO, I.C. Biologia floral e heterostilia em *Vismia guianensis* (Aubl.) Choisy (Clusiaceae). *Acta Bot. Bras.* 2(3): 451-464. 1998.

SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos: RiMa, 65p. 2002.

SILVA, D.M.; JÚNIOR, A.L. A relação entre trilhas interpretativas, Interpretação Ambiental e Educação Ambiental, e a importância das espécies arbóreas para essas atividades. In: II Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia, 07 a 09 de outubro de 2010.

SIQUEIRA, J.B.G. Contribuição ao estudo fitoquímico do gênero *Protium*: *P. tenuifolium* (Engl.) Engl. E *P. laxiflorum* Engl. (Burseraceae). Manaus, INPA/ UFAM, 1991. Dissertação (Mestrado em Química de Produtos Naturais). 1991.

SOUSA, N.R.; MORAES, V.H.F. Recursos genéticos de *Hevea*. In: SOUSA, N.R.; SOUZA, A.G.C.(edit.). Recursos fitogenéticos na Amazônia Ocidental: conservação, pesquisa e utilização. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 205p, 2001.

SUSUNAGA, G.S. Estudo químico e biológico da resina produzida pela espécie *Protium heptaphyllum* March. (Burseraceae). Manaus, UFAM, 1996. Dissertação (Mestrado em Química de Produtos Naturais), Universidade Federal do Amazonas. Killeen, T.J.; García, E.E. & Beck, S G. 1993. Guia de Arboles de Bolivia. La Paz, Bolívia. Herbario Nacional de Bolivia/ Missouri Botanical Garden. p.170-172. 1996.

TILDEN, apud CARVALHO et al. Manual de Introdução à Interpretação Ambiental. Belo Horizonte: SEGRAF. Projeto Doces Matas, 108 p. 2002.

VASCONCELOS, J. Avaliação da visitação pública e da eficiência de diferentes tipos de trilhas interpretativas no Parque Estadual Pico do Marumbi e Reserva Natural Salto Morato – PR. Tese de doutorado apresentada no setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. 1998.

VASCONCELOS, L. E. M.; AGUIAR, O. T. A alimentação de *Alouatta fusca* Geof. (Primates, Cebidae). Edição dos Anais do 1º Congresso Nacional sobre Essências Nativas, Campos do Jordão. Silvicultura em São Paulo, São Paulo, v. 16-A, pt. 3, p. 1727-1730, 1982.

VIEIRA, A.N. Aspectos silviculturais do pau-rosa (*Aniba duckei* Kostermans). I. Estudos preliminares sobre o incremento volumétrico. *Boletim do INPA* 14: 1-15. 1970.

# ENFERMAGEM NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM CRIANÇAS INDÍGENAS EM BARCELOS/AMAZONAS

Maria Luiza Carvalho de Oliveira<sup>1</sup>, Nair Chase da Silva<sup>2</sup>

## Resumo

A pesquisa relata experiência acerca das atividades vivenciadas no campo da educação em saúde direcionadas as crianças indígenas de Barcelos/AM. Inicialmente foram realizadas reuniões com as comunidades indígenas e com os profissionais de enfermagem da área, incluindo os agentes comunitários indígenas de saúde. Nesta reunião, por meio da observação, opinião e discussão das necessidades vivenciadas pela comunidade, foi decidido higiene pessoal como tema a ser abordado. O público-alvo foram crianças em idade pré-escolar e escolar. As atividades educativas saúde foram realizadas em 29 comunidades pertencentes ao pólo-base de Cauburís do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro no período de janeiro a março de 2009. Concluiu-se que a realização das atividades educativas desenvolveu papel importante na prevenção das doenças e promoção da saúde junto às crianças do pólo base de Cauburís em Barcelos/AM, alcançando toda a comunidade, assim como estreitou os laços de solidariedade compromisso entre profissionais da área e população indígena de Barcelos/AM.

**Palavras-chave:** Enfermagem; Educação; Crianças indígenas; Amazônia.

## Introdução

Educação em saúde inclui políticas públicas, ambientes apropriados e reorientação dos serviços de saúde para além dos tratamentos clínicos e curativos, assim como propostas pedagógicas libertadoras, comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania, orientando-se para ações cuja essência está na melhoria da qualidade de vida e na 'promoção do homem'.

Assim, o conceito de educação em saúde se sobrepõe ao conceito de promoção da saúde, como uma definição mais ampla de um processo que abrange a participação de toda a população no contexto de sua vida cotidiana e não apenas das pessoas sob risco de adoecer. Nesse contexto, a educação em saúde tem como base o conceito de saúde ampliada, considerada como um estado positivo e dinâmico de busca de bem-

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Amazonas (2007). Atualmente, cursa Enfermagem Intensiva de Alta Complexidade na Universidade Literatus. É aluna regular do curso de Mestrado em Enfermagem do programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Possui graduação em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Manaus (1981), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (1999) e doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ. Atualmente é Professor Associado I da Universidade Federal do Amazonas.

estar, que integra os aspectos físico e mental, ambiental, pessoal/emocional e sócio-ecológico. Entretanto, a par dessa noção ampliada de saúde, observando-se a prática, verifica-se que atualmente persistem diversos modelos ou diferentes paradigmas de educação em saúde, os quais condicionam diferentes práticas desse campo.

Educação em saúde se constitui como um conjunto de práticas pedagógicas e sociais, de conteúdo técnico, político e científico, que no âmbito das práticas de atenção à saúde deve ser vivenciada e compartilhada pelos profissionais da área e usuários do serviço.

Nessa perspectiva, a equipe de enfermagem do pólo base de Cauburís do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro, com autorização e financiamento da instituição, realizou atividades educativas em saúde destinada às crianças indígenas.

### **Objetivos**

Descrever as experiências vivenciadas na área da educação em saúde indígena. Identificar fatores positivos que a educação em saúde promoveu na comunidade indígena.

### **Metodologia**

Relato de experiência das atividades vivenciadas no campo da educação em saúde direcionadas as crianças indígenas de Barcelos/AM. Inicialmente foram realizadas reuniões com as comunidades indígenas e com os profissionais de enfermagem da área, incluindo os agentes comunitários indígenas de saúde. Nesta reunião, por meio da observação, opinião e discussão das necessidades vivenciadas pela comunidade, foi decidido higiene pessoal como tema a ser abordado. O público-alvo foram crianças em idade pré-escolar e escolar. As atividades educativas saúde foram realizadas em 29 comunidades pertencentes ao pólo-base de Cauburís do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro no período de janeiro a março de 2009. A equipe de enfermagem foi composta por uma enfermeira e três técnicos de enfermagem, os quais após um treinamento prévio realizavam as atividades em escolas nos centro comunitários. O tempo de duração de cada atividade foi de 20 a 30 minutos. Os assuntos foram abordados com base nos processos participativos com inclusão de dinâmicas, brincadeiras, gincanas e distribuição de brindes.

## **Resultados**

Observou-se que as atividades educativas sobre higiene pessoal contribuíram para o início de formação da consciência crítica e reflexiva das crianças indígenas das comunidades onde foram realizadas.

Além disso, as atividades trouxeram a possibilidade de desenvolver a criança indígena para tornar-se multiplicadora das ações da prevenção da doença, um dos objetivos da educação em saúde. Observou-se que após a atividade as crianças se comunicavam entre elas e com seus pais, discutindo sobre o assunto de forma positiva. Esta questão foi identificada pela equipe de enfermagem durante as visitas domiciliares.

A realização das atividades educativas também oportunizou a integração entre os indígenas e a equipe de enfermagem, pois havia participação de ambos em seu desenvolvimento. Os adultos participavam do processo educativo na organização do local, no transporte, na divulgação da programação. Assim, as atividades educativas possibilitaram estabelecer vínculo entre a equipe/equipe, equipe/comunidade e comunidade/comunidade.

Outro aspecto importante foi à metodologia utilizada, que por ser dialógica, possibilitou valorizar as experiências e conhecimentos vividos das crianças, bem como os valores étnico-culturais.

A experiência vivenciada permitiu reafirmar que a atividade de educação é destinada à transformação da realidade na busca de práticas de saúde eficientes e eficazes de acordo com o contexto social, histórico, cultural, econômico e político. Esse processo de transformação da realidade foi observado em um segundo momento durante as visitas domiciliares dentro do programa saúde da família indígena.

## **Conclusão**

Conclui-se que a realização das atividades educativas desenvolveu papel importante na prevenção das doenças e promoção da saúde junto às crianças do pólo base de Caiburís em Barcelos/AM, alcançando toda a comunidade, assim como estreitou os laços de solidariedade compromisso entre profissionais da área e população indígena de Barcelos/AM. Além disso, foi fundamental para construção e reconstrução do conhecimento compartilhado e comunitário e principalmente para reformulação das

práticas de saúde na comunidade e na ação coletiva, objetivando transformações na sociedade indígena.

### **Referências**

Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Ministério da saúde. *Educação em saúde: diretrizes*. Brasília, 2007.

GUIMARÃES, Eliane Marina Palhares; Martin, Sandra Haueisen, Rabelo, Flávia Cristina Paolinelli. Educação permanente em saúde: reflexões e desafios. *Rev. Ciência y Enfermería*. São Paulo, v. XVI, n. 2, p. 25-33, 2010.

PASCHOAL, Amarilis Schiavon; Mantovani, Maria de Fátima; Méier, Marineli Joaquim. Percepção da educação permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino. *Rev. Escola de Enfermagem USP*. São Paulo, v. 41, n. 3, p. 478-84, 2007.

SCHALL, Virgúnia; Struchiner, Miriam. Educação em saúde: novas perspectivas. *Cad. Saúde Pública* vol.15. Rio de Janeiro 1999

SOARES, Oscar Espellet. *Ações em saúde indígena amazônica: o modelo do Alto Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2007.



## AS BRINCADEIRAS DE RODA COMO EXPRESSÃO CULTURAL DA CRIANÇA

Isis Melo de Lima<sup>1</sup>, Ilaine Inês Both<sup>2</sup>

### Resumo

O presente texto é resultante da pesquisa de mestrado que desenvolvemos no período 2003-2005 acerca dos desafios para a educação intercultural e dos estudos do Programa de Iniciação Científica - PIBIC/UFAM, que realizamos no período de 2010-2011 sobre “o papel da brincadeira para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança” e a “brincadeira e o jogo sob a ótica dos pensadores da teoria histórico cultural”, bem como, a pesquisa do PIBIC em andamento que tem como tema as “Cantigas de roda: em busca de vestígios culturais”. Estas pesquisas de campo e bibliográficas têm demonstrado a importância das relações sociais entre pessoas de distintas culturas, bem como, a relevância das brincadeiras na vida das crianças. Todavia, estes estudos têm revelado, também, que muitos adultos desconhecem o potencial das relações interculturais e o papel das brincadeiras como expressões culturais. Desta forma, o tema das brincadeiras infantis continua nos instigando por avaliarmos que muitas questões carecem de uma melhor compreensão, entre as quais, o desafio de encontrar vestígios culturais nas cantigas de roda. Nesta perspectiva, estamos dando prosseguimento à pesquisa bibliográfica no intuito de, posteriormente, mobilizar adultos e crianças para a prática das brincadeiras em geral e, em particular, das brincadeiras de roda a fim de que continuem sendo memória viva nas manifestações culturais infantis.

**Palavras-chave:** Cultura; Brincadeiras; Infância.

### Introdução

As brincadeiras integram o contexto das experiências vivenciadas pelas crianças desde bem pequenas. Inicialmente elas brincam em casa com os familiares e amigos e, mais tarde, esse universo tende a se ampliar para outros espaços como, por exemplo, da vizinhança e comunidade. Conforme a compreensão que o adulto tem do conceito de criança e de infância, as brincadeiras são concebidas como importantes ou irrelevantes.

Neste texto abordaremos as brincadeiras como expressão cultural das crianças. Em suas brincadeiras, em seus modos de ser e estar no mundo, elas não apenas apropriam aquilo que suas culturas lhes propiciam, mas questionam e investigam criando, dando novos significados e contribuições para as culturas existentes. Isso implica dizer que as crianças, através de suas ações e interações com e no mundo, também, produzem culturas. Nessa perspectiva, as brincadeiras representam, por

---

<sup>1</sup> Estudante de Pedagogia FACED/UFAM. Bolsista UFAM/PIBIC 2010-2011.

<sup>2</sup> Mestrado em Educação. Professora Assistente da UFAM/FACED/DMT.

excelência, as principais formas de expressão cultural das crianças nesta etapa de suas vidas.

### **Definição do conceito de cultura**

Iniciamos reconhecendo que na sociedade não existe uma única cultura, ao contrário, existem inúmeras culturas, por isso, o termo no plural, expressão utilizada na obra de De Certeau (1995). A diversidade cultural permite que tenhamos contato direto com os mais diversos modos de vida das pessoas que refletem uma variedade imensa de tipos de: músicas, gastronomia, crenças religiosas, festas, línguas, valores, vestimentas, entre outros.

Consideramos fundamental destacar que não concebemos a cultura como estática, parada no tempo, mas, como um processo histórico que está permanentemente em movimento. Em sua dinamicidade, os elementos do passado vão sendo reconstruídos no presente, dando origem ao novo. Brandão (1986), compartilha da concepção de que a cultura é um processo, porque são os homens concretos que a produzem. Conforme o autor, “a cultura existe viva em processo e, mesmo sendo politicamente expropriada e simbolicamente alienada, ela está sempre em transformação. Articulados como grupos sociais de agentes criadores, são homens concretos os seus produtores” (BRANDÃO, 1986, p. 32).

Em nossa compreensão há elementos folclóricos presentes na cultura. A partir de Megale (1999), entendemos que é possível encontrar manifestações folclóricas em poemas, lendas, contos, provérbios e canções, danças, jogos, credices e superstições. Para a autora, o folclore é transmitido de uma geração para outra, mas, vai sendo modificado conforme as necessidades externas, sendo conservado, porém, seu núcleo. Portanto, consideramos oportuno frisar que, apesar do folclore ter por base elementos do passado, ele não está parado no tempo; está constantemente sendo recriado, deixando de lado algumas características e apropriando-se de outras.

Conforme Cascudo (1967, p. 9), o folclore é tradição e a tradição é a “ciência do povo”. Para o autor, os grupos humanos em todos os países do mundo possuem um patrimônio milenar e contemporâneo de tradições que é conservado pelo costume; esse patrimônio, chamado folclore, aumenta pelos conhecimentos diários que se integram

nos hábitos domésticos, grupais e nacionais, pois “onde estiver um homem aí viverá uma fonte de criação e divulgação folclórica” (CASCUDO, 2001, p.240-241).

Portanto, entendemos que a cultura é permeada por traços do folclore, mas não se resume a ele. Assim, nos aproximamos ao conceito de cultura representado por Bosi (1992, p. 319) “como conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social”. Nesta perspectiva, entendemos que cultura significa “modos de viver” (WILLIAMS apud MARCON, 2003, p. 38) de um determinado grupo social - que contém aspectos da musicalidade, da religiosidade, da moral, do lazer, do vestir, do comer, de se relacionar, do trabalhar; enfim, envolve a totalidade do grupo social em seus aspectos econômicos, políticos, morais, espirituais e sociais - que estão em constante movimento e cruzamento e, por isso, contêm elementos de resistência e transformação.

### **Brincadeiras de roda como expressões culturais**

Podemos afirmar que a sociedade brasileira é culturalmente diversificada, cuja diversidade é expressa na música, na dança, na culinária, na crença, na vestimenta, etc. As cantigas de roda são uma das formas de expressão cultural em que estão incluídas tradições de diversos povos revestindo-se, portanto, de irrefutável significação para os distintos grupos sociais.

A prática das cantigas de roda é, em geral, realizada por grupos de crianças que se dão as mãos para formar uma roda e cantar melodias folclóricas, desenvolvendo ou não coreografias acerca da letra da música. Há algumas características que estas melodias têm em comum como a letra que, na maioria das vezes, é de fácil memorização e permeada por rimas, repetições e trocadilhos, o que faz da música uma brincadeira. Entre as cantigas de roda mais conhecidas no Brasil estão: “Roda pião”, “Escravos de Jó”, “Rosa juvenil”, “Sapo Cururu”, “O cravo e a rosa”, “Ciranda-Cirandinha” e “Atirei o pau no gato”.

De acordo com Walter Benjamin (2002), as crianças, quando brincam, se defrontam o tempo todo com vestígios que as gerações mais velhas deixaram. Para Fernandes (1979, p. 378), “um único folguedo pode pôr a criança em contato com quase todos os valores e instituições da comunidade de modo simbólico”.

Cascudo (2001) situa as cantigas de roda como parte integrante da "cultura popular", sendo transmitidas de geração a geração. Assim, entendemos que as cantigas de roda carregam, em si, especificidades de traços históricos, culturais e de identidade social. Através delas se torna possível, portanto, conhecer modos de vida dos antepassados permeados, por exemplo, pelos costumes, festas típicas, comidas, bebidas e crenças. No entanto, as cantigas de roda estão sujeitas a variação e incorporação de novos elementos, fato que não lhes retira nenhum valor, ao contrário, isso demonstra o caráter dinâmico da cultura.

Segundo Felinto (2000), as cantigas de roda estão presentes no Brasil desde o século XVII, resistindo nas cinco regiões do país, algumas vezes, com adaptações. Pimentel (2003) corrobora a afirmação de que as cantigas de roda são bastante antigas, podendo ser uma interpretação infantil das danças circulares sagradas.

De acordo com a literatura, as cantigas de roda praticadas no Brasil incorporaram características das culturas: indígena, africana e européia. No entanto, nós brasileiros, diante da pluralidade de culturas presentes em nossa sociedade temos a tendência de “naturalizar” situações e formas da miscigenação, que resulta na falta de consciência de toda diversidade. Isso talvez seja reflexo da supremacia cultural de determinados grupos sociais que acompanha a história de nossa sociedade, resultando na falta de conhecimento e respeito às diversidades culturais.

Nesta circunstância, consideramos natural que sejamos resultado da miscigenação de etnias e culturas, mas, com pouca ou talvez nenhuma consciência das origens e diferenças, predominando uma visão cultural “sincrética” que mistura elementos diferentes sem ter a consciência das diferenças. Outro fator que, possivelmente, colabora para o sincretismo cultural são os avanços da “indústria cultural” permeada pelo viés comercial e consumista, levando a camuflar manifestações culturais. Trata-se de uma prática que vem tomando grandes vultos na atualidade traduzida, por exemplo, em algumas produções musicais empobrecidas e massificadas.

Outrossim, a redução do espaço da rua e dos quintais de outrora, a diminuição na quantidade de irmãos (considerando que a prática das cantigas de roda exige, em geral, uma quantidade maior crianças), o advento dos brinquedos eletrônicos, o isolamento da criança frente à televisão e à internet e, até mesmo, a “agenda” lotada de muitas crianças, diminui significativamente seus tempos de brincar.

Por consequência, percebe-se um declínio na prática das brincadeiras de roda deste tipo de brincadeira pelas crianças brasileiras contemporâneas. Consideramos que deixar de lado as brincadeiras de roda ou praticá-las pouco, resulta no enfraquecimento dos traços culturais. Sem as raízes que nos situam num tempo e num espaço peculiar, carecemos de valores, costumes, formas de expressão que permitam transitar entre a fantasia e a realidade, o passado e o presente, aspectos importantes para a construção do nosso modo de ser e estar no mundo.

### **Considerações finais**

Acreditamos na importância da prática das cantigas de roda a fim de que continuem sendo memória viva nas manifestações de adultos e crianças, plenos de significação e identidade cultural. Se atividades como estas não forem potencializadas, pressupomos que é pouco provável que às novas gerações de crianças se interessem em conhecer e praticar estas manifestações culturais.

Consideramos oportuno ressaltar a relevância das cantigas de roda como expressão cultural dos distintos grupos sociais, pois, através delas podem manifestar suas músicas e danças, suas festas e comidas típicas, suas crenças e valores, etc. Assim, as cantigas de roda representam não apenas brincadeira e diversão, mas, expressões de determinada região e culturas. Portanto, cultivar na criança o gosto pela terra que habita, bem como, ao seu povo, suas tradições, é fundamental para que compreenda melhor o passado e estabeleça relações interculturais no presente.

### **Referências**

- BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2002.
- BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 10. ed. São Paulo: Global, 2001.
- \_\_\_\_\_. Folclore do Brasil (pesquisas e notas). Rio de Janeiro/São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.
- DE CERTEAU, Michel. A cultura no Plural. São Paulo: Papyrus, 1995.

FELINTO, Marilene. Do que você gosta de brincar? 500 Brincadeiras. Folha de São Paulo. São Paulo, 16 abril, 2000.

FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARCON, Telmo. Memória, história e cultura. Chapecó: Argos, 2003.

MEGALE, Nilza B. Folclore brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1999.

PIMENTEL, Giuliano. Lazer: fundamentos, estratégias e atuação profissional. Jundiaí: Fontoura, 2003.

# **A CRIANÇA E O DESENHO: A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO EDUCATIVA DO PROFESSOR/ INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS ENVOLVENDO AS QUESTÕES AMBIENTAIS**

**Adriana de Souza Santos<sup>1</sup>, Maria Rita Santos da Silva<sup>2</sup>**

## **Resumo**

O modo como as práticas de produção do desenho infantil vêm sendo trabalhadas na escola tem desvalorizado o processo de criação das crianças, tendo em vista a obtenção de um produto final, elaborado a partir de modelos prontos, ou de propostas descontextualizadas, sem significado para as crianças. O presente artigo busca discutir a importância da ação educativa intencional do professor no processo criativo de produção do desenho na escola, no sentido de oferecer às crianças oportunidades de exercer as possibilidades culturais expressivas que lhes são inerentes. Indicadores apontam que o desenho da criança pode revelar comportamento, ações e reações resultantes das interações sociais. A criança, quando desenha, expressa seu modo de ser, sentir, ver e se exercitar no mundo e com o mundo, atribuindo-lhe significados, fazendo representações dos objetos culturais com os quais ela interage, revelando sua experiência vivencial, além de exteriorizar aspectos emocionais, intelectuais, deixando fluir medos e frustrações oriundas das relações interpessoais. O desenho também se constitui em linguagem e, portanto, uma das mais antigas formas de expressão e de comunicação, produto da relação com o meio ambiente. Nesse sentido, a atuação docente adquire grande relevância ao organizar espaço de criação e recriação de identidade, tendo como suporte as representações e os significados do desenho da criança, propiciando o desenvolvimento das áreas vitais e culturais. Assim, a intervenção pedagógica, resultante da intencionalidade e de estratégias bem elaboradas que atendam e respondam as necessidades voltadas para as questões ambientais, desvelando sobre os cuidados e a sensibilidade da criança é papel fundamental da docência nos dias atuais.

**Palavras-chave:** Desenho infantil; Prática educativa; Questões ambientais.

## **Introdução**

O desenho infantil é de grande importância para o desenvolvimento sadio e para a formação mental do ser humano. Pois ele engloba as potencialidades do indivíduo, constituindo-se em uma atividade plena, que auxilia a expansão da criatividade, da pesquisa, do raciocínio, da compreensão e da sensibilidade da criança em relacionar-se consigo, com o outro e com o mundo.

A evolução do desenho compartilha o processo de desenvolvimento, passando por etapas que caracterizam a maneira da criança se situar no mundo. Segundo Piaget (1998), a forma de uma criança conhecer o objeto passa por significativas

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Métodos e Técnicas Da Universidade Federal do Amazonas.

transformações em sua evolução. Inicialmente, predomina a ação nas relações com o objeto, período sensório-motor que se estende até os dezoito meses aproximadamente. Na fase seguinte, a ação é substituída pela representação em suas diferentes manifestações.

O desenho é precedido pela garatuja, fase inicial do grafismo. Semelhantemente ao brincar, se caracteriza inicialmente pelo exercício da ação. O desenho passa a ser conceituado como tal a partir do reconhecimento pela criança de um objeto no traçado que realizou. O educador tem um papel importante no processo de desenvolvimento da criança, pois é ele quem deve proporcionar um ambiente que favoreça a aprendizagem, estabelecer um ambiente de relacionamento significativo, permeado por um trabalho no qual, as propostas não aconteçam apenas para cumprir um currículo formalizado, mas para envolver as crianças com os temas a serem exploradas, cujo resultado deve ser socializado por meio das próprias crianças.

As crianças percebem quando o adulto se interessa pelo que elas fazem e consideram seus trabalhos expressando juízos de valor sobre eles. Deve-se então valorizar a construção do conhecimento como foco principal da atividade, deixando fluir interesse pelas produções das crianças em suas tentativas de se expressarem.

Dentre as propostas que norteiam o trabalho pedagógico, especialmente na educação infantil, o desenho é uma constante no repertório de atividades, já que toda criança desenha, sendo um importante meio de expressão para ela, base de revelação dialógica e suas emoções com o mundo. Nesse sentido, Cunha (2002), afirma que é na educação infantil que as crianças começam a procurar por formas e cores específicas para cada elemento formal, porém essa busca tende a se esgotar quando as crianças encontram estereótipos que representam os elementos observados. É nesse momento que a intervenção do professor se faz mais necessária no sentido de organizar estratégias pedagógicas criativas e desafiadoras no processo de construção do conhecimento e reflexão a partir de temas voltados para as questões ambientais.

Segundo Pereira (2004), a observação do cotidiano escolar tem mostrado uma realidade que faz refletir sobre a forma como o desenho vem sendo trabalhado nas escolas ao longo dos tempos. Percebe-se que o processo criador das crianças muitas vezes é desvalorizado em detrimento de um produto final, produzido a partir de modelos prontos, ou de propostas descontextualizadas, sem significado para as crianças e que



não apresentam desafios que levem à exploração do ambiente a sua volta e ao estabelecimento de relações que orientarão seu avanço em termos de desenho e de socialização de sua produção.

Essa realidade, no entender de Pereira (2004) é resultado da existência, ao longo dos tempos, de práticas inadequadas que consideravam o desenho como apêndices de outras atividades, tais como: atividades decorativas (presentes para os pais, enfeitar ambiente e ilustrar datas comemorativas) ou ainda como reforço para aprendizagem de determinados conteúdos (colorindo imagens ou então fazendo exercícios de coordenação motora) e nunca como uma atividade criadora com uma finalidade em si mesma.

Conforme apontado nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, (Vol.3, 1998) o desenho é uma das linguagens visuais, cujo trabalho deve ter como suporte uma tríade: o Fazer Artístico (expressão e produção), a Apreciação (construção de sentido, gosto estético) e a Reflexão (pensar sobre os conteúdos, compartilhar ideias).

Na escola o “fazer” ainda tem se destacado como uma prática empobrecida, que desconsidera a expressividade do estudante. Trabalhar com desenho significa trabalhar com o fazer contextualizado, propondo que a criança amplie seu universo cultural, e se enxergue como alguém capaz de criar, de atribuir sentidos utilizando-se da linguagem visual e simbólica. Apresentar ao educando modos e procedimentos capazes de caracterizar diversidade pode ser uma forma eficiente de combater os desenhos estereotipados, trazendo o foco das questões ambientais como estratégias da prática pedagógica.

### **Construindo novas possibilidades**

O desenho é um ótimo meio para ser usado dentro da comunicação, veículo para a exposição de ideias, pensamentos, emoções, e até mesmo como registros de aprendizagens.

Quando a escola se propõe a desenvolver trabalhos para que a criança amplie suas possibilidades expressivas, é importante apresentar ao educando modos e procedimentos capazes de caracterizar a diversidade para combater os desenhos estereotipados possibilitando novos olhares.

Vejam os alguns exemplos de atividades sugeridas por alguns autores que se dedicaram a desenvolver projetos de trabalho específicos com o desenho infantil que têm em comum a preocupação em diversificar as referências imagéticas para que as crianças possam além de fazer, apreciar e contextualizar suas produções:

A). Cuidando do espaço visual, uma criação da criança: Segundo Pereira (2004), um dos caminhos a perseguir na mudança do olhar sobre o desenho na escola deve ser o olhar sobre o próprio espaço da sala de aula. Normalmente os educadores preocupam-se no início do ano letivo em decorar a sala de aula para receber os alunos. Materiais com motivos infantis feitos de isopor ou desenhos mimeografados, produzidos em larga escala, sem nenhuma relação com aquilo que é desenvolvido na sala, colaboram com os modelos estereotipados que são apresentados às crianças; B). Levantar propostas em artes visuais e disponibilizar materiais para as crianças: Na sala de aula de crianças bem pequenas, o desenho oportuniza a familiarização com os materiais gráficos, viabilizando experiências sensoriais em relação aos materiais e seus efeitos visuais. Neste sentido, é interessante o trabalho com várias técnicas de pintura para que as crianças possam explorar suas variações e exercitem sua coordenação motora; C). Para crianças pré-escolares, Pereira (2004) acredita que pode-se usar o desenho como registro de um jogo, uma brincadeira ou de uma situação específica (tema que está sendo trabalhado), como instrumento de representação de uma vivência, para que a criança possa externalizar as suas observações, os aspectos relevantes da situação, podendo ser usado até mesmo como representação de um lugar (trabalho relacionado ao espaço e os elementos pertencentes a ele); D). Cunha (2002) discute ainda que a produção do desenho em grupo também pode ser enriquecedora, pois produzir desenhos em duplas exige muito exercício mental e desenvolve questões relativas à valores morais, pois as crianças dividirão o mesmo espaço com opiniões e intenções diferentes, ou seja, terão que entrar em consenso em relação ao desenho e posteriormente às cores que serão utilizadas. As atividades são enriquecidas com temas emergentes da realidade vivenciada pelas crianças, dando ênfase a questões ambientais.

### **A ação educativa nas escolas de educação infantil**

Notadamente, a prática educativa exerce importante papel no processo de difusão dos conhecimentos sobre as questões ambientais, incluindo os recursos naturais

como: a água, as plantas, em especial, as árvores frutíferas que geram alimentos saudáveis, as verduras, entre outros recursos essenciais a sustentabilidade humana. Uma das expectativas inclui o desenvolvimento de uma prática pedagógica com a inserção do desenho como fio condutor de uma interação dialógica, instigadora de uma educação que seja indutora da mudança de hábitos e de comportamentos considerados predatórios em hábitos e comportamentos tidos como compatíveis com a preservação dos recursos naturais.

Embora todos os grupos sociais devam ser educados para a conservação e preservação dos recursos naturais, as crianças são um grupo prioritário, pois estão em fase de desenvolvimento cognitivo e afetivo. Supõe-se, então, que nelas a consciência sobre as questões ambientais podem ser internalizadas e traduzidas em uma cultura bem sucedida já que os adultos apresentam comportamentos cristalizados e de difícil reorientação.

Assim, a prática educativa no ambiente escolar que apresenta como proposta pedagógica o desenvolvimento das múltiplas linguagens, entendida enquanto expressão e manifestação da subjetividade a partir da inserção do desenho, busca propiciar espaço para a voz da criança, sua fruição, as formas de ver, sentir e conhecer o mundo. Também para a escuta de diferentes vozes e manifestações culturais, ampliando o universo cultural dos envolvidos, tanto da comunidade escolar interna e/ou externa na luta contra as agressões ambientais, o desequilíbrio ecológico, entre outras questões que têm comprometido a qualidade de vida e ameaçado a convivência e a sobrevivência no planeta.

### **Considerações finais**

Na fase inicial de escolarização, as trocas entre as crianças são de grande importância, pois através das interações, das observações e das oportunidades oferecidas, possibilitam vivências e experiências em situações prazerosas onde o desenho desempenha, além da linguagem oral, papel primordial para as construções mentais futuras e reflexões inerentes as questões ambientais. Enfim, deve-se despertar as crianças para a arte-visual, com o objetivo de construir representações diversas e criativas, frutos de uma mente que é incentivada a ter vários olhares sobre tudo o que o mundo lhe apresenta, e principalmente, respeitada como sujeito que pensa e tem

emoções, que podem contestar, criticamente, os estereótipos colocados para elas como único caminho expressivo.

### **Referências**

Brasil, Ministério da Educação e Cultura. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Volume 3: Conhecimento de mundo. Brasília. MEC/SEF, 1998.

CUNHA, S. R. Cor, som e movimento: a expressão plástica musical e dramática no cotidiano das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2002.

EDWARDS, C.; Gandini, L.; Forman, G. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PEREIRA, D. R. Do gato (da escola) a Portinari. In: David, C.; Guimarães, G. (orgs) Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Vivências Artísticas e Pedagógicas. São Paulo: Unesp, 2004.

PIAGET, J. Seis estudos em psicologia. Tradução Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 23ª edição, Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1998.

SANS, Paulo de Tarso Cheida. Pedagogia do desenho infantil. 3ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2009.

# SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E SUA EFETIVIDADE ACADÊMICA REFLETINDO NA SOCIEDADE AMAZÔNICA

Thalita Ferreira da Silva<sup>1</sup>; Mara Tereza Oliveira de Assis<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo disserta sobre a política de estágio supervisionado e sua efetividade acadêmica cujo desenvolvimento e desempenho influem diretamente na sociedade, pois, o estágio tem como objetivo complementar a formação acadêmica do aluno e sua efetivação política. Desse modo traçaremos um perfil do histórico do estágio e a construção da política que o embasa para verificarmos como ele se expressa na academia junto aos campos de estágio disponibilizados aos acadêmicos, dentro da realidade amazônica vivenciada. Observando a sustentabilidade da política em respeito às demandas sociais a ela imposta.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado; Política de estágio; Sustentabilidade.

## Introdução

O Serviço Social brasileiro ao longo desses últimos 30 anos, tem vivenciado um processo de renovação teórica e ético-política que visa dar respostas às mudanças e novas requisições da sociedade, na qual os assistentes sociais, em sua atuação cotidiana, devem assumir o compromisso com os interesses e a defesa de direitos da classe trabalhadora sempre sob a orientação do projeto ético-político que se expressa na Lei n. 8.662/93, no Código de Ética do Assistente Social assim como nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Essa articulação se faz necessária devido à expansão acelerada do ensino superior que se mostra precarizado com o aumento das faculdades particulares e EADs com o ensino à distancia, assim é necessário que as ações profissionais sejam regulamentadas e direcionadas para embasar e defender a profissão, sendo desse modo instrumentos de luta para uma melhor qualificação profissional cujo intuito deve ser formar profissionais qualificados e comprometidos com a prestação de seus serviços, priorizando sempre o usuário. Desse modo, buscamos observar a sustentabilidade da

<sup>1</sup> Mestranda de Curso de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e Docente em exercício do Curso de Serviço Social – Universidade Federal do Amazonas. e-mail: thalita\_agape@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda de Curso de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas. e-mail: maratocial@hotmail.com ou maratocial@gmail.com.

política de estágio em Serviço Social da UFAM e sua efetividade acadêmica que influi diretamente na formação de profissionais que irão atuar em nossa sociedade.

### **Fundamentos da Política Estágio em Serviço Social**

O estágio supervisionado como aprendizagem e mecanismo de construção do agir profissional é o primeiro passo para se colocar em prática e aprimorar as regras e normas estabelecidas na lei, no Código de Ética e documentos que regem a profissão. A Lei 11.788/08 define que o estágio é desenvolvido no ambiente de trabalho e faz parte do projeto pedagógico do curso, classificado de obrigatório, quando definido como pré-requisito para obtenção de diploma e não obrigatório, quando se trata de atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória.

O estágio não estabelece vínculos mesmo sendo obrigatório e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS o estágio supervisionado é colocado como um momento ímpar do processo ensino aprendizagem, que faz a síntese na relação teoria-prática indicando o perfil profissional do acadêmico em construção que deve atuar nas expressões da questão social, formulando propostas para seu enfrentamento, possibilitando a apreensão de mecanismos para agregar à sua prática profissional, no entanto, devido à escassez de profissionais a supervisão de estágio nem sempre está presente no campo não havendo assim uma articulação entre supervisor de estágio e supervisor de campo, ocorrendo desse modo uma dicotomia que prejudica a articulação entre teoria e prática na construção profissional do acadêmico.

### **A Política de Estágio na formação profissional do Assistente Social**

Neste processo de construção da Política Nacional de Estágio preconiza-se que sejam defendidos princípios norteadores (LEWGOY, 2010) que preservam importantes dimensões no processo formativo do Assistente Social sem dissociar a supervisão acadêmica e de campo, primando pela articulação entre universidade e sociedade, realizando assim com efetividade a interdisciplinaridade por vezes tão apregoada articulando o ensino, pesquisa e extensão. A indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa é outro princípio que preserva a

formação profissional de qualidade que culmina com a articulação teoria-prática. Esta apropriação exige que

O rigor teórico-metodológico e o acompanhamento da dinâmica societária permitem atribuir um novo estatuto a dimensão interventiva e operativa da profissão. É a capacitação crítico-analítica que possibilita a definição de objetos de ação em suas particularidades sócio-institucionais, para a elaboração de estratégias de intervenção comprometidas com propósitos ético-políticos do projeto profissional. (Lewgoy, 2010, p. 155).

A unidade teoria-prática, que no processo de estágio supervisionado busca-se legitimar como processo dialético, uma unidade dialética entre os conceitos e a realidade, “a realidade em movimento e conceito da realidade, se podem ser logicamente distinguidos, devem ser concebidos historicamente como unidade inseparável” (Gramsci, 1999, p. 311).

A Política de Estágio do curso de Serviço Social da UFAM, luta para que esta realidade em que o estágio curricular está inserido, seja diferente, pois preconiza na Seção II, Estrutura do Estágio que, será efetivado através dos núcleos de ensino-aprendizagem visando a inserção do discente na realidade, estabelecendo correlação entre as referências teóricas, as propostas metodológicas e as conjunturas da sociedade.

Então, tendo em vista esta premissa, a vivência do aluno no campo de estágio é de inserir-se nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Amazonas, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural e a integração entre o saber universitário e a sociedade. Isso possibilita desvelar os aspectos do agir profissional, na busca de compreendê-lo sobre as múltiplas determinações da realidade político-institucional e assim estabelecer a relação teoria-prática no exercício do Estágio Curricular.

### **Expressão acadêmica (os campos de estágio) voltada à realidade Amazônica.**

A realidade Amazônica se difere das demais localidades devido suas especificidades, estamos no meio da maior floresta nativa do mundo, nossas estradas são os rios, nossa cultura é diferenciada, rica em diversidades, nosso povo é conhecido como povo da floresta cuja miscigenação está presente com a figura do índio, do caboco, do negro e do branco. Ocorre assim uma necessidade de nos voltarmos para

nossas especificidades, pois somente se respeitarmos as nossas demandas sociais poderemos dizer que nossa política de estágio é sustentável, pactuando assim da ideia de Cavalcante quando expõe

que a ideia de sustentabilidade, por sua vez implica uma limitação definida das possibilidades de crescimento. É sobre esse fundamento que é indispensável agregar preocupações ecológicas (ou ecossociais) às políticas públicas do Brasil". (p. 24. 1997).

Desse modo, é preciso que os campos de estágio estejam preocupados em propiciar aos alunos estagiários possibilidades de conhecer e vivenciar campos de estágio que são bases da sociedade manauara, conhecendo as dificuldades enfrentadas pelos índios no atendimento que deveria ser prestado pelo governo, na atenção primária aos ribeirinhos no período de defeso e no auge das queimadas, no cuidado e atenção aos caboclos moradores da floresta na validação e permanência de comunidades que preservam não apenas o meio ambiente em que vivem, mas preservam nossas raízes, nossa cultura.

A política de estágio não pode ficar alheia a tudo isso, nem tão pouco se limitar a permanência do controle da mídia incentivando a participação no estágio nas áreas que estão em foco, mas deve primar pelo reconhecimento de nossas especificidades locais, estimular uma participação acadêmica com mais ênfase no local estando assim em consonância com o preconiza a política de governo para a sustentabilidade, como cita Cavalcante (p.30,1997)

ao informar que política de governo para a sustentabilidade significa uma orientação das ações públicas motivada pelo reconhecimento da limitação ecológica fundamental dos recursos (matéria e energia, em última análise) sem os quais nenhuma atividade humana pode se realizar.

Conforme podemos perceber só se pode afirmar que uma política é sustentável quando ela dá possibilidades de desenvolvimento para quem dela necessita e assim o estágio deve possibilitar o crescimento intelectual, moral e ético ao educando para que o mesmo possa prestar serviços de qualidade à comunidade em geral, seja no campo, na cidade ou no meio da floresta.



Torna-se imprescindível nos preocuparmos com o desenvolvimento do estágio no curso de serviço social primando pelo social, partindo de um olhar local, regional e depois ampliando para o nacional, assim estaremos atendendo aos objetivos de um desenvolvimento realmente sustentável, como preconiza Godard (1994) ao quebrarmos as barreiras entre as disciplinas, estaremos favorecendo o entendimento dos alunos, estimulando-os a compreensão do pensamento de diferentes autores ao mesmo tempo em que constroem os seus. Assim como o curso de serviço social deve conceber as políticas de desenvolvimento econômico em consonância com o meio ambiente, e visualizando que ambas devem ser complementares para que os problemas ambientais do Norte-Sul passem a gestar políticas ambientais reintegradas.

### **Considerações finais**

O propósito destas reflexões, fundamentalmente, consiste em amadurecer os debates acerca do papel do estágio na formação profissional, tendo em vista a operacionalidade da Política de Estágio do curso de Serviço Social nesta fase, bem como a relação triádica da supervisão que se configura em Supervisor de Ensino – Acadêmico – Supervisor de Campo. Nesse sentido, a Política de Estágio do curso de Serviço Social, enquanto parâmetro de análise, revela-nos os caminhos e os descaminhos da operacionalidade desta política na experiência curricular de estágio supervisionado dos estagiários nos espaços institucionais da sociedade amazônica.

Os estagiários concebem a experiência curricular de estágio como um momento privilegiado de contato com realidade social, exercitando sua prática à luz da teoria e das reflexões sobre os conteúdos da profissão, sobre o papel do Assistente Social. Veem como uma fase de aproximação do instrumental técnico-operativo do trabalho do Assistente Social, orientado para uma postura interventiva. E por esta razão, abrir espaços de estágio em consonância à realidade amazônica como movimentos sociais, em comunidades ribeirinhas, etc. urge na contemporaneidade como proposta de formação efetiva para que tenhamos profissionais preparados para uma realidade diferenciada do restante do país.

## Referências

CAVALCANTI, Clóvis, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas In: Clóvis Cavalcanti (Org) Política de Governo para o Desenvolvimento Sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva – São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

Coletânea das leis. CRESS - 15° Região Amazonas/Roraima. Manaus: Editora Valer, 2009.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In Faces do trópico Úmido – conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente/ Edna Castro, Florence Pinton (Orgs). – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 1 – Introdução ao Estudo da filosofia, A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

Resolução n° 018 – CEG/CONSEP, de 26 de junho de 2001 que Regulamenta o estágio supervisionado em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas.

# **O TRABALHO DAS MULHERES DA FLORESTA: UM FATOR DECISIVO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR DE SUAS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO BARRO ALTO, COARI-AM**

**Milton Melo dos Reis Filho<sup>1</sup>, Iraildes Caldas Torres<sup>2</sup>**

## **Resumo**

As comunidades da área rural do Amazonas têm na agricultura familiar o ponto basilar da organização do trabalho. Esta pesquisa realizada na comunidade ribeirinha Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, localizada no município de Coari, no Amazonas, buscou perceber em que sentido o trabalho das mulheres da floresta, no âmbito da agricultura familiar, é fator decisivo para a segurança alimentar de suas famílias e comunidade. O trabalho de campo seguiu as orientações das abordagens qualitativas com o uso de entrevistas semi-estruturada dirigida a sua amostra de 26 mulheres. Dentre os resultados obtidos constatamos que as mulheres assumem a integralidade dos trabalhos na cadeia produtiva da mandioca, enquanto que os homens se ocupam da caça. Conclui-se, com efeito, que embora as mulheres sejam os sujeitos centrais da economia doméstica, o seu trabalho não é reconhecido e valorizado pelo marido e pelos membros da comunidade.

**Palavras-chave:** Comunidade; Mulher; Vida e trabalho.

## **Introdução**

O cenário é de uma comunidade rural que em meio às dificuldades oriundas da expansão do capitalismo, que também atinge o interior da Amazônia, imprimiu em sua gente as angústias e inquietações para a busca de uma vida melhor. Estamos nos referindo a Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto do município de Coari-Amazonas. Partimos do princípio da segurança alimentar por estar associada ao cotidiano das mulheres e homens que vivenciam as agruras de um processo de trabalho contínuo, árduo e desafiador nessa comunidade, assunto que será abordado no segundo item deste capítulo. Aqui buscamos discutir “as questões suscitadas pela problemática da divisão sexual do trabalho articulada àquela das relações de gênero, a partir das suas formas concretas de existência e representação” (LOBO, 1991, p. 140).

Esse processo de trabalho é demarcado pela força que cada um exerce sobre o outro. No caso da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, tanto as mulheres quanto os homens exercem esse poder. Cada um desempenha um papel bem

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Bolsista FAPEAM. (melomilton@ig.com.br).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais / Antropologia e professora da Universidade Federal do Amazonas. (iraildes.caldas@gmail.com).

definido, o que contribui para o seu destaque no meio social, onde o mérito acaba sendo daquele que exerce o poder maior. Nesse lugar, embora exista uma participação mais igualitária entre as mulheres e homens (31%), a figura masculina ainda aparece como o grande provedor da economia doméstica (54%). Mas, o que é alarmante é que de um universo de vinte e seis mulheres entrevistadas, apenas 15% das esposas aparecem como principais arrimos de famílias. Aqui, recorremos a Lobo (1991, p. 145) para afirmar que “o discurso econômico está construído para ser geral e este é um problema que se coloca sistematicamente para a pesquisa sobre o trabalho feminino: como dar conta das relações invisíveis e como evitar a armadilha da dicotomia entre relações gerais e específicas”. As mulheres sempre representaram um lugar de inferioridade quando se refere à participação econômica por setor de atividade (BRUSCHINI, 2000). “Mas a ampliação do setor agrícola (de 14% em 90 para 23% em 95) foi provocado pelo alargamento do conceito de trabalho, que passou a captar com maior precisão e atividade econômica das mulheres no campo” (BRUSCHINI, 2000, p. 25).

De modo geral, as mulheres se colocam num patamar de inferioridade em relação aos homens, quando se trata da segurança alimentar. Mesmo sendo conscientes da sua importância no processo da produção da farinha, elas consideram os seus maridos como principais arrimos da família. Mas foi o esforço da mulher que viabilizou a efetivação do Programa do Governo Federal Bolsa Família que, também, mantém a família. Ainda assim, o homem exerce o poder sobre a família por sua autoridade de pai, conforme podemos perceber na fala de uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa<sup>3</sup>.

Meu marido é o principal responsável pelo nosso sustento porque é ele que pesca e caça. Da minha parte, só entra a farinha que eu faço, as galinhas, os patos e os carneiros que eu crio. É da criação que vendemos algum animal para comprar as roupas dos meninos. O material escolar dá para comprar com a Bolsa Família (INFORMANTE Nº 01).

A depoente da nossa pesquisa revela o contentamento pelo que exerce e um grau de conformismo com o que seria capaz de realizar. É visível que sua importância no ato de se fazer presente na economia doméstica foge ao próprio reconhecimento. O trabalho na roça como agricultora é somada à criação de animais e, também aos vários

<sup>3</sup> Pelo fato de os dados qualitativos (falas) aqui analisados terem sido retirados dos formulários aplicados aos sujeitos da pesquisa, não os nomearemos, utilizaremos a terminologia informante seguido de numeração, para indicar a fonte dos dados.

ofícios da casa. Mesmo assim, a mulher agricultora é conivente com o seu lar, o da mulher provedora, a mulher que vê nas atividades do marido a importância devida, mesmo quando seus papéis extrapolam determinados limites. Estamos falando da segurança alimentar construída por mulheres e homens da comunidade. Onde imprimem marcas profundas de uma relação balizada pelo jogo do poder entre ambos. “Parece fundar-se em relações sociais e representações culturais, em estratégias patronais do Estado e em práticas de resistência de mulheres e de homens” (LOBO, 1991, p. 158), o que pode ser consequente da construção social da divisão sexual do trabalho. Como define Torres (2009, p. 73) “existem claves que tomam rumos diferenciados, assim como existem espíritos capazes de atos de grandeza, fervores e rupturas no curso de suas vidas”. Nesse sentido, a atuação das mulheres agricultoras tem sua ressignificação.

### **Resultados e Discussão**

Dentre os resultados obtidos constatamos que as mulheres assumem a integralidade dos trabalhos na cadeia produtiva da mandioca, enquanto que os homens se ocupam da caça. Aqui buscamos discutir “as questões suscitadas pela problemática da divisão sexual do trabalho articulada àquela das relações de gênero, a partir das suas formas concretas de existência e representação” (LOBO, 1991, p. 140).

Na comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, tanto as mulheres quanto os homens exercem esse poder. Cada um desempenha um papel bem definido, o que contribui para o seu destaque no meio social, onde o mérito acaba sendo daquele que exerce o poder maior. Nesse lugar, embora exista uma participação mais igualitária entre as mulheres e homens (31%), a figura masculina ainda aparece como o grande provedor da economia doméstica (54%). Mas, o que é alarmante é que de um universo de vinte e seis mulheres entrevistadas, apenas 15% das esposas aparecem como principais arrimos de famílias.

Como define Torres (2009, p. 73) “existem claves que tomam rumos diferenciados, assim como existem espíritos capazes de atos de grandeza, fervores e rupturas no curso de suas vidas”. Nesse sentido, a atuação das mulheres agricultoras tem sua ressignificação.

Nossa pesquisa anuncia que o trabalho na roça é bem aceito por todas as mulheres. Para a maioria das mulheres pesquisadas trata-se de um trabalho pesado, mas que dá felicidade ao realizarem; é uma atividade prazerosa porque supri as necessidades da casa; é uma questão de honra para outras, além de ser uma atividade que para elas é da mulher que trabalha. O modo de agir de homens e mulheres da comunidade Barro Alto, de acordo com o que afirma Reis Filho (2010, p. 203) “centra-se nas necessidades básicas das condições de vida. Os instrumentos de luta da cidadania para atuar numa esfera combativa precisam ser construídos”.

### **Conclusão**

Das 26 famílias entrevistadas 15% revelaram que o destino da sua produção é para o próprio consumo e 85% revelaram que o destino de sua produção é para consumo e venda ao mesmo tempo. A produção da farinha gera uma renda familiar (mensal) proveniente da venda dos produtos, em que 14 famílias passam a receber menos de um salário; 11 famílias até um salário mínimo e apenas 1 família alcança a ordem de dois salários. Conclui-se, com efeito, que embora as mulheres sejam os sujeitos centrais da economia doméstica, o seu trabalho não é reconhecido e valorizado pelo marido e pelos membros da comunidade.

### **Referências**

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios / Maria Isabel Baltar da Rocha (Org.). – Campinas: ABEP, NEPO,/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

LOBO, Elizabeth Souza. A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. (Tradução: Marco Aurélio Santana). São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

REIS FILHO, Milton Melo dos. Gênero e Práticas Econômicas na Comunidade Barro Alto em Coari/Am. In: Cadernos de Resumos [Expandido] do 16º Encontro da Redor – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher e Relação de Gênero e do 2º Encontro de Estudo sobre Mulheres da Floresta: Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

TORRES, Iraídes Caldas. Arquitetura do Poder: memória de Gilberto Mestrinho / Iraídes Caldas Torres. Manaus: Editora da universidade Federal do Amazonas, 2009.

# A ADIÇÃO DE VALOR DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS EM EVIDÊNCIA: PARA (RE)ABRIR UM DEBATE

Mauro Thury de Vieira Sá<sup>1</sup>

## Resumo

O texto discute a adição de valor pela indústria de transformação amazonense, que praticamente se confunde com o Pólo Industrial de Manaus (PIM), alicerçado nos incentivos da Zona Franca de Manaus. Trabalhando-se com dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, observou-se que, desde 2003, a indústria de transformação amazonense tem ampliado sua adição de valor por cada real produzido, passando em 2006-2007 o mesmo indicador para a indústria de transformação brasileira. Logo, o senso comum, de que a ZFM pouco agrega valor, não encontra respaldo ao se dar um tratamento nos dados da PIA.

**Palavras-chave:** Pólo Industrial de Manaus; Valor agregado; Amazonas.

## Introdução

A Zona Franca de Manaus (ZFM), operacionalizada de fato em 1967, tem como desafio estabelecer um centro agropecuário, comercial e industrial em Manaus e arredores, como se fosse o epicentro da Amazônia continental. Mas não apenas este: com área de 10 mil km<sup>2</sup>, também dela esperam-se efeitos irradiadores para a Amazônia brasileira, mormente a Amazônia Ocidental, esta formada pelos atuais Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima. Com o anúncio feito em 24/10/2011, pela Presidente Dilma Roussef de encaminhamento ao Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estende, no tempo, os benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais cinquenta anos e, em termos de área, para toda a Região Metropolitana da Manaus (RMM), vários pontos merecem escrutínio.

Um primeiro seria o plano infraconstitucional, uma vez que o fato da Constituição Federal prever incentivos fiscais em favor da ZFM não significa efetividade dos mesmos, que ficam a mercê de decretos e dos encaminhamentos dos processos produtivos básicos (PPBs) em âmbito ministerial. O caso recente de concessão de incentivos fiscais para os tablets é um exemplo no qual o diferencial tributário da ZFM diante de outras localidades brasileira foi alterado “infraconstitucionalmente”. Ademais, a entidade federal gestora destes incentivos, a

---

<sup>1</sup> Prof. Adj. do Departamento de Economia e Análise (DEA) da Faculdade de Estudos Sociais (FES) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) tem enfrentado uma miríade de dificuldades, incluindo o contingenciamento dos recursos gerados pela Taxa de Serviços Administrativos (TSA), que ficam em larga medida inacessíveis para a própria Suframa. Embora as questões acima sejam de sumo relevo o presente trabalho discute um ponto específico: a adição de valor por cada real produzido pela indústria de transformação no Estado do Amazonas vis-à-vis a do Brasil. Como a indústria de transformação amazonense praticamente se confunde com o Pólo Industrial de Manaus (PIM), i.e., o núcleo de estabelecimentos da indústria de transformação decorrente da ZFM, tem-se assim uma discussão sobre a agregação de valor desta área de incentivos em meio a uma discussão sobre a desindustrialização brasileira.

### **A adição de valor na indústria de transformação do Amazonas e do Brasil: uma comparação em meio ao debate sobre a desindustrialização**

O tópico em comento decorre do discurso normalmente feito de que a ZFM, em particular o PIM, agregaria pouco valor em face da natureza e do tipo de estímulo fiscal em vigor. Isto num cenário em que economistas debatem se o Brasil está atravessando ou não um processo de desindustrialização, segundo o qual a participação do setor industrial seja no produto interno bruto (PIB), seja no emprego do País declina.

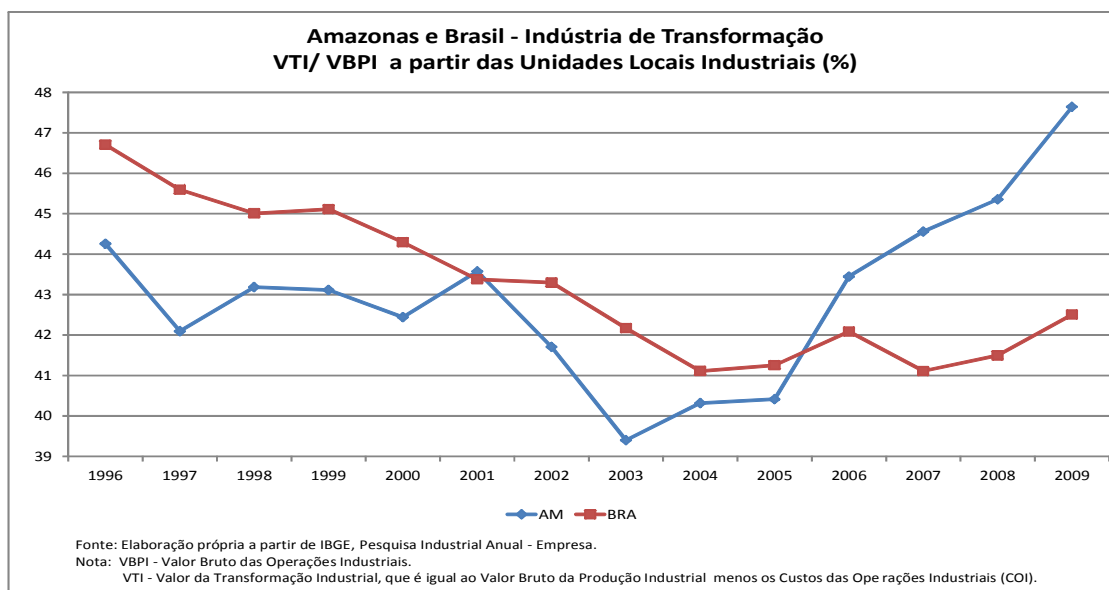
Outro aspecto do debate reside na menor agregação de valor por valor produzido pela indústria. Atendo-se à indústria de transformação, a mais expressiva das seções do setor industrial<sup>2</sup>, a redução na adição de valor por valor produzido vem ocorrendo por conta da chamada decomposição internacional do processo produtivo (DIPP). Fazendo com que cada país seja sede de apenas uma ou poucas etapas de uma longa cadeia produtiva que começa ou na agropecuária, extração vegetal ou na indústria extrativa mineral. Este último aspecto pode ser visto mediante os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal pesquisa levanta em nível de Brasil e das unidades da Federação (UFs), i.e., Estados e Distrito Federal, dados a partir das unidades locais industriais (ULIs) do valor bruto da produção industrial (VBPI) e do valor da transformação industrial (VTI). O VTI se refere à

---

<sup>2</sup> A indústria inclui as seguintes seções (segmentos): indústria extrativa; indústria de transformação; construção civil; serviços industriais de utilidade pública (SIUP), que abrange a produção e distribuição de eletricidade, gás e água.



diferença entre o VBPI e os custos das operações industriais (COI), tornando esta variável uma aproximação razoável do valor adicionado. A PIA abarca a indústria de transformação e a indústria extrativa. Foram tabulados dados de sorte a se obter a proporção do VTI sobre o VBPI da indústria de transformação de Amazonas e Brasil, contrastando-os ao longo do período 1996-2009. Quanto maior a razão VTI/VBPI mais se adiciona valor por valor produzido. Abaixo seguem os resultados em gráfico.



Primeiramente cabe expor a relação VTI/VBPI para o Brasil. A mesma decresceu quase que ininterruptamente de 1996 a 2004, saindo de patamar de 46,7% em 1996 para 41,1% em 2004. Este último patamar, o mais baixo da série iria se repetir em 2007, subindo em 2008 e 2009. Todavia tal acréscimo pode ter sido consequência da própria crise internacional: como os produtores do País não tinham como manter a mesma lucratividade o VBPI declinou. Em suma, aponta-se uma redução na adição de valor produzido para o Brasil, ainda que com leve recuperação no último biênio apurado, 2008-2009, porém devendo-se acautelar com tal “melhora”.

Olhando o mesmo período para o Estado do Amazonas, observa-se que, de 1996 a 2001, não há uma tendência clara do indicador em questão. Porém há uma forte queda da razão VTI/VBPI de 2001 a 2003. Ademais, de 1996 a 2003, o indicador amazonense sempre ficou abaixo do brasileiro, exceto em 2001. Em 1996, a proporção do VTI no

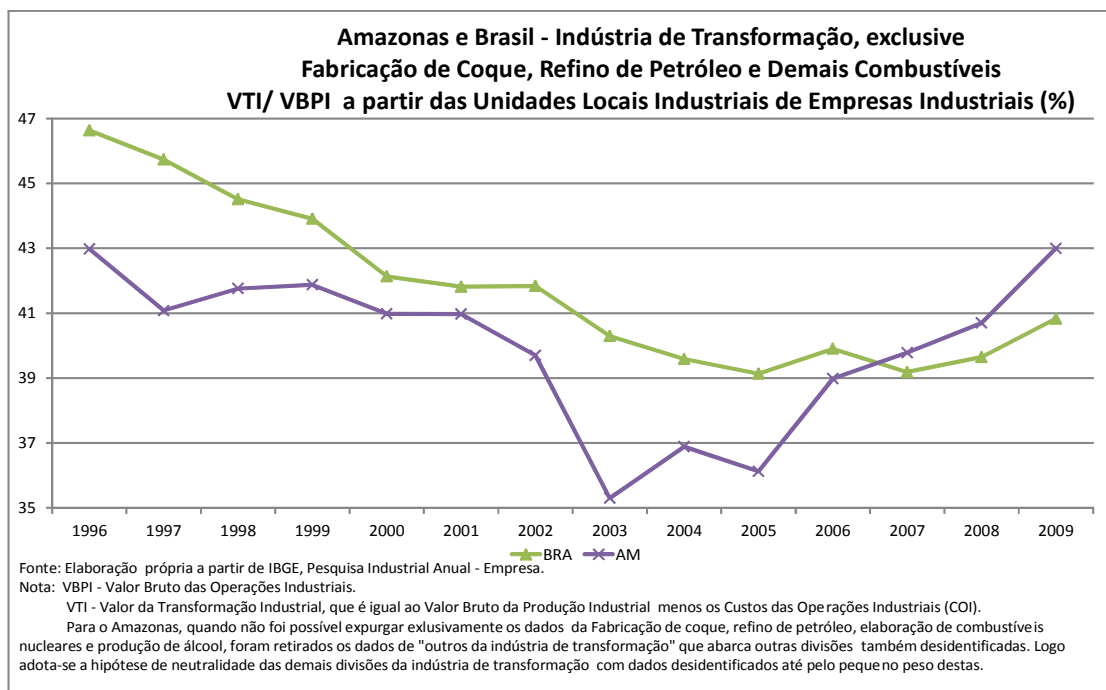
VBPI amazonense ficou em 44,3%, atingindo seu menor patamar em toda a série em 2003, quando ficou em 39,4%. Todavia o ano de 2003 se configurou em ano de inflexão, com a razão VTI/VBPI ascendendo sem interrupções desde 2004. Mais: desde 2006, a relação superou a do Brasil (43,4% versus 42,1%). Em 2007, o indicador amazonense chegou a 44,6%. No biênio seguinte, cresceu ainda mais, para 45,4% em 2008 e 47,6% em 2009.

Esta notável evolução pode ser atrelada a três fatores ocorridos em ou a partir de 2003: a ampliação da vigência dos estímulos fiscais “zonafranquinos”, de 2013 a 2023, via aprovação de Proposta de Emenda Constitucional; a elaboração e aprovação no Legislativo da nova lei estadual de incentivos fiscais, a Lei Estadual nº 2826, criando mecanismos de fomento ao encadeamento produtivo; e a adequação ao longo do período do funcionamento da COFINS e da contribuição do PIS, contribuições cuja operacionalização até os ajustes tornava mais interessante produzir bem intermediário em outra UF e vender para uma empresa do PIM do que fazê-lo no próprio pólo.

Desta forma, não há a priori como caracterizar o PIM como localidade onde os produtores simplesmente “maquiam” os produtos. Um contra-argumento mais sólido poderia residir no peso do segmento fabricante de coque e produtos refinados de petróleo, cuja lógica não está vinculada a dos incentivos fiscais e cujo peso na indústria de transformação tem crescido segundo os dados da PIA.

Para verificar esta particularidade, fez-se uma tabulação retirando tal segmento tanto do Amazonas quanto do Brasil, ainda que fazê-lo para o Amazonas não seja trivial. Para o Amazonas em diversos anos os dados não estão disponíveis para a fabricação de refinados de petróleo e afins para não expor a estatística de determinada empresa/unidade local industrial, procedimento adotado pelo IBGE para não expor informações individuais. De qualquer modo conseguiu-se uma aproximação para os anos nos quais não há informação disponível.

Pode-se constatar que, mesmo assim, o ano de 2003 foi de inflexão e que, a partir de 2007, a indústria de transformação do Amazonas passou a ter uma razão VTI/VBPI maior que a do Brasil. Ou seja, a indústria de transformação amazonense, que praticamente se confunde com o PIM, principalmente ao se retirar a fabricação de derivados de petróleo, passou a adicionar mais valor para cada R\$ 1,00 produzido.



### Considerações nem tão finais...

Procurou-se discutir o argumento de que a indústria de transformação amazonense pouco agregaria valor, devido a seus incentivos fiscais e sua lógica de operação. Os dados apurados a partir da PIA e o contraste com os do Brasil mostraram justamente o contrário: o senso comum de que o PIM pouco adiciona valor merece escrutínio mais criterioso, uma vez que a indústria de transformação do Amazonas que praticamente se confunde com o Pólo Industrial de Manaus (alicerçado nos estímulos da ZFM) tem adicionado mais valor por cada real produzido do que a indústria de transformação do Brasil como um todo.

A discussão recente em torno de estímulos fiscais a setores específicos tem sido um dos desafios ao funcionamento da ZFM e colocado o PIM em evidência por conta de perdas ante outras localidades brasileiras em termos de diferenciais tributários que lhe conferem ou conferiam vantagem. O ponto-chave seria colocar o debate no sentido de inserir a ZFM como instrumento de agregação de valor em território nacional e como fazer com que tais medidas recentes não comprometam os resultados logrados nesta

direção desde 2003. A extensão territorial e no tempo da ZFM não é condição suficiente para resolver tais questões.

## MULHERES NA LUTA PELA CIDADANIA: O CASO DO MOVIMENTO ORQUÍDEA – MANAUS/AM

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner<sup>1</sup>, Iraildes Caldas Torres<sup>2</sup>

### Resumo

O trabalho visa esboçar aspectos relacionados a luta feminina pela cidadania apresentando, especialmente, o caso do Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMMO, tendo em vista que é um dos movimentos sociais, na cidade de Manaus-AM, que possui uma das maiores luta pela habitação na cidade de Manaus-AM e tendo como objeto de luta: o direito a moradia, isto é, a luta pela terra na cidade. Sendo dividido em três categorias: 1) movimento social e cidadania; 2) a participação feminina na luta por direitos; 3) movimento de mulheres por moradia orquídea: uma experiência na luta por habitação, na cidade de Manaus, para que não deixemos cair no esquecimento à luta pela conquista de direitos e a entrada feminina na sociedade como cidadã participe do processo de desenvolvimento. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se pesquisas bibliográficas, com intuito de tornar viável e ampliar as discussões existentes acerca da temática.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Mulher; Habitação.

### Introdução

Na história dos movimentos sociais foram empreendidas, por diferentes classes e categorias sociais, ações pela conquista de seus direitos ou bens e equipamentos considerados como necessários, ocorridas no Brasil e no mundo, e que ao longo do tempo foram configurando-se como movimentos, lutas, ou até guerras, mas que contribuíram para formação e identidade do povo brasileiro. Tendo em vista todos os debates e lutas que foram e estão sendo desenvolvidas pelos Movimentos Sociais, em especial os de Mulheres, na história do nosso país, uma das grandes bandeiras de luta e defesa dos mesmos são as relacionadas à moradia digna para população em situação de vulnerabilidade social e que teve conquistas de enorme repercussão ao longo do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um exemplo é o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, mas, que mesmo sendo um governo cujo Presidente foi oriundo das bases dos Movimentos Sociais, as lutas e reivindicações não deixaram de existir, pois elaboração e implementação de políticas públicas são uma constante luta dos Movimentos Sociais.

---

<sup>1</sup> Docente do Uninorte. Assistente Social do MMMO. Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (Ufam). Pesquisadora do Gepos.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais/Antropologia. Professora da Universidade Federal do Amazonas.

## **Movimento social e cidadania**

Podemos visualizar os movimentos sociais como instituições que, sempre que necessário, entram em conflito com o Estado por seus ideais e por acreditarem que não há como ficar fora dessa batalha e nem concordar com políticas públicas que não atendam de forma correta e adequada a sociedade.

Na história dos mesmos foram empreendidas, por diferentes classes e categorias sociais, ações pela conquista de seus direitos ou bens e equipamentos considerados como necessários, ocorridas no Brasil e no mundo, e que ao longo do tempo foram configurando-se como movimentos, lutas, ou até guerras, mas que contribuíram para formação e identidade do povo brasileiro. Não é de agora, conforme retrata Gohn (2001) quando nos remete a um vôo sobre a história brasileira dos últimos dois séculos, acerca do sofrimento, luta, exploração desse povo que possui tanta riqueza e que ao mesmo tempo perde ou não tem seus direitos reconhecidos ou resguardado.

Porém precisamos mencionar que em todo o mundo como nos apresenta Nogueira (2001), a sociedade passou por um processo de transformação que favoreceu, muito, o desenvolvimento social, político, cultural, econômico e que essas transformações foram, em sua maioria, oriundas das organizações e manifestações da sociedade civil organizada, cujo fortalecimento é fruto dos movimentos. Não esqueçamos que um dos seguimentos da sociedade que passou por um longo e sofrido processo de transformação foram às mulheres, tendo em vista que por um período largo sofreram “abusos”, não tinham direitos e nem mesmo eram vistas como cidadãs nem pela família, sociedade e Estado. Tais ações são oriundas do sistema patriarcal, que ainda é visualizado na contemporaneidade, conforme destaca Stearns (2010).

Portanto é possível dizer que os movimentos sociais são organizações de importância para a população na luta por cidadania e que o movimento feminista proporcionou que as mulheres pudessem hoje galgar espaços na esfera pública, porém ainda há muito a ser feito, mas não esqueçamos as lutas e conquistas alcançadas através das lutas e batalhas travadas por lideranças fortes e com poder de mobilização ativo.

## **A participação feminina na luta por direitos**

Muitos são os aspectos históricos apontados, por diversos autores, sobre o patriarcado, as relações de gênero, lutas e conquistas das mulheres, mas não podemos

fugir a esse debate, visto que o mesmo traz toda a base para as diferenciações nas relações de gênero que vivenciamos na atualidade e que perpassaram ao longo dos anos. É notório que essa relação é repleta de conflitos, pois, constantemente a mulher se vê ou é oprimida pela sociedade, seja em seu ambiente de trabalho, familiar ou social, pois o que muito observa-se é que para elas é perpetuado que as atribuições de sua competência são as que configuram-se no âmbito privado (familiar), exemplo disso é o que Nogueira (2001) destaca quando apresenta a mulher como dona-de-casa, ficando para o homem as competências e atribuições do âmbito público. Porém já constata-se uma modificação no que tange essas afirmações tendo em vista que na história a mulher vem adquirindo, através de lutas conquistas significativas acerca de seu espaço na esfera pública, mas ainda observa-se uma resistência em relação à ocupação de cargos que detenham maior poder.

Lembremos que o processo de conquista dos direitos femininos, como acima apresentamos, são frutos da estruturação e organização dos movimentos, porém ainda há uma resistência da sociedade em aceitar essa inclusão e ascensão das mesmas, tendo em vista que há resquícios do sistema patriarcal na atual estrutura organizacional da sociedade, por existir uma, constante, diferença na luta de classes e lutas por interesses, como debatem Iamamoto (1982), Ianni (1991), Yasbeck (2001).

Diante do exposto fica perceptível que inúmeras dessas conquistas, no Brasil, foram fruto das lutas e organização dos movimentos sociais e estas não se refletem apenas no âmbito do trabalho, como apresenta Gohn (2001). Para as mulheres uma das grandes vitórias na história foi realmente o seu reconhecimento enquanto cidadã, através da luta pelo Sufrágio Universal visto que é através do direito ao voto que a mesma passa a ser vista como cidadã, em uma sociedade que não a reconhecia como participante ativo, conforme destaca Nogueira (2001).

Portanto as conquistas alcançadas e as lutas que ainda são travadas nos remetem, constantemente, a discutir e lutar de forma organizada sobre a elaboração de políticas públicas de Estado e não de Governo, isto é, que permitam dessa forma alcançar-se mudanças nas diversas expressões da questão social. As expressões da questão social apresentam-se, constantemente, na realidade enfrentada pela população, do Brasil, em especial de Manaus-AM e os inúmeros Movimentos Sociais existentes, na cidade, travam lutas em prol de mudanças ativas na questão social vivenciada por seus usuários,

e hoje uma das maiores bandeiras defendidas pelos mesmos estão voltadas para a habitação.

### **Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea: uma experiência na luta por habitação na cidade de Manaus**

Sabemos que a política habitacional no Brasil sempre foi um dos grandes problemas a serem resolvidos pelo Estado. Historicamente, o trato com a questão da habitação só passa a ser assumida enquanto questão social a partir de 64, quando tal problemática já assume dimensões significativa, porque até então, ela era tratada com ações casuais e repressivas, onde a preocupação do Estado girava em torno de questões sanitárias. Apesar de todas as críticas em relação ao BNH não podemos deixar de reconhecer que ele foi o único Plano Nacional de Habitação desenvolvido, de fato, no Brasil. De sua extinção até a criação do Ministério das Cidades, em 2003, a questão habitacional ficou sob a responsabilidade de várias estruturas administrativas diferentes, caracterizando descontinuidade e ausência de estratégias para enfrentamento do problema.

Porém com a pressão popular por uma resposta aos seus anseios no que refere-se à questão habitacional nota-se um aumento progressivo de transferência de atribuições para os estados e municípios, tendo como marco a Constituição Federal de 1988 que tornou a habitação uma atribuição dos três níveis de governo e acentuou a tendência à descentralização da execução dos programas habitacionais.

Cabe destacar que Manaus assim como inúmeras outras cidades brasileira sofre constantemente com a falta de moradia e isto tem feito com que cada vez mais os movimentos sociais, sejam vistos por uma parcela da sociedade como mecanismo de exercício de cidadania e as mulheres, um dos seguimentos mais afetados por essa questão, buscam nos mesmos se fazerem ouvir e desta forma lutarem para que seus direitos não sejam violados. Assim o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MIMO, organização feminina da sociedade civil sem fins lucrativos, desde meados de 2004 desenvolve ações visando garantir direito a moradia para famílias de baixa renda na cidade de Manaus – AM, militam por políticas públicas para as mulheres e estimulam, constantemente, mulheres a exercerem de forma consciente sua cidadania. Da organização de algumas ocupações, o MIMO conseguiu algumas vitórias, sendo



uma das mais importantes, a construção do Conjunto Habitacional Deus é Fiel pela Prefeitura Municipal de Manaus em 2009 e da habilitação da entidade no Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades do Governo Federal, tornando-se a única entidade no estado do Amazonas habilitada para construir unidades habitacionais através da apresentação de projeto à Caixa Econômica Federal no intuito de atender 600 famílias na faixa de 0 a 3 salários mínimos. O MMMO é vinculado a União Nacional por Moradia Popular – UNMP.

### **Considerações finais**

Com o advento dos movimentos sociais, movimento feminista e a luta travada por todos os seguimentos da sociedade civil organizada na luta pela elaboração de políticas públicas de Estado e da cidadania para as mulheres, independente de sua classe social nos remete a verificar o quão significativo e importante foi esse processo de luta vivenciado, na sociedade.

Desta forma é possível visualizar o MMMO, em Manaus – AM, como um dos exemplos de organização, luta e conquista das mulheres, principalmente as amazonenses, que são, em sua maioria, esquecidas principalmente quando são elaboradas as políticas públicas, em especial a de habitação, visto que esta é a bandeira defendida e erguida por esse movimento. É um mecanismo de luta pelo o direito a moradia, isto é, a luta pela terra na cidade para toda a sociedade e principalmente para as mulheres, chefes de família. Diante do exposto é possível dizer que através destas lutas tornar-se-á possível a promoção para as mulheres de inclusão social, fortalecimento de seu papel como protagonista, condições dignas de vida, afinal, obter o acesso a habitação adequada é condição prévia ao exercício de muitos dos direitos que são os pilares de todas as sociedades condignas, e cujo usufruto deveria ser de todos.

### **Referências**

- Gohn, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 5ª Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- Iamamoto, Villeba Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviços Sociais no Brasil. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1982.
- Ianni, O. Questão Social. *In*: Perspectivas. São Paulo:1991.

Nogueira, Conceição. Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Editora: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

Stearns, Peter N. História das relações de gênero. Editora: Contexto, 2010.

Yasbek, M.C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Temporalis. Revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social. Brasília: ABEPSS. (Ano II, nº 3), Jan-jun, 2001.

# EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA INTERCULTURAL, BILÍNGUE, ESPECÍFICA E DIFERENCIADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Erielen Farias da Silva<sup>1</sup>, Ignês Tereza Peixoto de Paiva<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho tem como proposta fazer uma análise da educação escolar indígena no que tange os seus preceitos legais e a sua relação com as políticas públicas de oferta e execução da educação escolar indígena no Município de Parintins. O mesmo se estrutura a partir das seguintes inquietações: Como se apresenta os princípios da educação escolar indígena intercultural, bilíngue, específica e diferenciada no contexto das políticas de educação escolar do Município de Parintins? Como as políticas de educação escolar indígenas no Município de Parintins atendem aos interesses das comunidades indígenas da área do rio Waikurapá? Quais os discursos presentes nas relações entre o legal e real no processo de oferta e execução das políticas de educação escolar indígena no Município de Parintins? No discurso as políticas de educação escolar indígena desenvolvida pela SEMED/Parintins são favoráveis ao reconhecimento das necessidades de uma educação escolar indígena específica, diferenciada e de qualidade, mas, na prática, existem enormes conflitos e contradições a serem superadas.

**Palavras-chave:** Preceitos legais; Política públicas; Educação escolar indígena.

## Introdução

O processo educativo que vigorou durante séculos nas comunidades indígenas, baseado num processo educativo de padronização de valores, saberes e de gestão escolar, desconsideravam as diferenças étnicas dos povos. O objetivo de transformação dos povos indígenas em algo que ele não é, sendo, fundamentalmente etnocêntricas.

As legislações anteriores, a Constituição de 1988, objetivavam a homogeneização étnica, cultural e linguística do país. A partir da Carta Magna de 1988, as comunidades indígenas passaram a ter legalmente, reconhecimento de a sua autonomia enquanto povo, o país agora é tido, como um Estado pluriétnico e multicultural. A nova legislação assegura aos os povos indígenas, o direito a uma educação escolar que respeite as suas características culturais, suas línguas e suas tradições. Garantindo a existência da diversidade no processo educacional, possibilitando aos povos indígenas uma educação diferenciada, específica e bilíngue que afirma suas identidades culturais.

---

<sup>1</sup> Erielen Farias da Silva; Universidade do Estado do Amazonas - Centro de Estudo Superiores de Parintins; E-mail:silvaefds@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Educação Universidade Federal do Amazonas - Parintins.

Para que ocorra de fato nas comunidades indígenas uma educação escolar diferenciada e de qualidade que a valoriza sua língua e sua cultura, e o acesso às informações, conhecimento técnico e científico da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não-indígenas. Encubem-se aos aparelhos educacionais, instituições e os órgãos responsáveis, definir novas dinâmicas, concepções e mecanismos. Que respeite o direito dos povos indígenas a uma educação que valoriza seus os conhecimentos tradicionais e os seus saberes milenares.

### **Material e métodos**

O trabalho presente esta construído como base na análise dos dados coletados durante desenvolvimento de pesquisa corresponde às medidas legais tomadas no processo educativo desenvolvidos na área indígena do Waikurapa, pertencente ao grupo étnico Sateré-Mawé. As populações que compõem a étnica Sateré habitam terras contínuas localizada no Baixo Amazonas, encontram-se divididas entre os rios Waikurapa, Andirá e Marau. Análises limitam-se as sob as políticas públicas de oferta e execução da educação escolar indígena embasada nos preceitos legais que tange a educação escolar indígena, as cinco comunidades da área indígena do Waikurapa, as respectivas comunidades: São Francisco de Assis, Nova alegria, Vila Batista, Nova Galiléia e Vila da Paz. As referidas escolas, atualmente estão sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Município de Parintins-AM. E os territórios étnico-educacionais do rio Andirá encontra-se sob a responsabilidade do Município de Barreirinha-AM e o do rio Marau, corresponde ao Município de Maués-AM.

A pesquisa realizada é de cunho qualitativo, utilizando o método fenomenológico. Minayo, afirma que pesquisa qualitativa aborda profundo o mundo de significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável e investiga questões particulares que não são quantificados trabalhando com um universo de significados de pessoas, povos, comunidades que estão envolvidas no processo de investigação. Para atingir de maneira específica a investigação da educação escolar indígena a partir de suas características intercultural, bilíngue, específica e diferenciada e a relação existente entre a legislação e a realidade, o discurso e a prática na execução das políticas públicas do Município de Parintins, analisado as políticas públicas de

educação escolar indígena do Município de Parintins que viabilizam a oferta e a execução de uma educação indígena intercultural, bilíngue, específica e diferenciada.

### **Resultados e discussão**

Segundo os resultados da pesquisa, a educação escolar indígena, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada necessita desenvolver suas atividades de acordo com o proposto nos respectivos projetos pedagógicos que deve ser construído com a participação das comunidades indígenas tendo por base as diretrizes curriculares nacionais referentes a cada etapa da educação básica, as características particulares de cada povo ou comunidade, suas realidades sociolinguísticas e os conteúdos curriculares especificamente indígenas, alicerçados nos modos próprios de constituição do saber da cultura indígena.

As escolas indígenas Sateré do Waikurapá sobre responsabilidade do Município de Parintins, não estão legalizadas, pois não são regulamentadas administrativamente como escolas indígenas como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual, não há um reconhecimento legal conforme o artigo 9 da Resolução de 03/99. Estando inseridas como escolas rurais e como salas extensão, tendo regulamentações de escola não-indígena as propostas educacionais impostas às escolas indígenas do Waikurapá, não estão realmente adequadas os preceitos legais que regem a educação escolar indígena em suas especificidades. As secretarias de educação, sem qualquer avaliação crítica ignoram a complexidade do universo sociocultural indígena.

As escolas indígenas da área do Waikurapá são obrigadas a seguir programas curriculares determinados pela secretarias municipais de educação (Semed), pois as mesmas não têm os seus projetos políticos pedagógicos reconhecidos pelo órgão competentes. Por não terem os seus preceitos organizacionais legitimados, exige-se a estas instituições educativas o cumprimento de horários, calendários, modos avaliativos e outros quesitos altamente dicotômicos dos aspectos socioculturais da sociedade indígena Sateré-Mawé. As relações entre a sociedade indígena Sateré-Mawé e Semed, estão estruturadas com pauta em parâmetros impositivos, de maneiras assimétricas, desiguais. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha reconhecido o direito desses povos a uma educação específica e diferenciada, a educação escolar indígenas continuam a sofrer pressões inaceitáveis, que ferem os mais elementares direitos legais.

No discurso as políticas públicas da educação escolar indígena, assumidos pela Semed/Parintins são favoráveis ao reconhecer o direito a uma educação específica, diferenciada e de qualidade as comunidades indígena Sateré-Mawé do Waikurapa, mas, na prática, a educação escolar indígena municipal é inexistente. Através do posicionamento e medidas dos professores, lideranças e comunidades indígenas do Waikurapá, que cada vez mais reivindicam embasados nas leis, para que a escola indígena presentes nas comunidades seja dos indígenas e não para o índio. Os professores, lideranças e comunidades indígenas articulam-se como legais para de fazer ouvir, se não, os seus direitos nunca serão respeitados.

A estrutura oferecida pelos órgãos estaduais e municipais não esta atendendo as necessidades específicas da educação escolar indígena da etnia Sateré-Mawé que vive na área do rio Waikurapa. Sendo que as políticas públicas que regem a educação escolar indígena não são respeitadas. As secretarias estaduais e municipais ainda não tomaram conta da dimensão e complexidade da efetivação educação escolar realmente voltada para os anseios das comunidades indígenas, visto que as estruturas físicas disponíveis para a coordenação escolar indígena é precária, pois o setor responsável pelo atendimento da educação funciona em uma saletinha mal equipada. O que prejudica o espaço de interlocução e o dialogo entre os povos indígenas e o poder executivo estadual e municipal. Sendo também coordenação da educação escolar indígena a mediadora da relação órgãos públicos, e não podem ter uma postura contra os povos indígenas esclarecendo a este como as políticas públicas tem que ser executada.

### **Considerações finais**

Os preceitos legais instituídos legitimam que educação indígena nas escolas indígenas se estruture de forma diferenciada das escolas não indígenas, como base na interculturalidade , no bilinguismo, como matérias didáticos elaborados pelos próprio grupo indígena fundados nas suas especificidades culturais são praticamente existentes.

Não se pode ter uma visão ingênua da educação o professor indígena tem que ter uma formação política tem que saber dos seus deveres e direitos, quem que ser sensível ao que estar sendo ensinado nas escolas das comunidades. Fazendo da escola um instrumento de valorização da cultura daquelas comunidades, servindo para fortalecimento da língua, da identidade. Vendo se o que estar sendo ensinado para o

Sateré faz com que ele tenha orgulho de ser Sateré mesmo, estar fazendo com que ele nas relações mantidas com os não-indígenas não tenha vergonha de ser índio e afirme a sua identidade cultural.

As escolas em seus currículos têm que trabalhar, e fortalecer a cultura, língua, identidade do povo Sateré-Mawé a legislação existente garantir isso.

Os professores, lideranças e comunidade indígena têm que ter ciências que a educação indígena não é só um prédio escolar. Temos que nos preocupar com que estar sendo ensinado em sala de aula para os alunos indígenas. O modelo da escola do homem branco não servir para a escola do índio, não daria certo como historicamente podemos presenciar. Educação Indígena na Escolar trata de outra realidade. E como vemos a SEMED ainda não tomou conta da dimensão da Educação Indígena.

### Referências

- Angelo FNP de "A educação e a diversidade cultural". In: Cadernos de Educação Escolar Indígena — 3<sup>o</sup>. Grau Indígena. n. 01, v.01. Barra do Bugres: Unemat, 2002.
- Brasil. / MEC/ INEP. Plano Nacional de Educação. Brasília, Inep, 1998.
- \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05/10/1988.
- \_\_\_\_\_. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas - RCNEI. Brasília, 1998. \_\_\_\_\_. Parecer 14/99 – Conselho Nacional de Educação – 14/09/1999;
- Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). A investigação qualitativa em educação. Porto Editora.
- Candau, Vera Maria(org). Sociedade Educação e Cultura(s). Questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Ferreira, Mariana Kawal Leal (org). A Temática Indígena na Sala de Aula: Novos Subsídios para os professores de 1º e 2º Graus. 4º ed - São Paulo: Global: Brasília: MEC: MARI; UNESCO. 2004.
- Geertz, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- Goody, J. Domesticação do pensamento selvagem. São Paulo: Editorial presença,1988.
- Hall, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- Laraia, Roque de Barros – Cultura: um conceito antropológico/Roque de Barros Laraia – 13.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- Laplantine, François - Aprender Antropologia. São Paulo, Brasiliense, 1988.

LDBEN-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional /9394/96;

Minayo, Maria Cecília de Souza(organizadora). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22ª. Petrópolis: Vozes, 1994.

Paula Ed. A Interculturalidade no Cotidiano de uma Escola Indígena. Cadernos Cedes, ano XIX, n. 49. 1999.

Resolução CEB N°. 3, de 10 de novembro de 1999.

Weigel, Valéria Augusta de Medeiros. Escolas de Branco em Malokas de Índio. Manaus: EDUA, 2001.



# MÍDIA E FOLCLORE: ANÁLISE DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA NA TRANSMISSÃO DE UM FOLGUEDO AMAZÔNICO

Renan Albuquerque Rodrigues<sup>1</sup>, Leandro Virgílio Guerreiro Tapajós Filho<sup>2</sup>

## Resumo

A pesquisa propôs uma avaliação qualitativa da cobertura televisiva do Festival Folclórico de Parintins (AM), realizada pela Rede Bandeirantes de Televisão (Band) em 2008. Foi abordada a relação entre a mídia e o movimento folclórico do boi-bumbá, a partir da análise de comportamento da mídia em face a uma manifestação popular amazônica com características próprias, supostamente conflitantes para uma cobertura televisiva ao vivo. O estudo foi realizado no Brasil, na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Foram abordados 40 participantes, os quais figuram como espectadores e brincantes do folguedo.

**Palavras-chave:** Festival de Parintins; Folclore; Comunicação.

## Introdução

O Amazonas, maior Estado da Federação e da Amazônia Legal, passa hoje por um processo de inchaço urbano, o que gera inúmeros problemas, dentre os quais o de fragmentação dos conhecimentos tradicionais da população. Os saberes relacionados à floresta, aos rios, fauna e flora da região, abarcando questões físicas e metafísicas, além de sociais, relacionadas ao bioma Amazônia, atualmente competem por espaço contra modismos ofertados cotidianamente via veículos de massa, sejam eles impressos, radiofônicos, televisivos ou webmídias.

A situação de recrudescimento dos saberes tradicionais tende a ser observada principalmente entre moradores de Manaus, cidade que aglomera mais de 70% de toda a população do território amazonense, onde vivem cerca de 3,5 milhões de habitantes e o acesso aos *mass-media* é mais democrático e menos caro em relação ao interior do Estado. A capital amazonense foi alvo de migrações desordenadas, sem o mínimo planejamento e compulsoriamente incentivadas pelo governo local nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, o que fez com que a prática de inúmeras crenças sociais fosse enfraquecida ou mesmo esquecida. Os migrantes, no entanto, deslocaram-se pouquíssimo para o interior, onde mantiveram em grande parte as tradições históricas dos povos amazônicos, por exemplo, de organizar festejos populares em épocas distintas, sendo que essas manifestações festivas tenderam, justamente, a se contrapor

---

<sup>1</sup> Jornalista, MSc. em psicologia social (UFPB), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/Ufam). renanalbuquerque@hotmail.com.

<sup>2</sup> Jornalista graduado pelo Centro Universitário do Norte.

aos processos de fragmentação dos conhecimentos tradicionais que estavam ocorrendo em Manaus e ainda auxiliaram na manutenção dos saberes tradicionais. Algumas manifestações que se fortaleceram em seu tradicionalismo no interior do Amazonas foram a Dança de Ciranda em Manacapuru (a 84 km de Manaus), os festejos religiosos de Borba (a 332 km de Manaus), o Festival do Peixe Ornamental de Barcelos (a 395 km de Manaus), o Boi-Bumbá e as Pastorinhas de Parintins (a 325 km de Manaus), para citar algumas das mais conhecidas.

No âmbito do Boi-Bumbá de Parintins, sobretudo, o folguedo amazonense não apenas manteve seu fôlego, mas ainda galgou o status de marco folclórico no universo dos festejos populares do Brasil. Isso ocorreu não apenas por causa do poder simbólico do boi-bumbá, mas também por suas características estéticas. A festa conseguiu chamar a atenção midiática brasileira e ser transmitido ao vivo, para todo o Brasil, nos últimos dois anos (2008 e 2009), pela Rede Bandeirantes de Televisão (Band), devido à beleza alegórica contida na encenação do folguedo na arena de Parintins, conhecida como Bumbódromo — local semelhante a um estádio de futebol, porém em vez do gramado existe um piso cimentado, onde os bois se apresentam. A transmissão televisiva do Festival de Parintins ocorre desde 1992 e já havia sido realizada pelas emissoras Amazon Sat e TV Amazonas (afiliadas da Globo em Manaus) e A Crítica (afiliada do SBT até 2007 e atualmente integrante do grupo Rede Record). Mas, pela primeira vez, em 2008, a cobertura do evento foi realizada por uma emissora de São Paulo, com equipe formada, em sua maioria, por profissionais de fora do Amazonas, e que vieram do Sudeste especialmente para cobrir o folguedo. As festividades de 2008, nesse contexto, foram históricas para os bois-bumbás porque pela primeira vez as três noites da festa tradicional foram transmitidas ao vivo e na íntegra para todo o país. Foram, em média, cinco horas e meia diárias de transmissão.

Todavia, antes dessa expansão na veiculação do festival folclórico parintinense, ocorrida nos dois últimos anos, partindo da esfera estadual para a nacional com a cobertura da Band, havia uma grande expectativa da população amazonense no que tangia à primeira transmissão do folguedo do boi em nível nacional, registrada em 2008. O ideário de que a cultura local seria propagada com hombridade e respeito, via *mass-media*, tendia a ser ponto pacífico no seio dos organizadores da festa, os coordenadores dos bois Garantido e Caprichoso. Esperava-se, assim, que o festejo popular fosse

veiculado nacionalmente observando-se tradições peculiares à data e à sociedade parintinense, o que auxiliaria àquele movimento regionalista atuar na construção consciente da ideia de folclore junto ao público de todo o país que assistisse às apresentações dos bois. Após a cobertura midiática, porém, a organização do festival percebeu que houve inúmeras críticas negativas, por parte dos telespectadores que assistiram à festa pela TV, em relação à qualidade da transmissão televisiva do folguedo, em especial sobre o desempenho profissional de jornalistas e apresentadores da Rede Bandeirantes. Eles foram criticados por desconhecimento quanto às tradições seculares dos bumbás, o que, na esfera folclórica, tende a significar profundo desrespeito e depreciação em relação aos costumes da população nativa (LÉVI-STRAUSS, 1976; GEERTZ, 1978.).

Segundo levantamento observado nesta pesquisa, os equívocos em relação à festa dos bumbás por parte dos profissionais da emissora paulista foram manifestos em comentários durante a transmissão ao vivo da apresentação de Garantido e Caprichoso, o que repercutiu de maneira extremamente negativa dentre diferentes endogrupos de Parintins e Manaus, os dois maiores pólos estaduais de participantes e partidários da festa, gerando desconforto e antipatia da população local em relação a trabalhadores da emissora, sobremaneira ante os que permaneceram por cerca de 48 horas após a transmissão em Parintins, retirando equipamentos (câmeras, antenas, cabos etc.) da arena onde se apresentaram os bois. Se era certo que grande parte dos amazonenses que assistiu ou participou do folguedo não gostou da transmissão e fixou sentimentos negativos em relação aos comunicadores da Rede Bandeirantes, as expressões relacionadas a este afeto se manifestavam dispersas em diversos ambientes populacionais, entre os quais os de brincantes e telespectadores, principalmente. Nesse intuito, o trabalho buscou explorar e descrever de modo sistemático essas opiniões conforme elas, em suas mais diferentes vertentes, manifestaram-se após a festa dos bois. Partiu-se da premissa de que o grupo prioritário para a coleta dos dados seria o daquelas pessoas que assistiram pela televisão às três noites de transmissão da Rede Bandeirantes. Para a amostragem, a delimitação gerou a necessidade de se aplicar questionamentos a partir de indicações a priori de participantes da pesquisa. Na literatura, a perspectiva é conhecida como técnica snowball sampling, sendo caracterizada pelo fato dos entrevistados serem indicados pelos próprios participantes,

permitindo ser formada a ocorrência de grupos na coleta de campo mediante seleção por conveniência dos entrevistados (GONZALEZ DE GOMES, 2000). No estudo citado, em vez de se consultarem diretamente os autores, utiliza-se uma base de dados com as informações de co-autoria. A sistemática deste relatório de pesquisa foi desenvolvida mediante o enfoque teórico da Teoria das Representações Sociais, cunhada a partir de pressupostos da sociologia durkheimiana (DURKHEIM, 1970); em seguida, foram descritos materiais e métodos de coleta e análise dos dados, no sentido de descrever a metodologia aplicada; depois, foram feitas análise e discussão dos resultados a partir de dados conseguidos em campo e por fim seguiram-se as considerações finais com base no que foi apresentado no pressuposto do estudo (GONDIN, 1999).

### **Material e métodos**

Locais: a pesquisa foi realizada em Manaus, capital do Amazonas, e no município de Parintins, interior do mesmo Estado, a nordeste, de setembro do ano de 2008 a abril do ano de 2009. Participantes: Escolhido por conveniência e com julgamentos a priori dos próprios participantes, por amostragem *snowball sampling*, levando-se em consideração a importância situacional em relação à festa dos bois de Parintins, o universo de participantes da pesquisa consistiu em dois agrupamentos (N=40, M=31, DP=7,4). Do primeiro (G1), participaram pessoas que assistiram à transmissão realizada pela Band por meio da TV (N=30). Do segundo (G2), foram selecionadas pessoas que assistiram ao festival folclórico no Bumbódromo e profissionais de mídia ligados ao espetáculo (N=10). Os grupos foram constituídos por pessoas que se enquadravam no seguinte perfil: membros dos bois-bumbás (integrantes ligados a Garantido ou Caprichoso, que participam como diretores, artistas, itens ou compositores, na arena, das apresentações); espectadores (que assistiram à transmissão ao vivo pela TV ou na arena, em Parintins em 2008); brincantes (membros que não estão ligados diretamente às agremiações, mas participam do movimento do boi-bumbá); e/ou profissionais de mídia (jornalistas com experiência em coberturas do Festival de Parintins). Instrumentos e procedimentos da pesquisa: Foi utilizado questionário híbrido (tipo DRP) para G1 e G2, com 27 questões concordantes entre si, com validade aparente de constructo. A aplicação se deu de forma direta, a partir de assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido. Para viabilizar o modelo

amostral e para viabilizar o recrutamento de participantes, foi perguntado a um predeterminado grupo de atores sociais de Parintins (‘zona de primeira ordem’ ou ‘primeiro estágio’) com quem os integrantes dele tinham laços e a resposta serviu como indicação do próximo grupo de atores na rede a ser pesquisado (“segundo estágio” ou “zona de segunda ordem”). Análise do material: Levando em consideração a necessidade de coesão no que concerne à metodologia qualitativa, a meta foi compreender e inferir novos conhecimentos a partir dos relatos dos sujeitos. Foi referência para o plano de avaliação do estudo em questão, a análise de conteúdo manual (VALA, 1996) do léxico-semântico dos participantes. A análise de conteúdo almeja a compreensão crítica do sentido das comunicações observadas e capturadas, bem como aposta nas significações explícitas ou ocultas. Com o intuito de facilitar a viabilização da pesquisa, foram escolhidas pessoas de semelhante convívio social e status econômico e grau acadêmico em Parintins e Manaus. O plano de análise teve a seguinte organização: a) constituição do corpus e leitura flutuante; b) leitura em profundidade dos dados analisados; c) efetuação da análise; e d) categorização dos dados.

### **Resultados e discussão**

Sobre o perfil biodemográfico de G1, 60% eram homens e 40% mulheres, com a faixa etária variando de 18 a 60 anos, sendo a densidade maior de participantes com de até 33 anos. Pouco mais de 43% dos participantes cursava ou possui ensino superior completo e tinha renda mensal de mais de R\$ 2 mil. Sobre o perfil de G2, 60% dos participantes eram de homens e 40% mulheres, com faixa etária variante de 18 a 40 anos em 80% da amostra e, do total, 60% estavam cursando ou tinham terminado o ensino superior. A renda média variou de R\$ 1,5 mil a R\$ 1,9 mil em 70% dos casos, conforme dados dos participantes. O conhecimento elaborado sobre a percepção que integrantes do G1 tiveram da transmissão do Festival de Parintins foi dimensionado em três categorias: a) desconhecimento sobre o assunto – em que foi considerada a falta de informações peculiares ao festival; b) imagem negativa do apresentador – em que foi associada a imagem do profissional José Luiz Datena, narrador da transmissão, com o programa então apresentado por ele diariamente na sede da emissora, em São Paulo, que enfatiza a

temática da violência; e c) intervenções inoportunas – em que foi considerado o excesso de comentários dos profissionais da Band durante a transmissão.

Tabela 1 – respostas categorizadas (G1)

<b>Categoria</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Desconhecimento sobre o assunto/despreparo (UCEs 31)	14	66,67
Imagem negativa do apresentador (UCEs 3)	01	4,7
Intervenções inoportunas (UCEs 22)	06	28,5

Sobre a percepção do G2, foi dimensionada também em três categorias: a) desconhecimento sobre o assunto – em que foi considerada a falta de informações peculiares ao festival; b) sentimentalismo exacerbado – em que foram creditadas as atitudes do apresentador ao fator emocional vivido por ele durante a transmissão; e c) intervenções inoportunas – em que foi considerado o excesso de comentários dos profissionais da Band durante a transmissão. Nota-se que a diferenciação entre G1 e G2 residiu na segunda categoria, denominada sentimentalismo exacerbado.

Tabela 2 - respostas categorizadas (G2)

<b>Categoria</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Desconhecimento sobre o assunto/despreparo (UCEs 28)	06	75
Sentimentalismo exacerbado (UCEs 4)	01	12,5
Intervenções inoportunas (UCEs 5)	01	12,5

Nas tabelas 1 e 2, as frequências significativas por grau de repetição e emersão saturada foram categorizadas juntamente com o número de unidades de contexto elementar (UCEs) contabilizadas na análise do léxico-semântico, no corpus das respostas. Na análise manual, a qual originou a fatoração descritiva dos percentuais, foi notabilizado que, para os membros do G1, 60% das respostas redundaram na percepção de que houve despreparo da produção. Para o G2, 40% das respostas redundaram na mesma percepção. Os respondentes foram identificados com a numeração de 1 a 40, sendo os 30 primeiros integrantes do G1 e os 10 últimos do G2, os quais foram

catalogados como respondente 01 (R01), respondente 04 (R04) e assim sucessivamente, como o delimitado na sequência. A categorização de algumas das emersões a seguir foi descrita como amostra, sendo esta de aproximadamente 3% do que foi coletado no geral de UCEs.

R01. (sexo\_fem; idade\_30-40; religião\_católica; escolaridade\_ pós-graduada; renda\_2.000-5.000; boi\_garantido; brincante). G1, categoria a) desconhecimento sobre o assunto/despreparo. Tipologia de emersão: “o apresentador não tinha noção da realidade da festa e nem base sobre o assunto...” (2 UCEs).

R04. (sexo\_fem; idade\_18-29; religião\_católica; escolaridade\_graduando; renda\_1.000-2.000; boi\_Caprichoso; profissional de mídia). G1, categoria b) imagem negativa do apresentador. Tipologia de emersão: “ligo a imagem do Datena a escândalos e notícias violentas. Nada a ver com a festa do boi...” (3 UCEs).

R07. (sexo\_masc; idade\_18-29; religião\_católica; escolaridade\_graduando; Renda\_2.000-5.000; boi\_sem preferência; integrante). G1, categoria c) intervenções inoportunas. Tipologia de emersão: “ele falava excessivamente...” (1 UCE).

R34. (sexo\_fem; idade\_18-29; religião\_católica; escolaridade\_ensino médio; renda\_2.000-5.000; boi\_garantido; brincante). G2, categoria b) sentimentalismo exacerbado. Tipologia de emersão: “Ele tentou passar o real sentimento que temos quando estamos em Parintins, a emoção, mas se atrapalhou...” (2UCEs).

Após descrição de exemplos das respostas manifestas dos participantes, optou-se pela análise dos significados latentes, os quais a seguir foram sumarizados. A partir dos significados observados, viu-se que, de um modo geral, houve excesso de falas do profissional de TV durante a transmissão. Pouco se escutavam as toadas e o que estava sendo dito pelo apresentador de arena do boi.

O fator das repetições do que as imagens já estavam mostrando foi ruim para a percepção pública, segundo os respondentes. Em alguns momentos, houve redundância; em outros, o apresentador de TV pedia silêncio e atenção para o que estava sendo dito na arena e em poucos segundos o próprio voltava a falar. O excesso de intervenções gerou uma expressão que passou a ser divulgada em nível de senso comum em Parintins e Manaus e acabou sendo popularizada em 2008. Quando alguém está falando demais se diz “cala a boca, Datena”, fazendo referência negativa à atuação do apresentador durante o Festival de Parintins e sendo entendido como algo jocoso. O excesso de falas

acarretou em outro ponto negativo, que ocorria durante a montagem das alegorias. O apresentador avisava com antecedência o que iria acontecer, onde e qual personagem iria surgir na arena. Isso ocorria minutos antes do fato em si ser concretizado, inviabilizando uma das principais características do festival, o fator surpresa e emoção para o público. No conjunto das emersões, 37,5% das respostas agrupadas dos entrevistados foram concordantes de que o fator surpresa não foi mantido durante a transmissão.

Sobre o discurso empregado pelos profissionais da Rede Bandeirantes em Parintins, faltaram cuidados com a contextualização e o significado das palavras. Pronunciaram-se de modo errado expressões que significavam itens, nomes próprios e funções dentro da festa dos bois-bumbás, sendo que os erros algumas vezes foram corrigidos no ar pelos comentaristas e noutras não houve correção. Por exemplo, durante a transmissão, o apresentador e uma comentarista representante do Boi Caprichoso discutiram. Ele afirmou que uma das alegorias era uma harpia e ela disse que era um gavião-real. Ambos estavam certos, pois a espécie recebe duas denominações dependendo da população que a observa e a área geográfica onde se encontra. Todavia, um nome trocado em uma manifestação onde signos representam muito se configura em um erro grave.

O que se ressaltou, sobretudo, foi a problemática de que os símbolos, sejam eles cores ou nomes, possuem um papel teatral e contingente no contexto do folclore de Parintins. Até mesmo logotipos mundialmente famosos são obrigados a modificar as cores de suas marcas-fantasia publicitárias para serem comercializados em Parintins. A Coca-Cola, por exemplo, ano após ao ela tem fabricado edições especiais para o folguedo, pois a tradicional lata vermelha não circula em meio a áreas restritas aos torcedores do boi Caprichoso. É possível considerar, em suma, que mais do que um espetáculo turístico e um movimento de interação social, o boi é uma festa que ajuda no processo de estruturação da sociedade e da própria cultura amazônica.

Nesse âmbito, a mídia deve orientar-se para uma melhor observância do aparato folclórico tendo em vista uma mais coerente transmissão, ajustando-se aos anseios populares. “O que se verifica, mais uma vez, é que a interferência de um meio quase interativo, a *TV* (grifo nosso), modifica a forma de se relacionar dos grupos sociais envolvidos na construção de uma celebração comunitária” (NOGUEIRA, p. 93).



### **Considerações finais**

Com o desenvolvimento do Festival Folclórico de Parintins, evento realizado anualmente no interior do Estado do Amazonas, o boi-bumbá passou de manifestação folclórica e popular espontânea à categoria de produto cultural. Apesar disso, o boi-bumbá, mesmo sendo comercializado como produto televisivo, conseguiu conservar características culturais que refletem a identificação regional amazônica e devem ser observadas por profissionais que transmitam a festa. Ou seja, mesmo com a inserção do folguedo na grade de uma emissora nacional representar um encurtamento de fronteiras, existem tradições e costumes peculiares aos povos da Amazônia que devem ser compreendidas e respeitadas. Para bons resultados em uma transmissão televisiva ao vivo, é necessário que haja um trabalho conjunto entre direção, produção e apresentação. Em eventos culturais como o festival dos bois-bumbás de Parintins é preciso mais que qualidade técnica televisiva. Faz-se mister a observância da alteridade para veicular o folclore na mídia, sendo a argamassa desse elo o respeito social.

O saber popular deve ser entendido, ou pelo menos estudado com antecedência, pois falhas, por assim dizer, de caráter antropológico, não devem ocorrer por parte dos apresentadores, já que elas podem favorecer ou transparecer como preconceitos e juízos de valores latentes. No caso da cobertura de Parintins de 2008, foi notório que a apresentação influenciou diretamente no resultado final da transmissão. Não se pode afirmar, com base nas emersões apreendidas por UCEs, que a responsável pelos erros foi a produção ou direção da Rede Bandeirantes, mas pode-se inferir que o desempenho dos apresentadores foi diretamente proporcional ao grau de satisfação dos telespectadores, o qual foi muito baixo em relação às expectativas criadas antes da transmissão. Para o evento, em especial, seria necessário um trabalho específico que levasse em conta a variedade de imagens, as especificidades dos conteúdos a serem transmitidos e explicados, o longo período de tempo de cada apresentação (cerca de cinco horas e meia por noite), a presença do apresentador de arena e o tempo livre para o telespectador ouvir as toadas cantadas pelos levantadores dos bois.

Não se pode emudecer o apresentador de TV e muito menos o apresentador da festa. Deve-se chegar a um consenso entre os dois, que pode ser delimitado pela direção e produção televisiva. Nesse sentido, a TV deve se adequar ao festival. Não há como os apresentadores de arena dos bumbás Garantido e Caprichoso adequarem suas narrativas

a necessidades televisivas. E esse é apenas um ponto a ser observado. No geral, cabem a parcimônia em comentários sobre alegorias, o cuidado quanto a termos regionais, o desuso de expressões caracterizadas por atributos exóticos etc. Em relação ao trabalho desenvolvido pelo movimento folclórico e as atividades da mídia, pode-se afirmar que ambos devem passar por um processo de adequação. A TV deve encontrar caminhos peculiares às características da festa, um espetáculo diferente de outros eventos comumente transmitidos pela televisão. Por sua vez, o boi-bumbá deve atuar no sentido de informar a produção televisiva e ceder a algumas necessidades técnicas da transmissão, de modo que a festa seja mais bem apreciada pelos telespectadores e todos saiam ganhando, público, mídia e folclore.

### Referências

DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. pp 13-41.

GONDIN, Linda Maria Pontes. O projeto de pesquisa no contexto do projeto de construção do conhecimento. *In* GONDIN, Linda Maria Pontes. (org.). Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: EUFC, 1999 (Série Percursos).

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez00/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_aut.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. *In* LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo: Papirus, 1976.

NOGUEIRA, Wilson, Festas Amazônicas – boi-bumbá, ciranda e sairé, Manaus, AM, Valer, 2008.

VALA, José. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. Em L. Camino (Org.), O conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social (pp. 121-159). João Pessoa: Editora Universitária. (1996).

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA: A QUESTÃO DO LIXO EM MANAUS

Alexania Guimarães Cabral<sup>1</sup>, Edilza Laray de Jesus<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo discute a necessidade da educação ambiental como um dos caminhos para a sustentabilidade na Amazônia, uma região biodiversa e com tantos problemas ambientais. Com especificidade aborda o lixo como consequência de degradação ambiental, visando sua amenização através da reciclagem, para uma consciência sustentável. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia da pesquisa para compreender o lixo como problema socioambiental em Manaus, enquanto parte da Amazônia. Embora nos nossos dias a grande parte da população tenha adquirido maiores patamares de formação escolar, há muito o que se pensar e agir para que a sociedade prime por ações ambientalmente corretas e, portanto éticas.

**Palavras-chave:** educação ambiental, sustentabilidade, Amazônia; lixo.

## A Amazônia e as questões ambientais

Falar sobre a Amazônia é tratar da maior floresta equatorial do mundo, do lugar da megabiodiversidade do Planeta, da potencialidade de aproveitamento de inúmeras espécies animais e vegetais que podem gerar o tão esperado desenvolvimento humano para as populações locais, principalmente as que vivem e trabalham no mundo rural que foram colocadas à margem do processo de desenvolvimento econômico.

O termo Amazônia está ligado à imensa área ocupada pela floresta equatorial latifoliada e ultrapassa os limites políticos da Região Norte, estendendo-se até parte do Mato Grosso e do Maranhão. A Amazônia Legal foi criada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966; abrange todos os estados da Região Norte, parcialmente o Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44° WGr.) e a totalidade do Mato Grosso, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km<sup>2</sup>, e 61% do território brasileiro. Além da Amazônia e da Amazônia Legal há ainda a denominação de Amazônia Internacional ou Amazônia Total que abrange, além da Amazônia brasileira, parcialmente a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, a Venezuela, Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia, com 6,5 milhões de km<sup>2</sup>. (JESUS, 2009).

Esta região apresenta uma realidade complexa e ameaçada. Complexa pela riqueza da biodiversidade, abundância das águas, de madeiras, de terras e de minérios;

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, Mestre em Educação e Ambiente e Licenciada em Geografia. Professora da Universidade do Estado do Amazonas e da Faculdade Boas Novas. E-mail: edilzalaray@gmail.com.

<sup>2</sup> Discente do 6º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Boas Novas.

pelas riquezas humanas e culturais das populações locais representada pela quantidade e diversidade de populações indígenas, caboclas e ribeirinhas que confere singularidade antropológica mundial. Ameaçada porque, de posse de tanta riqueza natural e cultural, centenas de empresas nacionais e internacionais intervieram com o objetivo de transformar tais riquezas em produtos para o mercado globalizado, muitas vezes utilizando o discurso conservacionista dos que querem salvaguardar a Amazônia e garantir interesses recônditos e qualidade de vida para países economicamente mais avançados.(JESUS, 2009)

Desse modo, acentuam-se preocupações mundiais e nacionais relacionados ao meio ambiente, aos povos indígenas, sua cultura e suas terras, com a proteção da biodiversidade e a integração da Amazônia a um projeto nacional de desenvolvimento. São muitas as contradições presentes na Amazônia. Quem explica é Becker:

No caso da Amazônia é a ausência de organizações sociais preexistentes capazes de resistir a novas apropriações, resultando no ritmo acelerado e na extensão em que se processa sua transformação, elementos que a configuram como uma fronteira [...] com um tempo diferente do resto do território nacional, mas acelerado, nela se sucedendo rapidamente as inovações (BECKER, 1995, p. 8).

Ao se tratar de problemas ambientais devemos de considerar as agressões sob três aspectos: de ordem política, econômica e cultural. É fato que a economia tem sido o motor das intervenções na Amazônia e tem determinado a intensidade, a forma e a extensão dos impactos. A redução de muitos problemas ambientais passa, segundo especialistas, (SACHS, 2004; VEIGA, 2006), pela viabilização do desenvolvimento sustentável. E é justamente aqui que a educação ambiental tem sua fundamental importância quando se pretende redimensionar o ser humano e suas ações socioambientais.

### **Necessidade da educação ambiental na sociedade moderna**

A educação ambiental é considerada como recurso mediador para o indivíduo perceber-se como um ser de responsabilidade no meio que vive e, portanto ligado a eles, do qual é essencialmente dependente para sobreviver. Esta percepção, para Santos *et. all* (2007) deve:

[...] prever que novos paradigmas de desenvolvimento contemplem equidade política, econômica e social, com vista a conciliar as necessidades econômicas com a disponibilidade limitada de recursos naturais e sua proteção [...] dentro de um processo de desenvolvimento sustentável, transformando o meio ambiente em fator de desenvolvimento sem, contudo, causar danos ambientais irreversíveis. (pp. 32-33).

Tal assertiva implica em trabalhar nesse ser humano a reflexão de suas relações e ações que influenciam no meio como um todo, visando à transformação de uma nova postura nos aspectos econômico, sociais e políticos que resulte em sujeitos responsáveis e éticos. No Brasil, a Lei 9.795/99 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), respalda-se nos Art. 205 e 225 da Constituição Federal para definir Políticas Públicas que incorporem a dimensão ambiental, promovam a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. (PNEA, 1999, p. 95).

Para Leff (2001), a dimensão ambiental um caráter emergente e, portanto, devem ser inserida em todos os níveis de ensino e debatida no patamar da interdisciplinaridade, porque ela constrói valores sociais ajudando o indivíduo a conviver em sociedade na perspectiva da cidadania coletiva desenvolvendo seres críticos, aptos para atuarem de forma sustentável em sua realidade e no reconhecimento do outro através da valorização da vida.

### **Como entender a educação ambiental e a sustentabilidade?**

Educação Ambiental é um processo mediador que possibilita o ser humano desenvolver o senso crítico frente sua realidade perpassando os aspectos socioeconômicos, biofísico e cultural valorizando o seu meio através de atitudes que estejam vinculadas a interdependência do ambiente incluindo o seu entorno. (RUCHEINSKY, 2002 ). Para Reigota a educação ambiental é vista como “educação política, porque prepara os cidadãos para exigirem justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão é ética nas suas relações com a sociedade e com a natureza”. (1996, p.10). Nesta visão, a Educação Ambiental prepara a sociedade para o exercício da cidadania, despertando o cidadão para uma política que responda suas necessidades, buscando esclarecer a atuação desta e suas decisões em relação às questões socioambientais e de justiça social, proporcionando uma boa qualidade de vida voltada

para a sustentabilidade.

De acordo com Gadotti, “os sistemas educacionais, em geral são baseados em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis”. (2010, p. 49). Então, como falamos de sustentabilidade planetária se em nossas escolas que deveriam introduzir uma cultura de sustentabilidade é a primeira a depredá-la? Para que haja sustentabilidade é necessário que todos se permitam mudar. Pois ser sustentável é se importar com o próximo é ser solidário. Como podemos querer transformar o mundo se não mudamos nós mesmos. Só haverá sustentabilidade quando nos despojarmos da hipocrisia, do egoísmo, do consumismo.

### **Lixo: um problema socioambiental**

O lixo é considerado um dos vilões que mais tem afetado a saúde humana. Com a Revolução Industrial houve aumento na produção de lixo no mundo. No Brasil, com o aumento da população e com a valorização do mercado industriário, ocorreu aceleração no acúmulo de lixo em muitas cidades brasileiras. Devido ao alto índice do consumismo impregnado em nossa sociedade há uma desvalorização da vida, pois a saúde das pessoas não depende apenas de si mesmas, mas de todos e do ambiente do entorno. No Brasil segundo Cozetti (2001), a maioria do lixo é lançada a céu aberto. O problema se agrava pela alta concentração populacional nos centros urbanos atingindo cerca de 90%. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que quase 80% do lixo é jogados a céu aberto. De acordo com a Revista *Cidades do Brasil* nosso país gera 100 mil toneladas de lixo por dia e recicla menos de 5% (CIDADES, 2011).

Segundo dados do IBGE (idem, 2011), 76% do lixo é jogado a céu aberto sendo visível ao longo de estradas e também são carregados para represas de abastecimento durante o período de chuvas. Embora muito esteja se fazendo nesta área em nível mundial, ainda são poucos os materiais aproveitados no Brasil onde é estimada uma perda de cerca de 4 bilhões de dólares por ano. Mas, há indícios de melhora na área no país onde se tem como melhor exemplo as latas de alumínio, cuja produção é 63% reciclada (COZETTI, 2001).

Em Manaus, a realidade não é diferente do restante do país. A cidade produz algo em torno de 3 mil toneladas de lixo por dia e os igarapés que cortam a cidade são esgotos a céu aberto. O site O Globo assim apresentou uma reportagem:

O lixo acumulado nos igarapés se tornou um problema ainda maior por conta da cheia na cidade. Objetos jogados na orla dos igarapés caem nos cursos d'água e se somam aos dejetos jogados diretamente nos rios - como garrafas de plástico, fraldas, sacolas plásticas, brinquedos velhos e móveis como camas, geladeiras e armários antigos.

De acordo com o jornal A Crítica, os 6 mil quilos de lixo equivalem a quase 50 mil caçambas cheias de resíduos, ou uma única caçamba com capacidade de 12 toneladas obrigada a fazer, aproximadamente, 600 viagens para remover todo o material inutilizado para o aterro sanitário, situado no quilômetro 19 da AM-010, da Manaus-Itacoatiara. Segundo informações divulgadas na imprensa local, a prefeitura alegou gastar quase R\$ 4 milhões de reais por mês com a limpeza dos igarapés do município. (O GLOBO, 2011).

Percebe-se, desse modo, a premência de os gestores públicos investirem na educação ambiental em todos os espaços possíveis: escolas, ruas, praças, feiras, mercados etc. Há que educar em campanhas maciças para a população reduzir o consumo de produtos geradores de lixo, acondicionarem em locais adequados e, por parte do poder público, cabe a instalação de mecanismos para a coleta seletiva e tratamento adequado dos resíduos, como observa Raffin (2011). Caso contrário, os pesados investimentos destinados aos serviços de limpeza urbana (em 2007 foi de R\$ 101 milhões, em 2008 foi R\$ 129 milhões). Afinal de contas, estamos às vésperas de um dos maiores eventos mundiais, a Copa 2014.

Por isso, para que a grande quantidade de lixo venha sair das ruas e dos igarapés em Manaus, como um dos caminhos para a sustentabilidade, é necessário que a sociedade esteja mobilizada e sensibilizada para essa finalidade. O governo deve envolver toda sociedade em prol da conscientização em que cada indivíduo é responsável pelo seu lixo. Com isso contribuiremos para uma cidade, estado e país ambientalmente corretos e socialmente limpos, ajudando o meio ambiente, economizando energia, incidindo no mundo sustentável.

### **Considerações finais**

Se quisermos viver a sustentabilidade no mundo de desigualdades é necessário que devamos reaprender a ser pessoa. Este é o desafio da educação ambiental. A sustentabilidade é o exercício da solidariedade com a ética. É uma educação que muda as pessoas para que estas mudem seus mundos.

## Referências

- Becker, Bertha. Amazônia. 5.ed. São Paulo: Ática, 2005.
- Cozetti, N. Lixo - marca incômoda de modernidade. Revista Ecologia e Desenvolvimento, 96: 2001.
- Jesus, Edilza Laray de. Educação e desenvolvimento em áreas agrícolas no Amazonas. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Porto Alegre / FAGED, 2009.
- Gadotti, Moacir. A Carta da Terra na Educação. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.
- Leff, Enrique. Epistemologia Ambiental. 4 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- Legislação Ambiental Brasileira - VEMAQA – 5. ed. Manaus, AM: Ziló, 2004.
- Santos, Elizabeth da Conceição, Jesus, Cláudio Portilho de, Jesus, Edilza Laray de, Ferreira, Rosilene Gomes da Silva. Educação Ambiental: Manaus: UEA/PROFORMAR, 2007.
- O Globo notícias. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2009/06/15/manaus-retirou-6-toneladas-de-lixo-de-igarapes-apenas-em-maio-756345054.asp>>. Acesso em 19 set. 2011.
- Raffin, Enio Noronha. Máfia do lixo Al Kartell. Disponível em: <<http://antigo.mafiadolixo.com/default.asp?SECAO=20&SUBSECAO=0&EDITORIA=3656>>. Acesso em 29 out.2011.
- Reigota, Marcos. O que é Educação Ambiental?. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- Revista Cidades do Brasil. Curitiba, dez. 2005, Ano V, Nº 68. Disponível em <http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=12&newcod=905>>. Acesso em 03 nov. 2011.
- Ruscheinsky, Aloísio. Educação Ambiental: Abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- Sachs, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- Veiga, Jose Eli da. Meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Senac, 2006.



## COMUNIDADE E VIDA: EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Mayana de Almeida Rocha<sup>1</sup>, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel<sup>2</sup>

O estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Dr. Aristófanos Bezerra de Castro, situada na comunidade Aliança com Deus, bairro Aliança com Deus, na zona Norte de Manaus, onde articulados aos professores, trabalhamos com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, turno vespertino e com comunitários ligados a esses alunos. Dentro da temática ambiental, propusemos aos professores abordar a relação homem/animal de companhia (*animal de companhia* é um conceito da Organização Mundial de saúde para denominar cães e gatos). Os professores aprovaram e este foi o tema das atividades com os alunos. O objetivo foi disseminar informações e sensibilizar a população alvo quanto aos problemas ambientais que envolvem os animais de companhia existentes na comunidade, de modo a criar novos estados de consciência e nova forma de agir com relação a esta questão. Com base em princípios de pesquisa participante, foram realizadas reuniões com os docentes da escola e a equipe de extensionistas objetivando a definição de ações, o planejamento e a execução das atividades definidas conjuntamente. Foram desenvolvidas as seguintes ações: levantamento da situação dos animais de companhia que vivem na comunidade e adjacências da escola realizada pelos alunos, sistematização dos dados; palestras destinadas aos alunos sobre as principais questões levantadas, como o bem estar animal, o respeito a todas as formas de vida, castração e vacinação e a importância da posse responsável; organização de textos, de imagens e de outros trabalhos, cuja produção os professores incorporam em suas avaliações de aprendizagem; e a realização de um evento final que encerrou esta Atividade Curricular de Extensão. Neste evento – mostra de imagens, produções audiovisuais e comunicação oral das equipes – os alunos do 5º ano apresentaram os resultados dos trabalhos produzidos e divulgaram as atividades realizadas aos demais alunos, ao corpo docente da escola e a comunidade onde a escola está inserida. As ações pedagógicas desenvolvidas pelos acadêmicos do projeto foram de grande relevância para a comunidade escolar na medida em que os discentes participaram destas ações de extensão de forma positiva e dinâmica, motivando os extensionistas a acreditarem no trabalho desenvolvido. Com este trabalho realizado na escola a equipe observou o quanto este tipo de atividade é relevante para as comunidades principalmente aquelas que possuem pouco recurso. A maior satisfação da equipe foi perceber a alegria das crianças e o prazer de estarem juntas, criando, construindo e conhecendo informações que até o momento não conheciam, como a castração e sua importância. O que nos mostra que esta ACE conseguiu atingir suas metas de informar e sensibilizar a população-alvo quanto aos problemas ambientais existentes na comunidade, de modo a favorecer a decisão de castração dos animais de estimação (cães e gatos). Portanto, atividades de extensão como esta, são de grande relevância tanto para a comunidade quanto para os discentes em formação.

**Palavras-chave:** Comunidade; Ensino Fundamental; Educação; Meio ambiente.

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação da Ufam. mayanarocha@hotmail.com

<sup>2</sup> Profa. Dra. da Faced/Ufam.

## REFUGIADOS DO HAITI: UMA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS

Márcia Josanne de Oliveira Lira<sup>1</sup>, Maria Eunice Ribeiro Teixeira<sup>2</sup>

O projeto resultou de uma demanda de comunitários haitianos refugiados em Manaus, através do responsável pela paróquia do bairro Nova República, em face da necessidade de construção de conhecimentos socioculturais para a inclusão social e no mercado de trabalho. O bairro Nova República recebeu este ano um contingente significativo de imigrantes haitianos, uma boa parte, sem qualificação profissional, sendo assim as dificuldades com a língua e a cultura locais tornar-se-iam mais um empecilho para os mesmos. Esses imigrantes precisavam conhecer a língua, a cultura e a organização social do nosso país a fim de movimentar-se para resolver problemas que se impunham quanto à legalidade de suas permanências no país, portanto, os haitianos recém-chegados participaram assídua e pontualmente das atividades de promoção de intercâmbio cultural e linguístico com estudantes de letras/língua francesa, principalmente, uma vez que uma das línguas faladas por esses imigrantes é a francesa. Isso proporcionou uma importante interação através de práticas em ambas as línguas, portuguesa e francesa, de tal modo que os estudantes de Letras aprenderam muito sobre a língua francesa e o crioulo (língua materna do Haiti); já os imigrantes haitianos puderam aprender e experimentar diversos aspectos da língua portuguesa e da cultura brasileira. Os objetivos principais do projeto “Refugiados do Haiti: uma construção de conhecimentos” foram: apropriar-se de estratégias de comunicação em língua portuguesa; desenvolver práticas sócio-interativas em contexto real de comunicação intercultural; refletir sobre o contexto intercultural de aprendizagem e interações intersubjetivas. Assim, a língua portuguesa, condição para a inclusão social e no mercado de trabalho foi trabalhada de modo a construir um quadro de referências sociais e antropológicas do Brasil, com destaque para os procedimentos de obtenção dos documentos que permitiram a esses imigrantes desenvolver práticas autônomas de interação com os outros comunitários e órgãos públicos: apresentar-se, solicitar e validar documentos, redigir currículos, submeter-se a entrevistas de trabalho, entre outras situações sociais. Ao final de cada encontro com os participantes, a coordenação realizou reuniões com os discentes para discutir as necessidades e dificuldades acerca das atividades e a possibilidade de desenvolver novas práticas, sempre avaliando as atividades executadas e planejando as seguintes, levando em conta a opinião dos próprios participantes. O projeto contribuiu no quadro de inclusão dos imigrantes haitianos, uma vez que foram verificados avanços: interação entre estudantes e haitianos; elaboração do blog (<http://imigracaoeinclusaosocial.blogspot.com>); cumprimento de exigências legais para a permanência no país; conseguiram se mudar da casa paroquial para casas alugadas com recursos dos primeiros salários recebidos, e cujas despesas são compartilhadas; eles avaliaram que as atividades propostas no projeto contribuíram com o desenvolvimento das relações no trabalho e na comunidade onde estão inseridos; conseguiu-se promover de modo positivo o aprendizado sociocultural e compartilhamento de experiências sobre o Brasil e o Haiti, contribuindo ainda para a melhoria da autoestima e autoconfiança desses imigrantes, que muitas

---

<sup>1</sup> Professora Esp. da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Aluna de graduação da Ufam.

vezes são marginalizados por diversos fatores, dentre os quais a cor da pele, o status financeiro e a linguagem.

**Palavras-chave:** Migrantes; Haitianos; Inclusão social; Amazonas.

## ESTUDOS DE LINGUAGEM PRÉ-UNIVERSITÁRIA - PREVEST

Márcia Josanne de Oliveira Lira<sup>1</sup>, Valeria Augusta C. de Medeiros Weigel<sup>2</sup>

Desde os tempos coloniais, o curso de nível superior representa prestígio social e restrito a uma parcela pequena da população. Toda família deseja ter filhos incluídos no sistema público de ensino superior, por acreditar que isto proporciona ascensão social e aporta privilégios. Com o desenvolvimento histórico do Brasil houve necessariamente uma tímida democratização do ensino superior, levando um número maior de pessoas a usufruir desse prestígio social. A sociedade evoluiu e, com isso, um modelo econômico injusto e desigual se instalou, persistindo até hoje, no qual nem sempre se recompensa o mérito. O diploma universitário passou a ser exigência mínima para o acesso ao mercado de trabalho, embora as políticas públicas para a educação não acompanhem as exigências desse mercado, deixando de investir na geração de novos espaços de formação e de vagas. As vagas estão sempre aquém da demanda e não acomodam uma parcela significativa da sociedade que contribui indiretamente com impostos para a existência e manutenção das universidades públicas. Esse descompasso tem provocado proliferação de cursinhos pré-vestibulares, que preenchem a lacuna histórica das escolas do sistema público de ensino. Professores experientes e bem remunerados, salas confortáveis, aulas regulares, bem como material didático específico, para preparar os candidatos aos exames, são alguns aspectos que parecem fazer a grande diferença. Toda essa estrutura tem altos custos e são repassados aos candidatos, excluindo aqueles oriundos das camadas menos favorecidas da população. Hoje, apesar das ações afirmativas do governo federal, muitos candidatos ainda têm ficado de fora por falta de recursos materiais. Assim, este projeto tem contribuído para amenizar as desigualdades, através de práticas solidárias daqueles que conseguiram o acesso às vagas nas IES públicas, apesar das dificuldades que se impuseram. Temos clareza do nosso papel social, bem como de que o maior esforço deverá ser empreendido pelo candidato, mas toda a equipe está imbuída do espírito de cooperação, para realizar esta ação solidária. As discussões sobre os problemas do Ensino Superior no Brasil têm ocupado grande espaço, mas as soluções ainda não se apresentam como eficazes. O sistema de cotas não tem solucionado o problema da permanência na universidade, por exemplo, uma vez que o estudante não aporta os conhecimentos básicos sedimentados, permanecendo na condição de excluído, mesmo após o ingresso no curso superior. Assim, o objetivo da educação escolar passou a ser a obtenção da aprovação no vestibular. Tirou-se do foco a formação cidadã e, nas matrizes curriculares, constam apenas as disciplinas do exame vestibular. Apesar dos avanços metodológicos e teóricos, as práticas estão ultrapassadas, causando dificuldades de compreensão e expressão, muitas vezes, incontornáveis. A abordagem teórica deste projeto se caracteriza pela construção de atividades que reflitam práticas modernas e libertadoras. As atividades estão centradas no estudo de diversas disciplinas, explorando níveis da produção/recepção textual, com vistas a favorecer a compreensão de questões sociohistóricas para a construção da cidadania.

**Palavras-chave:** Linguagem; Educação; Produção e percepção textual; Ensino superior.

<sup>1</sup> Professora Esp. da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Profa. Dra. da Faculdade de Educação da Ufam.

## O ENSINO VIA PESQUISA COMO MÉTODO DE INTERDISCIPLINARIDADE

**Nelice Furtado de Oliveira<sup>1</sup>, Cláudia Aparecida Furtado de Oliveira<sup>2</sup>, Ivani Ferreira de Faria<sup>3</sup>**

O trabalho descrito neste resumo busca elucidar e tecer argumentos em torno da teoria e prática da sistematização Ensino Via Pesquisa como mediação pedagógica da educação popular, ou seja, em que medida uma metodologia participativa de pesquisa pode constituir-se em processo educativo para pesquisando e pesquisadores. Esse ensino tem como função primordial possibilitar aos alunos a apropriação e produção de conhecimento. Essa educação deve contribuir para a auto-formação da pessoa, ensinar a assumir a condição humana – ensinar a viver, e ensinar como se tornar cidadão. Estimulando a análise, a capacidade de compor e recompor dados, informações, argumentos, idéia, e principalmente a pensar, pois quem sabe pensar questiona o que pensa. Fazendo com que o aluno valorize a curiosidade, o questionamento exigente e afastando a incerteza. O ensino via pesquisa não é uma metodologia, pois ele veio para quebrar o paradigma e valorizar o saber, ele não pretende dar métodos de ensino, mas sim incentivar o aluno a pensar. A realidade, para existir, não depende de ser pensada, pesquisada, mas para existir como produção científica, precisa ser construída. Esse método de ensino possibilita o conhecimento e instiga os alunos à discutir as informações entre eles, e entre os professores-pesquisadores para classificar problemas e intenções, e juntos trabalharem diretrizes da ação social. A intenção do ensino via pesquisa é trabalhar com a conjunção desafiadora do conhecimento e participação, talvez a potencialidade mais decisiva do ser humano. Saber pensar e intervir juntos são grande desafio da hora e do futuro. Criar um saber popular é um dos objetivos desse ensino, que acredita que conhecimento bem feito é fonte de poder e autonomia, colaborando decisivamente no projeto de transformação social. Em vez de corrigir a fragmentação da inteligência, nosso sistema de ensino obedece a eles. Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer as suas correlações), e a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam a reduzir o complexo do simples, (isto é, a separar o que está ligado); a decompor e não recompor; e a eliminar tudo que causa desordens e contradições em nosso entendimento. Esse método de ensino possibilita o conhecimento e instiga aos alunos a discutir as informações entre eles, e entre os professores-pesquisadores, para classificar problemas e intenções, e trabalhar diretrizes da ação social. Pois saber pensar e intervir juntos são o grande desafio da hora e do futuro. O aluno deve estar ciente que quando professor-pesquisador deverá sempre atualizar seu estudo, por meio de livros, cursos, jornais, internet, reportagens televisivas, enfim buscar explicações nos mais variados campos de informações que debatem os problemas educacionais. A meta do Ensino Via Pesquisa é estimular o conhecimento do aluno, e no futuro, quando professor, venha a aplicar no processo educacional como proposta pedagógica na sala de aula. É um ensino que tem o intuito: abrir a oportunidade para que os alunos usem o melhor conhecimento possível construindo a

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação do Curso de Geografia – Degeo/ICHL/Ufam.

<sup>2</sup> Aluna de graduação do Curso de Pedagogia – Faced/Ufam.

<sup>3</sup> Professora Doutora da disciplina Ensino Via Pesquisa do curso de geografia – Degeo/ICHL/Ufam

sua emancipação, usando o exercício de pensar e discutir assuntos em diferentes contextos e instituição de ensino. Pois sem tais condições, as mentes jovens perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los e seus conjuntos. A importância do ensino via pesquisa em construir poder popular, dentro de um novo paradigma de conhecimento, tem como um forte traço: retornar a informação ao aluno na linguagem e na forma cultural na qual foi originada. É clara a noção que conhecimento pode transferir poder ao povo, mas esse não será um poder “transferido”, mas construído coletivamente na sala de aula para que possa ser passado a diante, e que se possa colocar o saber pensar na estratégia de libertação. O objetivo da educação não deve ser o de transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas o de criar nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em um sentido definido, não apenas durante a infância. É, justamente, mostrar que ensinar a viver necessita não só dos conhecimentos, mas também da transformação, em seu próprio ser mental, do conhecimento adquirido em sapiência, e da incorporação dessa sapiência para toda a vida. Aprendemos que tudo aquilo que só pode ter nascido do caos e da turbulência, precisa resistir às enormes forças da destruição. Para isso, o Ensino Via Pesquisa vem com o intuito de abrir a oportunidade para que os alunos usem o melhor conhecimento possível construindo a sua emancipação, usando o exercício de pensar e discutindo assuntos em diferentes contextos e instituição de ensino. Pois por detrás do desafio do global e do complexo, esconde-se outro desafio: o da expansão descontrolada do saber.

**Palavras-chave:** Ensino; Pesquisa; Desafio; Conhecimento

## CONTRIBUIÇÕES DE REUVEN FEUERSTEIN PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Maria do Perpétuo Socorro Duarte Marques<sup>1</sup>, Suzana Barreto dos Santos<sup>2</sup>**

Este trabalho de iniciação científica visa fortalecer a formação inicial de professores para as séries iniciais do Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas - UFAM, tendo como eixo temático, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. No Estado do Amazonas os alunos com deficiência estão ingressando cada vez mais nas escolas regulares, exigindo modificações arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, além de um novo preparo dos profissionais da educação, entre eles os professores das salas de recursos multifuncionais. A Declaração de Salamanca (1994) estabeleceu um novo desafio, a perspectiva da inclusão social nas diferentes instâncias da sociedade, principalmente no campo educacional, levantando a bandeira do atendimento de pessoas com deficiência nas classes comuns do ensino regular. Este movimento ampliou as discussões em torno do acesso e da permanência das pessoas com deficiência nas escolas regulares de educação básica. O desafio docente foi ampliado para atender a todos aos alunos com ou sem deficiência, a partir da atenção as necessidades de aprendizagem individuais. A atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) explicita a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE. As salas de recursos multifuncionais constituem-se em espaço pedagógico de desenvolvimento de aprendizagem dos alunos com deficiência inseridos nas classes comuns. O objetivo geral desta pesquisa visa compreender como a Teoria de Reuven Feuerstein, pode contribuir com o trabalho pedagógico realizado pelos professores-mediadores das salas de recursos. Esta teoria evidencia a importância da mediação no processo de aprendizagem, estimulando as funções cognitivas e de organização do pensamento dos alunos. Para realização deste estudo será utilizado a pesquisa bibliográfica, tendo como principal enfoque a produção deste teórico, em artigos científicos e outras publicações que tratam desta teoria. A compreensão desta teoria facilitará o trabalho do professor da sala de recursos multifuncionais, que efetivará uma ação pedagógica mais eficiente, melhorando o atendimento educacional dos alunos. Neste sentido, justifica-se o estudo investigativo que fortalecerá a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

**Palavras-chave:** Inclusão educacional; Aprendizagem mediada; Formação de professores.

---

<sup>1</sup> Professora Doutora da Faculdade de Educação da Ufam. mps.marques@hotmail.com.

<sup>2</sup> Discente de Iniciação Científica do Curso de Pedagogia da Ufam.

## MINIMALICES E MACROMALUQUICES NA FLORESTA: BRINCANDO E PRESERVANDO NO JARDIM BOTÂNICO DE MANAUS/AM

Roberta Paredes Valin<sup>1</sup>, Ana Luiza Meneses Gouvêa<sup>2</sup>

Contemplado pela Funarte no edital +Cultura, período 2010/2011, o projeto *Minimalices e Macromaluquices na Floresta* teve como objetivo a promoção de oficinas de construção de bonecos (mamulengos, fantoches e dedoches) inspirados na flora e fauna da Floresta Amazônica. Participaram das oficinas 20 jovens, de 18 a 25 anos, residentes no entorno do Jardim Botânico Adolpho Ducke, de Manaus. O projeto utilizou a biodiversidade amazônica como inspiração para a realização de uma coleção de bonecos – os bonecos da floresta. O intuito foi fazê-los parte integrante da exposição permanente do Musa (Museu da Amazônia), localizado no Jardim Botânico, compondo o acervo material do mesmo para, assim, serem utilizados nos festivais e eventos ambientais da agenda do Jardim Botânico, inserindo arte ao cotidiano científico-ambiental do Musa. Ao longo das oficinas os jovens mergulharam no universo lúdico e poético da arte do mamulengo e dos fantoches; uma criação em consonância com a biodiversidade amazônica e com a realidade social do entorno do Jardim Botânico. A metodologia empregada no projeto consistiu em: 1) reunião de apresentação da fauna e flora escolhidas por cientistas aosicineiros; 2) reunião de apresentação dosicineiros à comunidade do entorno do JB; 3) execução das oficinas pelos professores, todos eles artistas conhecidos na região; 4) exposição dos bonecos e sua utilização em contação de histórias e cenas de improviso, além de exposição fotográfica com imagens das oficinas e dos bonecos. As oficinas, três semanais com duração de três horas cada, foram realizadas nas dependências do Jardim Botânico. Os jovens foram guiados pelosicineiros durante as oficinas na elaboração e construção dos personagens da floresta do JB: bichos-preguiças, angelins, castanheiras, gaviões reais, sapos, borboletas, pássaros, aranhas e bonecos que representavam visitantes do JB. Os bonecos foram surgindo conforme as discussões criadas pelo grupo e o material, sempre reutilizável, ia direcionando o caminho. Durante as atividades, os alunos foram instruídos a utilizarem materiais que são descartados, fazendo das oficinas um espaço de reflexão sobre sustentabilidade e reciclagem. Foram utilizados variados materiais: arames, retalhos de tecidos, palhas, papelão, papel, tintas e pigmentos variados, madeira, garrafas pet, embalagens, espuma de colchões descartados, armação de guarda chuva etc. O projeto foi estruturado para que, em longo prazo, o material produzido durante as oficinas, quando não utilizado pelo Musa, pudesse ser emprestado a grupos teatrais de Manaus que desenvolvam trabalhos com a temática envolvendo riqueza biológica, lendário da Amazônia e educação ambiental, abrindo uma possibilidade de intercâmbio com outras entidades, sejam de ensino formal ou informal e proporcionando a tessitura da rede de informações à respeito da arte do mamulengo, dos fantoches e dos dedoches no que tange à sua preservação e conservação. Sendo a Amazônia detentora da maior biodiversidade do planeta e considerando que 2010 foi o ano internacional da biodiversidade segundo a ONU, o projeto auxiliou em ações de proteção e conservação.

**Palavras-chave:** Pesquisa-ação; Educação ambiental; Jardim Botânico de Manaus.

<sup>1</sup> Graduação em artes plásticas pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). robertaparedesvalin@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em artes plásticas pela Ufam.



## TAREFA PARA CASA: O GRANDE DESAFIO DO EDUCADOR

Jéssica Quérolin Góes da Silva<sup>1</sup>

Este artigo irá mostrar como as tarefas para casa devem ser estimuladas tanto pelos professores (profissionais em geral), como pelos pais para os alunos, pois tais tarefas introduzem os alunos a uma nova forma de aprimoramento de conhecimentos. As formas de conhecimentos não se dão apenas em sala de aula, e é possível sim acreditar em outras formas de aprendizagem, não acreditando que o professor e a família são os únicos responsáveis pelo conhecimento adquiridos pelo aluno, claro que influenciam, mas também é necessário estabelecer a ideia de que trabalhamos em conjunto escola/família/aluno e que o aluno deve sim saber seu papel no seu processo de aprendizagem e adquirir por intermédio de normas sua responsabilidade e compromisso diante de sua aprendizagem. As tarefas escolares muitas vezes são vistas como um grande desafio na vida dos alunos, vistas pelos alunos como um problema nas suas vidas. E esse é um dos fatores que contribuem, estimulam e dificultam o processo de aprendizagem. Os educadores, têm que estar bastante preparados para lidarem com muitos problemas da educação e principalmente com esse, precisam ser bastante cautelosos, pois não se trata apenas de “tarefa para casa”, mas do rumo da educação que resultará o desenvolvimento dos alunos, dos filhos e da sociedade. Diante disso, o educador precisa tomar uma posição relevante e conveniente, pois são educadores e a sociedade os cobra esse papel, têm que estarem cientes desses desafios que passam ou passarão na sua jornada pedagógica, precisam também acompanhar e aceitar as novas técnicas e ferramentas que estão sendo adotadas como formas pedagógicas. A educação é a base das gerações, é cultura também, por isso que precisam estar preparados para saber trabalhar com tudo que está disponível para a educação. Desenvolver ideias sobre as diferentes formas de aplicações de “tarefas para casa” é estimulante quando pensamos em desenvolvimento da aprendizagem. A partir dessas ideias, este trabalho busca desenvolver a temática proposta com objetivo de promover reflexões sobre esta ferramenta e prática educativa.

**Palavras-chave:** Tarefa para casa; Prática escolar; Aprendizagem; Educação.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 6º período do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/AM.  
querolin\_love@hotmail.com

## EXPRESSÃO CULTURAL E CIDADANIA: MÚSICA E MOVIMENTO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

**Samuel Vinente da Silva Junior<sup>1</sup>**

Atualmente, a dança é a segunda atividade artística mais disseminada no território brasileiro, sendo 56% dos municípios, os que sofrem a intensa atuação dos diversos grupos representantes dessa linguagem. Porém, torna-se necessário indagar de que forma a música e o movimento contribuem para a formação de um cidadão mais crítico, ativo e reflexivo, sendo capaz de intervir na realidade e transformá-la, levando em conta que a criança e o jovem interagem entre si e aprendem uns com os outros. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é avaliar determinado grupo social buscando procurar e reconhecer as diversas manifestações culturais e artísticas de música e movimento inseridas nele sob um olhar histórico-cultural. Buscando também perceber as diversas formas do comportamento e como elas contribuem para disseminar a cidadania através do contato social e da reciprocidade grupal. Na perspectiva de Vygotsky o indivíduo a partir de sua inserção num contexto cultural e sua interação com os membros do grupo em práticas que foram social e historicamente construídas, incorpora de forma ativa as formas de comportamento já consolidadas na experiência humana. Tendo em vista que a infância e a juventude são fases de experimentação e é onde ocorre a formação de identidades, o Plano Nacional de Cultura aponta como um de seus objetivos valorizar e estimular a circulação das diversas práticas de dança, principalmente nessa faixa etária. O país conta com uma imensa e variada gama de manifestações de cultura popular, sendo um campo amplo, diversificado e também complexo. Por isso, torna-se interessante verificar nesta pesquisa, como a música e o movimento contribuem para uma formação mais sólida de princípios como o amor, o respeito, o zelo e o compromisso que nortearão a vida das crianças inseridas no grupo e tem contribuído para o desenvolvimento histórico e cultural dos jovens e adolescentes, tendo em vista a visão de que homem e mundo são indissociáveis, e através da dança, o homem se expressa e intervém sobre o mundo. Quanto à metodologia, é imprescindível pensar na luta de classes e numa sociedade estratificada, onde muitos estão marginalizados e não usufruem dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade ao qual tem direito e muito menos tem acesso aos bens culturais. Por isso, o materialismo histórico através da dialética proporciona uma construção, desconstrução e reconstrução de conhecimentos científicos. Procurando descrever e analisar o fenômeno e o grupo, tendo como objeto de pesquisa o grupo de forma conjunta e subjetiva, será feito uso de uma abordagem fenomenológica que dará suporte à pesquisa quantitativa. A metodologia empregada na pesquisa para a obtenção de respostas ao problema configura-se num estudo de caso feito em um grupo da zona sul de Manaus. Frequentado por crianças, adolescentes e jovens, eles responderão a uma série de perguntas onde verificaremos o perfil socioeconômico dos indivíduos inseridos e como a dança e a música interligadas através de coreografias, passos e gestos expressa o que várias gerações pensam e vêem sobre o mundo e como isso determina a cidadania. No que diz respeito ao grupo, o local dos ensaios é numa igreja evangélica, em salas equipadas com todo o material necessário, proporcionando conforto e bem-estar para o desenvolvimento das coreografias, levando

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD). Email: samueljunior.ns@gmail.com

em conta também a questão do áudio e vídeo necessários para a observação e aplicação de novos passos. O grupo é subdividido em outros três micros grupos, assim, um é responsável pelo *street dance* e *hip hop*, outro pela dança mais clássica e outro, constituído pelas crianças menores de oito anos por gestos mais simples e menos elaborados de balé. Constituído por aproximadamente trinta integrantes, com idades respectivas entre seis e vinte e dois anos. Observou-se por exemplo que em cada micro grupo há um responsável pelos ensaios, incumbido de verificar a questão do comportamento, da assiduidade e do respeito uns com os outros, onde as regras são definidas por todas e obedecidas de forma sistemática. Assim, entende-se que no atual contexto de diversidade uma das principais estratégias para o reconhecimento dos grupos que são diversos é preciso garantir direitos e oportunidades para as redes socioculturais, tendo em vista que as manifestações culturais, tanto a música, como o movimento ajudam e inserem o indivíduo na sociedade e formam hábitos corretos de vida e cidadania.

**Palavras-chave:** Cidadania; Expressão cultural; Música e movimento.

## A MODALIDADE PROEJA NO AMAZONAS

**Cláudia Aparecida Furtado de Oliveira<sup>1</sup>, Ana Cristina Fernandes Martins<sup>2</sup>**

Este resumo apresenta a Prática de Campo solicitada pelas disciplinas de Educação de Jovens e Adultos I e Gestão da Educação, ao qual, teve o intuito apresentar um recorte da realidade da Educação no Estado do Amazonas. Realidade esta que deve ser comparado com a acadêmica, confrontado os conhecimentos teóricos e práticos. Para a realização da atividade foi escolhida uma instituição pertencente à Rede Federal de Ensino. Essa escola por ser subordinado diretamente ao MEC deveria ter uma ação criativa, criadora, crítica e formadora da cidadania e da mão-de-obra para o mercado de trabalho ampliando os conhecimentos adquiridos na vida do educando. Durante a execução procurou investigar os problemas e necessidades existentes, percebendo há necessidade de concretizar as diretrizes do Projeto Político Pedagógico, assegurando ao aluno um bom aprendizado, promovendo os direcionamentos que esse tipo de Escola deve possuir. Durante o Levantamento das informações investigou-se a estrutura da organização administrativa com o intuito de fazer um diagnóstico do processo de Gestão. Indagando aos pedagogos e professores, o processo de elaboração do PPP, a presença da comunidade geral e acadêmica, a dificuldade de trabalho para o gestor, pedagogo e professores, além das necessidades de formação para o trabalho com um público diferenciado e sugestões de melhoria do ensino. O trabalho teve como objetivo apresentar-se como um trabalho de prestação de contas, composto da descrição das experiências vivenciadas no período de regência em sala de aula que se baseou nos quatro pilares da educação e na tendência sociointeracionista do processo de ensino-aprendizagem. Para que os trabalhos e objetivos propostos acontecessem de maneira satisfatória, foram necessários alguns procedimentos metodológicos que orientassem a investigação do campo do ambiente escolar. Elaborando um Plano de Ação, constatou os encaminhamentos necessários à intervenção que foi executado dentro do cronograma estabelecido. Traçados os objetivos, os questionários foram aplicados a um pequeno percentual dos segmentos da Escola, a pedagoga, quatro funcionárias (três da área administrativa e outra do apoio pedagógico que não é pedagoga), uma turma do Proeja (Programa de Nacional de Educação de Jovens e Adultos) Mecânica e outra do Proeja Edificações, além de cinco professores que ministram aula a essas turmas, devido ao tempo limitado para a realização e o estabelecido no roteiro da intervenção, apresentando uma análise preliminar e não conclusiva. Os critérios levaram em consideração a relação existente entre a coordenação, alunos e professores, descrevendo as observações do processo em sala de aula, e do ambiente escolar como um todo. Onde a educação para o trabalho existe “desde os tempos remotos na história das civilizações humanas, o trabalho é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades. [...]” (Manfredi, 2002 p.33) e para isso, jovens e adultos executam essa função. Na sociedade atual, o trabalho constitui-se como uma das bases fundadoras da economia, sendo uma força de produção de bens e serviços, uma fonte de renda e sobrevivência de parte da população, além de determinar relações sociais, definindo os parâmetros da identidade social e cultural. A necessidade da qualificação desses indivíduos deu-se a partir da modernização da economia, sendo que o Estado delegou ao sistema educacional a

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia – Faced/Ufam.

<sup>2</sup> Professora Doutora da Disciplina de Educação de Jovens e Adultos I – Faced/Ufam.

atribuição de preparar os recursos humanos para o mercado de trabalho. Nessa modalidade um grande desafio político e pedagógico está em construir um Currículo Integrado considerando as especificidades desse público. Dessa forma, o dilema sobre o papel da escola de formar para a cidadania ou para o trabalho produtivo ascende à discussão sobre uma proposta curricular na perspectiva da formação integrada no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual. A novidade do Proeja é a integração entre formação geral e formação profissional na modalidade EJA. Como dificultador do processo ensino-aprendizagem há a independência das gerências, a falta de orientador pedagógico, apesar de todos os funcionários serem um facilitador nas questões burocráticas, a falta de diálogo entre o MEC e a instituição. Apesar de a Instituição possuir experiência em Educação Profissional, e de ensino regular, não possui com a modalidade EJA, sendo anexadas essas três modalidades. Essa união foi e ainda é muito difícil de ser trabalhada, pois, precisa contemplar uma categoria diferenciada de alunos, que por vários fatores não puderam concluir seus estudos no período certo, possuindo dificuldade de aprendizagem e pouco tempo para estudar. Além, da necessidade imediata de aplicação da teoria e de conhecimentos aprofundado nas áreas de exatas. Uma tentativa de apaziguar os conflitos é disponibilizar aos alunos 6 módulos de 4 meses possuindo matrícula automática ao final de cada módulo. A forma de entrada é processo seletivo concorrendo a aproximadamente 40 vagas A entrada do alunado é semestral para ofertar as disciplinas nos períodos seguintes. Mesmo com essa tentativa o índice de evasão é alto, 50%, atribuindo-se ao horário de início das aulas (18:30h), horário comercial, e o grau de dificuldade das disciplinas. A falta de conhecimento pedagógico por parte dos professores também é dificultador do processo. E, para eles também é diagnosticado o problema de relacionamento entre professores-alunos que deve ser sanado pela união do trabalho individual com o coletivo, além da normatização da profissão docente. Mas para os alunos entrevistados o problema ocorre pela falta de estímulo salarial dos professores. Ao analisar o comportamento de alguns professores e da relação que os gestores possuem, ou até mesmo do MEC pode-se compreender o caos do ensino público brasileiro. Esta Instituição apresenta problemas como quaisquer outras. E, infelizmente uma visão também numérico-reducionista da realidade, onde deveria ter uma gestão mais democrática, desenvolvendo a cultura do Planejamento dialógico, socializado, ascendente, envolvendo escola e comunidade, para assim possuir orientadores pedagógicos, e envolvimento intelectual e afetivo dos professores e da coordenação.

**Palavras-chave:** Proeja; Educação de jovens e adultos; Educação profissional.

## **AMBIENTE ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E CAMPO INTERVENTIVO DO SERVIÇO SOCIAL: RESILIÊNCIA NO ÂMBITO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ DO 40 NA CIDADE DE MANAUS/AM**

**Ana Beatriz de Souza Cyrino<sup>1</sup>, Heloisa Helena Corrêa da Silva<sup>2</sup>**

O interesse em suscitar esse tema para pesquisa é fruto da inquietação vivenciada no cotidiano da prática profissional como assistente social da qual se acumulou experiências tanto no âmbito das políticas públicas quanto no exercício da docência na cidade de Manaus, o que possibilita ter bases para justificar, problematizar e objetivar a pesquisa, em pauta. A pesquisa tem por objetivo desvelar a resiliência entre sustentabilidade e instrumentalidade, tendo como parâmetro analítico o ambiente como uma das expressões da questão social e campo interventivo do Serviço Social, enquanto uma nova dimensão da prática profissional do serviço social há a necessidade de um recorte de tempo e território, que configure com propriedade a relação entre sustentabilidade e instrumentalidade. Esta pesquisa terá como locus a bacia hidrográfica do Igarapé do Quarenta, localizada na porção sudeste da cidade de Manaus, em um território de 44,87 km quadrados, é composta por dezessete bairros e 80% da área do Distrito Industrial de Manaus e apresenta características antrópicas bem acentuadas, com um adensamento populacional significativo na ordem de 24% do contingente populacional do município (CENSO/2000), em decorrência dos processos socioeconômicos ecológicos que área vem recebendo desde meados do século XX. (RIMA – PROSAMIM, 2004). A metodologia que balizará a pesquisa tem como eixo na perspectiva crítica analítica do materialismo histórico dialético, onde buscar-se-á apreender a processualidade e totalidade do conteúdo do núcleo central da pesquisa, a partir do desvelamento de suas mediações e contradições internas fundamentais. Concomitantemente, por intermédio da *pesquisa documental*, a busca de informações que permita construir um cenário acerca da área de abrangência. Na processualidade metodológica proposta há um instrumental da qual esta pesquisa não pode prescindir na etapa de campo que se do Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido – TCLE dos sujeitos, para assegurar os princípios éticos da pesquisa. O objeto de pesquisa será desvelado em sucessivas aproximações, da totalidade parcial que se pretende alcançar, para que o presente seja fonte alimentadora na construção do futuro alimentadora da construção na trajetória do serviço social.

**Palavras-chave:** Serviço social; Sustentabilidade; Resiliência.

---

<sup>1</sup> Assistente Social na UFAM. Especialista em Análise Ambiental na Amazônia e Uso de Sensoriamento Remoto para fins de Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Mestranda em Serviço Social (Ufam).

<sup>2</sup> Docente na UFAM nos Programa de Pós Graduação: PPGSCA e PPGSSS. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP.

## HIPÓTESES ANALÍTICAS BASEADAS NO CONCEITO DE IDENTIDADE NÃO-ESSENCIALISTA DE QUE POSSIVELMENTE A CIVILIZAÇÃO MOCHICA ANTECEDE A ETNIA MURA

Betilsa Soares da Rocha<sup>1</sup>, Carlos Guillermo Rojas Niño<sup>2</sup>

O presente trabalho pretende investigar as interconexões das identidades culturais das civilizações Mura e mochica com a hipótese analítica dentro do conceito de identidade não essencialista que compara as características em comum que existe entre as duas “etnias”: a Civilização Mochica faz parte da cultura pré-colombiana típica da região dos vales do norte do Peru ocorrida no período médio conhecida como Civilização Moche, foi chamada assim por terem se estabelecidos nos Vales do Chicama e do Moche (viviavam nas regiões ribeirinhas e lacustres da costa norte do Peru) entre 100 a.C. e 600 d.C., esse povo consolidou um estado com o poder centralizado nas mãos de uma nobreza guerreira. Segundo historiadores a civilização mochica não constituiu estado ou império e se quer unidade política; mais o seu desenvolvimento cultural foi comprovado a partir da iconografia expressa na cerâmica pintada, na ourivesaria, religião, arquitetura e em uma possível linguística. O desaparecimento dos mochicas, a partir do século VI ainda é uma incógnita. A hipótese mais provável é que o clima da região tenha sido afetado por uma sucessão de El Niños extremamente violentos provocando a alternância de secas e chuvas torrenciais prolongadas, o que provavelmente, arruinou as plantações e rebanhos, destruindo essa rica civilização. Acredita-se que os mochicas dominaram o deserto, mais seria estranho pensar que um povo, que, segundo Santos (2010), deu uma grande contribuição com um sistema sofisticado de canais e dutos e irrigaram até o deserto para não depender do regime de chuvas, sofresse com as secas, até o extremo de ter que fugir da sua região e que, o mar garantia a oferta de peixes e de algas que eram à base da alimentação; O mais provável é que eles tenham saído pelo Rio Moche fugindo provavelmente das catástrofes naturais e uma possível guerra civil. Já tratando Sobre os Mura, sabe-se que eles, os quais faziam das canoas suas casas, que como “índios de curso” abrangeram uma grande área; sua expansão territorial era a partir do rio Madeira estendendo-se até a fronteira do Peru e do rio Trombetas no atual estado do Pará, os Mura, é, até onde se sabe originário da região compreendida pelo baixo Amazonas, Solimões, Madeira, Autazes, Baetas, Marmelos, Maturá, Aripuanã e Canumã. Atualmente estão estabelecidos na região das bacias hidrográficas dos rios Solimões, Amazonas e Madeira. Os índios Mura aparecem na historiografia regional em 1714, localizados na região do rio Madeira e por toda a região do Autazes. Os primeiros registros sobre os Mura estão na carta do padre Bartolomeu Rodrigues ao padre Jacinto Carvalho sobre as terras, rios e gentio do Madeira, segundo os quais resistiram à submissão e se defenderam da ocupação de seus territórios por núcleos coloniais. Sua imagem é marcada por traços guerreiros, destemidos, o que atemorizava e lhes concedia uma enorme fama de “perigosos”, nos séculos XVII a XIX, quando impediram, o avanço das missões, do comércio português e das ações de cunho militar na Amazônia.

**Palavras-chave:** Mobilização; Amazônia; Mochica; Mura.

<sup>1</sup> Betilsa Soares da Rocha cursa licenciatura plena em artes plásticas na Universidade Federal do Amazonas e é bolsista de Pibic na mesma instituição. betilsa.peritoro@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor doutor, docente da Universidade Federal do Amazonas/UFAM.

## **SEMINÁRIO DE PESQUISA I: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS DO PROGRAMA DE ASSOCIAÇÃO AMPLA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ-UEPA E UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

**Arinete Vêras Fontes Esteves, Maria Jacirema Ferreira Gonçalves<sup>1</sup>, Deyvylan Araujo Reis, Abel Santiago Muri Gama<sup>2</sup>**

O desenvolvimento científico e tecnológico esta cada vez mais avançado e exige uma ampla abertura para a diversidade e interdisciplinaridade de conhecimentos, assim como um ambiente de investigação que propicie as relações e interações dos atores sociais, centrados na construção de saberes e práticas que resultem em novas tecnologias e novos conhecimentos para o melhor viver humano. Os programas de pós-graduação em enfermagem *strictu sensu* podem proporcionar ao enfermeiro a inclusão na prática pedagógica, principalmente como docente em instituições de ensino superior de enfermagem, além da inserção no campo da pesquisa. O mestrado acadêmico é a preparação para o enfermeiro docente, sendo esta uma atividade complexa que exige não só o domínio amplo do conteúdo específico da disciplina a serem ministradas, como também competências didáticas para repassar o conhecimento. Relatar a experiência dos mestrandos na disciplina Seminário de Pesquisa I do Programa de Mestrado em Associação Ampla da Universidade do Estado do Pará e Universidade Federal do Amazonas. Trata-se de um relato de experiência dos alunos do mestrado através da disciplina Seminário de Pesquisa I, que foram desenvolvidas a partir da exposição em forma de seminários de dissertações e teses de convidados externos das diversas áreas do saber, além dos projetos em fase de qualificação dos alunos veteranos e dos pré-projetos dos egressos, com discussão coletiva sobre as metodologias utilizadas nestes trabalhos, detalhando de forma crítica e contributiva, exigências formais e metodológicas relacionadas a cada projeto. As atividades da disciplina foram realizadas na Escola de Enfermagem de Manaus da UFAM, no período entre os dias 01 a 05 de agosto de 2011. As atividades de apresentações das dissertações e teses dos convidados tinham duração de 02 (duas) horas a fim de discutir sobre as mesmas, já os discentes do programa, dispunham de 20 (vinte) minutos para apresentação e 10 (dez) minutos para questionamentos sobre seus projetos. Durante as apresentações, foram expostas 8 (oito) dissertações (convidados), 6 (seis) pré-qualificações das dissertações e 6 (seis) novos projetos, sendo estas, intermediadas por 2 (duas) docentes responsáveis pela disciplina, estimulando as discussões e abrindo caminhos para levantamentos e considerações a respeito das metodologias utilizadas. As discussões das apresentações possibilitaram aos discentes que estavam prestes a se qualificar, uma visão diferenciada de seus trabalhos, com a contribuição de olhares críticos sobre a ótica dos discentes e docentes presentes durante as apresentações, e aos novos mestrandos, uma oportunidade única, vez que no primeiro contato com o mestrado, podemos observar diversas metodologias, o que nos oportuna uma visão diversificada sobre elas, e sua aplicabilidade nos projetos recém elaborados. Contudo, acreditamos que o objetivo da disciplina foi alcançado, representando uma enriquecedora vivência, com a interação com os futuros mestres,

<sup>1</sup> Profas. Dras., docentes do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem do Programa em Associação Ampla com UEPA e UFAM, Escola de Enfermagem de Manaus (EEM), Departamento Materno Infantil e Saúde Coletiva (DEMIS), Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem do Programa em Associação Ampla com UEPA e UFAM, Escola de Enfermagem de Manaus (EEM), Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: deyvylan@hotmail.com.



contribuindo no direcionamento de nossos projetos e dos artifícios metodológicos necessários para seu desenvolvimento. Nesse estudo, ressaltamos a importância desta disciplina, na possibilidade de sua inserção nos programas de pós-graduação, da enfermagem as mais diversas áreas, uma vez que possibilita aos egressos do mestrado, o primeiro contato com a pós-graduação, dando-nos o real dimensionamento do mestrado acadêmico.

**Palavras-chave:** Ensino; Educação em enfermagem; Aprendizado.

## PRÁTICAS E METODOLOGIAS DE ATENDIMENTOS: UMA COLABORAÇÃO ANTROPOLÓGICA AO CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MANAUS

Lima, N.S., Honorato, I.B.<sup>1</sup>

O CREAS (Centro de Referência de Assistência Social) de Manaus é administrado pelo município com recursos federais, e é destinado ao atendimento a pessoas e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos como abandono, situação de rua, vivência de trabalho infantil, violência física, psicológica, exploração e abuso sexual. Este é o local onde realizamos a pesquisa. Os casos de abuso sexual são aqueles que exigem uma demanda maior de atendimento e por isso a antropologia com suas ferramentas analíticas e metodológicas de pesquisa, pode contribuir para a formação de um olhar sensibilizado às particularidades culturais. Este projeto tem como objetivo organizar palestras; discussão e sistematização da metodologia de atendimento; auxiliar na produção de material informativo e cartilhas sobre violência, violação de direitos, abuso e exploração sexual. Por abuso sexual usamos a definição de AZEVEDO e GUERRA (1989), a qual destaca que ser abuso todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente ou utilizá-los para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. Para a metodologia serviu-se de reuniões de discussão dos temas, observação participante como inserção antropológica, bem como palestras e oficinas de capacitação. Uma abordagem aproximada nos revelou que os quadros que envolvem casos de abuso não são iguais. Esperamos sempre que a estrutura familiar seja estática, e baseada no modelo cristão: pai, mãe e filhos. Porém, não podemos falar de uma estrutura familiar fixa. Todas as famílias são estruturadas, mas com lógicas diferentes. O modelo familiar, portanto, não é fator que caracteriza ou favorece uma circunstância de abuso. Outro equívoco foi fixar o papel dos gêneros na relação abusador-vítima. WIGGERS (2000) destaca a importância de pontuar os casos de violência doméstica a partir do conflito e de diferentes personagens que dele participam, retirando o sentido único da violência. Ao homem sempre está fadado à ação de abusador. Para a mulher/menina resta sempre ao papel de vítima. Porém, há diversos casos em que a mulher exerce o papel de abusadora, onde a vítima pode ser do mesmo sexo, ou não. Mais um equívoco, diz respeito, as marcas que impomos à vítima e ao abusador. Sobre a primeira pesa o estigma de não ser mais percebida como criança. O segundo carrega o fardo do "não tem jeito". A condenação é mais que jurídica, é social. Em Manaus, existem profissionais de diversas áreas do conhecimento trabalhando sobre o tema – como o CREAS – porém, há pouca reflexão teórica sobre a questão. O esforço desta reflexão contribui para uma perspectiva de análise das particularidades dos casos que aconteceram na região amazônica.

**Palavras-chave:** Abuso sexual; Família; Antropologia.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amazonas.

## **PROJOVEM URBANO NO AMAZONAS: A VISÃO DO ALUNO A RESPEITO DE SUA VIVENCIA NO PROGRAMA**

**Teles, M. A. P.<sup>1</sup>, Fernandez C. B.<sup>2</sup>**

A juventude brasileira a partir de 1980 e 1990 entrou na pauta da agenda dos governos federais, estaduais e municipais. Também neste período as políticas públicas para juventude conquistaram significativos avanços no que concerne a criação de programas em nível federal, dentre os quais está inserido o Projovem Urbano que visa promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29. Assim, este trabalho intitulado: “Projovem Urbano no Amazonas: a visão do aluno a respeito de sua vivência no programa” cujo objetivo é conhecer a visão do Jovem inscrito no Programa Projovem Urbano no Amazonas, nos municípios de Manaus, Iranduba e Manacapuru a partir de sua inserção nas atividades de Ensino e Aprendizagem; Qualificação Profissional e Participação Cidadã, buscou investigar a visão do aluno sobre o processo de Ensino e Aprendizagem; de identificar a percepção do aluno sobre sua inserção na atividade de Qualificação Profissional e de constatar o ponto de vista do aluno sobre a Participação Cidadã para saber os efeitos do programa em sua vida, com vista ao aprimoramento do programa. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, a partir da qual acompanhou a dinâmica da realidade dos jovens inseridos no programa. O espaço delimitado para realização da pesquisa de campo foram os municípios de Manaus, Manacapuru e Iranduba. Para tanto, utilizou-se de 2 instrumentos de pesquisa a saber: roteiro de entrevista junto a 8 alunos do ProJovem Urbano, sendo Manacapuru (2), Manaus (3) Iranduba (3) e questionário aplicado junto a 45 alunos do programa, sendo Iranduba (14), Manacapuru (15) e Manaus (16). Quanto aos resultados da pesquisa constatou-se que em relação ao Ensino - Aprendizagem os jovens do PJU avaliam positivamente as atividades nos municípios pesquisados, relatam que tiveram suas expectativas atendidas, afirmando ainda que a escolarização constitui-se um fator de motivação para a construção de um futuro melhor com oportunidade de entrada no mercado de trabalho. No que tange a Qualificação Profissional constatou-se na fala dos alunos certo descontentamento, fato este justificado pela ausência da parte prática, foi possível detectar que as iniciativas do programa direcionadas para este fim não tem sido suficientes. A Participação Cidadã foi analisada pelos alunos de duas formas: uma positiva, justificada pela oportunidade de descoberta de direitos e, outra negativa, atribuída à ausência das aulas práticas na maioria dos municípios, e da ausência da construção e implementação do Plano de Ação Comunitária - PLA na comunidade. Enfim, reforça-se a relevância do Projovem Urbano para os alunos atendidos. Todavia, não deixaram de ressaltar as fragilidades concernentes ao programa, embora que em seu bojo haja fragilidades, mas suas potencialidades foram apreciadas, o que suscita inúmeras consequências positivas na vida dos jovens participantes da pesquisa. Todavia, não deixaram de ressaltar as fragilidades concernentes ao programa:

**Palavras chaves:** Políticas Públicas; Juventude; Projovem Urbano.

---

<sup>1</sup> Docente de Serviço Social da Ufam.

<sup>2</sup> Discente de Serviço Social da Ufam.

## SAÚDE BUCAL: UMA AULA GENIAL

**Daniele Barros Furtado<sup>1</sup>, Arlene Araújo Nogueira<sup>2</sup>**

O projeto de aprendizagem “Saúde bucal: Uma aula genial” foi elaborado no primeiro semestre de 2011 na disciplina A criança, a natureza e a sociedade, no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, e objetivou conhecer aspectos que influenciam na saúde bucal de crianças de 0 a 05 anos. O formato metodológico da referida disciplina se constituiu em cinco momentos interrelacionados: a) Fundamentação teórica, com o estudo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI; b) Trabalho de campo, que se caracterizou por visita a um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI; c) Elaboração de Projeto de Aprendizagem, cujo tema deveria pertencer ao eixo Natureza e Sociedade, que se constitui em uma das linguagens da Educação Infantil; d) Desenvolvimento do Projeto no CMEI onde foi realizada a visita; e) Socialização da experiência na sala de aula. A experiência de trabalho com Projeto de Aprendizagem possibilita ao acadêmico estudar e vivenciar uma determinada temática, atividade que posteriormente deverá ser desenvolvida na escola, com as crianças. O presente projeto se faz importante para que as crianças adquiram conhecimentos relativos à saúde bucal, possibilitando a aprendizagem sobre como cuidar de si para manter a saúde. O RCNEI aponta como uma das responsabilidades das instituições de Educação Infantil a rotina de escovação dos dentes, como parte do autocuidado com a boca e com os dentes. Entende-se, assim, que para desenvolver atividades de orientação e de prática de higiene bucal junto às crianças, o professor estará melhor preparado após a realização das etapas desse projeto. Sua realização se deu no CMEI Márcio Souza, com crianças do segundo período (05 anos), abordando as linguagens visual, oral, escrita, artística e musical. A metodologia contemplou uma sequência de atividades: Apresentação pessoal por meio da dinâmica do crachá (a criança representa por meio do desenho como está se sentindo naquele dia); apresentação da proposta de trabalho por meio de uma música sobre saúde bucal; história dos dentinhos por meio de painel ilustrado; perguntas sobre o hábito diário de higiene bucal das crianças, buscando tirar as dúvidas e oferecer informações sobre a saúde bucal e sobre as doenças envolvidas na má higiene; distribuição e explicação de folder sobre saúde bucal para ser entregue aos pais ou responsáveis; música sobre a cárie; desenho e pintura de um cartaz com a história dos dentinhos; adivinhas sobre os objetos utilizados na higiene bucal; escovação orientada e; registro das aprendizagens através de desenho. Para o desenvolvimento dessa sequência didática foram utilizados crachás, aparelho de som, CDs, painéis ilustrados, cartaz, adivinhas e folhas de ofício. A partir desse trabalho, foi possível entender que a criança é capaz de interessar-se progressivamente pelo cuidado com o próprio corpo, executando ações simples relacionadas à saúde e higiene. Durante toda a aula elas interagiram, perguntaram e falaram sobre os hábitos de alimentação e higiene que fazem parte do cotidiano familiar. Ao participar das diversas atividades, as crianças compreenderam a importância de cuidar dos dentes e de adotar hábitos saudáveis. Os desenhos produzidos evidenciaram aprendizagem significativa, sendo possível perceber a importância da realização de

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

<sup>2</sup> Mestre em Educação e Professora Assistente do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas - FACED/UFAM

atividades que despertem o interesse e a participação efetiva das crianças na construção do seu conhecimento.

**Palavras-chave:** Natureza e Sociedade; Educação Infantil; Saúde Bucal.

## **LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE SÃO JOÃO, CIDADE DE MANAUS/AM**

**Luana Taisse Oliveira Alemão<sup>1</sup>, Tiago Raposo Ferreira<sup>2</sup>**

A relação do homem com a natureza era principalmente de sobrevivência, mas com o passar do tempo, o homem foi aumentando seus conhecimentos e passou a explorar mais a natureza, o que foi consequência da urbanização e da industrialização. Assim vários problemas ambientais foram surgindo, tais como a intensa poluição do ar, os solos erodidos entre outros. Nos dias atuais o meio ambiente vem sendo o maior centro das atenções do mundo, devido às grandes transformações antrópicas que vem sofrendo e que desestabilizam o seu equilíbrio natural, as invasões de territórios em busca de moradia é a forma mais comum de antropização, que mais tarde acaba tornando-se comunidade. E quando se trata do homem em comunidade os conflitos estão por si ligados ao processo de evolução. Sendo assim, desenvolvimento comunitário pode ser definido como processo educativo em função da organização social da população comunitária para enfrentamento dos seus interesses, preocupações e, conseqüentemente, a ampliação das suas condições de cidadania (SOUZA, 2004). Tendo em vista este conceito, percebeu-se a importância de identificar problemas socioambientais enfrentados pela Comunidade, levantando-se a seguinte questão: Quais são os principais problemas socioambientais na Comunidade São João? O presente trabalho se justifica através do objetivo de identificar principais problemas socioambientais enfrentados pela Comunidade São João. A Comunidade onde se realizou a pesquisa fica localizada no ramal da BR-174 (Manaus/Boa Vista). Teve origem como uma invasão na zona rural do município em 1992. É constituído por aproximadamente 1.800 famílias. Para a identificação dos principais problemas socioambientais da comunidade, fez-se a aplicação de questionários. A pesquisa é dita qualitativa, pois, segundo Ludke e André (1986, p. 12), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como a sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Os dados coletados são predominantemente discutíveis e há uma preocupação muito maior com o processo do que com o produto. “O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”. A metodologia que foi utilizada foi o DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), onde foram aplicados questionários, com perguntas abertas e fechadas, sendo o mesmo constituído de 18 perguntas direcionadas para estrutura familiar, situação social/econômica, escolaridade e problemas graves a serem detectados, sendo 3 perguntas abertas e 15 perguntas fechadas. O questionário foi aplicado a 120 comunitários, sendo também feito uma entrevista com o presidente da Comunidade São João, para se identificar os principais problemas enfrentados pelos moradores do local e assim posteriormente fazermos uma introdução de educação ambiental com os moradores mais antigos do local. A escolha dos 120 comunitários foi feita pelo presidente da comunidade, pois segundo ele são os moradores mais antigos do local. Os questionários foram aplicados durante uma semana, pois no momento em que eram aplicados, conversávamos com os moradores para que eles obtivessem um pouco mais

---

<sup>1</sup> Discente de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam). luana\_quimica@hotmail.com

<sup>2</sup> Discente de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam).

de educação ambiental. O objetivo da educação ambiental é desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para os mesmos. Não é um processo fácil e nem rápido, já que nem todas as pessoas têm consciência de que elas mesmas podem estar prejudicando o ambiente e, muitas vezes, não vêem motivos para se preocupar. Mas com um pouco de boa vontade, tanto dos educadores como da população como um todo, a educação ambiental pode trazer bons resultados.

**Palavras-chave:** Levantamento participativo; Sociedade e ambiente; Populações rurais; Amazônia.

### **Referências**

FLICK, Uwe. Introdução à Pesquisa Qualitativa; tradução Joice Elias Costa – 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

SOUZA, Maria Luzia. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2004.

## RDS DO JUMA: UMA TENTATIVA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Araújo, W.F.<sup>1</sup>

O ser humano moderno começa a pensar na criação de espaços naturais de preservação ambiental, principalmente, com o início da industrialização na Europa, que era apontada na época como a responsável por tornar o ar das cidades cada vez mais irrespirável. A grande concentração populacional nas cidades inglesas faz com que surja uma mudança na percepção dos homens em relação à natureza, principalmente nas classes que não estavam ligadas à produção agrícola, fazendo com que o campo fosse visto a partir daí, como um local de contemplação e isolamento (DIEGUES, 2004). Esse movimento de valorização da natureza intocada, também teve como importantes impulsionadores, os romancistas da época, a quem Diegues classifica como responsáveis por esta nova visão em relação a natureza:

“Essas ideias, sobretudo a dos românticos do século XIX, tiveram, portanto, grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas como “ilhas” de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada” (DIEGUES, 2004).

No Brasil, as primeiras propostas para criação de unidades de conservação ambiental foram motivadas pela iniciativa norte-americana da criação do primeiro parque de conservação do mundo, o de *Yellowstone* (ARAÚJO, 2007). No período que compreende a Primeira República (1889-1930), a economia brasileira seguia um modelo baseado na exportação de produtos primários para mercados estrangeiros. Com tal modelo econômico predominando no país, a criação de núcleos de conservação ambiental estava comprometida, uma vez que os detentores do poder político, que poderiam viabilizar a realização de projetos desta natureza eram os maiores beneficiados do modelo de agroexportação brasileiro. Durante a década de 1920, o Brasil avançou modestamente no discurso ambiental. Acontecimentos como a semana de arte moderna e a criação do Partido Comunista, suscitam nos grupos de críticos intelectuais da época, uma preocupação maior com questões sociais, e também com a deterioração dos recursos naturais. No caso da Região Amazônica, que em razão da extensão de suas florestas e sua biodiversidade, está sempre presente nas discussões sobre meio ambiente e preservação ambiental, só teve sua primeira unidade de conservação criada em 1989. Foi a Reserva Estadual Samuel a primeira unidade de conservação criada na Amazônia, no estado de Rondônia. Sua criação foi resultado de medidas compensatórias em virtude da degradação ambiental causada pela construção da Usina Hidrelétrica Samuel. Já no estado do Amazonas foi o Parque Estadual Nhamundá, criado em março de 1990, a primeira unidade de conservação registrada (RYLANDS, BRANDON, 2007).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma (RDS) é uma unidade de conservação ambiental no estado do Amazonas, criada em 2006. Está localizada no município de Novo Aripuanã, na região sudeste do estado, e fica a uma distância de 227,8 km ao sul da cidade de Manaus. A RDS do Juma foi criada em uma área de 589.612,8 hectares. Segundo informações contidas no documento de concepção do projeto de redução de emissões, em 2008 havia 35 comunidades dentro da reserva e em

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amazonas.



seus arredores, onde moravam 339 famílias. Os padrões para validação e continuidade de um Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) foram desenvolvidos pelo Climate, Community & Biodiversity Alliance (CCBA). Esses padrões foram criados para estabelecer critérios internacionais de avaliação da concepção e implantação de projetos baseados em terras, que tenham como finalidade reduzir ou eliminar a emissão de gases que provocam o efeito estufa e concomitantemente gerar impactos positivos nas populações e no meio ambiente local. A certificação do projeto pela CCBA não faz com que o projeto esteja habilitado para trabalhar com a emissão de certificados de crédito de carbono. Para isto, o projeto precisa certificar-se também em um outro padrão de contabilidade de carbono que inclui um processo formal para a emissão, registro e acompanhamento dos certificados de redução de emissões. A certificação do projeto funciona como uma garantia de que o mesmo atende potencialmente os requisitos para emissão dos certificados. A CCBA orienta os proponentes dos projetos a fazer consultas, juntamente com seus investidores e compradores em potencial para encontrarem qual padrão contábil de carbono melhor se adéqua a cada projeto. O Projeto Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma para Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento (“Projeto de REDD da RDS do Juma”) foi criada em 2006, e surge como uma tentativa por parte do Governo de implantação de um novo modelo de conservação ambiental, que tenha também, um compromisso com aspectos socioeconômicos das Populações Tradicionais da região. O projeto tem como proposta conter o desmatamento, a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e promover melhorias na qualidade de vida da população residente na extensão da reserva, em uma área do Estado do Amazonas que possui grandes riscos de desmatamento, principalmente por sua proximidade com as estradas BR-319 e BR-174.

**Palavras-chave:** Unidades de conservação; Gases de efeito estufa; Projetos REDD.

**FENOLOGIA DE *PITHECOLLOBIUM RACEMOSUM* DUCKE  
(MIMOSIOCEAE) NA RESERVA FLORESTAL ADOLPHO DUCKE  
E ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE SILVICULTURA TROPICAL NOS  
ÚLTIMOS DEZ ANOS**

**Beatriz Gonçalves Macedo<sup>1</sup>, Antonio Moçambique Pinto<sup>2</sup>**

A Fenologia é o estudo do ciclo de vida nas plantas através dos registros da ocorrência de cada fenofase. Trata-se de uma investigação de eventos fenológicos da espécie *Pithecollobium racemosum* Ducke, nome comum angelim-rajado, uma espécie arbórea de grande valor econômico, pertencente a família das Fabaceae e subfamília Mimosoicaceae. Os objetivos foram: 1- Definir os padrões fenológicos ao longo de dez anos de observações; 2- Comparar duas áreas de Floresta Amazônica Reserva Florestal Adolpho Ducke (RFAD) e Estação Experimental de Silvicultura Tropical (EEST) e 3- Verificar os efeitos da temperatura no seu comportamento. Os dados fenológicos foram fornecidos pela Coordenação de Pesquisas em Silvicultura Tropical (CPST) do INPA. A metodologia usada foram as anotações da presença ou ausência das fenofases nos cinco indivíduos marcados em cada área de estudo. O clima em Manaus é considerado do tipo Afi, segundo a classificação de Köppen, quente e úmido com precipitações alta acima de 2000 mm, apresentando pluviosidade anual média de 2.485 mm e temperatura média anual de 25,6 °C. A floração de *Pithecollobium racemosum* Ducke tendeu a ocorrer na estação mais seca (de julho a outubro) na RFAD e na EEST. A frutificação apresentou uma tendência a ocorrer em uma estação seca (outubro) para a estação chuvosa (dezembro) ambas nas duas áreas. A mudança foliar foi anual tanto na RFAD quanto EEST apresentando uma tendência de ocorrer na estação seca. O estudo demonstrou que a mudança foliar apresenta um padrão anual, com floração em uma estação seca e a frutificação em uma estação seca para a chuvosa nas duas áreas estudadas. Na EEST a floração e a frutificação teve um padrão supra-anual e na RFAD um padrão anual ocorrendo com intervalos de anos e meses. O clima tendeu a influenciar no comportamento dessa espécie nas duas áreas em função da variação em relação às fenofases.

**Palavras-chave:** Fenologia; Clima; Fabaceae; Floresta Amazônica.

**Apoio:** CNPQ/INPA.

---

<sup>1</sup> Bolsista CNPq do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), CPST modalidade PIBIC. Caixa Postal 478, 69011-970, Manaus, AM, Brasil. beatriz\_gmacedo@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pesquisador e Orientador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia –INPA, CPST, Caixa Postal 478, 69011-970- Manaus, AM, Brasil. ampinto@inpa.gov.

# QUESTÕES AMAZÔNICAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA NO PORTO DE SÃO RAIMUNDO E SEUS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE

Fabíola Rocha Duarte<sup>1</sup>

O presente artigo é resultado do trabalho de campo realizado no Porto do São Raimundo – localizado no bairro de mesmo nome, na zona Oeste da cidade de Manaus. A escolha desta área deve-se pelo fato deste lugar ser uma importante via de acesso e de transporte de pessoas e produtos oriundos dos municípios localizados na outra margem do Rio Negro para a cidade e vice-versa. O intenso fluxo de passageiros, cargas e mercadores que por ele são transportadas diariamente dão uma característica peculiar ao local. O Porto possui uma estrutura composta pelas balsas que realizam as travessias, comporta também boxes, onde são comercializadas comidas regionais, conta ainda com uma associação de taxistas, além dos trabalhadores informais e dos carregadores e do pequeno comércio localizado nas proximidades do Porto. Todos esses elementos presentes no Porto constituem em uma intensa relação entre a sociedade e a natureza ocasiona uma série de impactos ao meio ambiente, pois na medida em que a população interage com o porto os efeitos desses impactos tornam-se notório. O objetivo deste trabalho é mostrar os impactos produzidos através dessa relação sociedade natureza, no porto do São Raimundo, principalmente o ambiental, que se expõem por uma paisagem deteriorada, com a presença de lixo acumulado e o despejo de efluentes dos usuários e trabalhadores diretamente no rio. No local, observou-se a infraestrutura, a diversidade de serviços ali oferecidos, a organização – que nem sempre supri as necessidades dos usuários, e também foi possível observar famílias de moradores inteiras tomando banho nas águas do rio e os impactos ambientais produzidos ao meio ambiente, em uma área que constitui uma paisagem tipicamente regional. A metodologia utilizada foi a observação direta em campo e conversas iniciais com o usuários do porto, com os permissionários dos boxes, com os passageiros, com os trabalhadores e os moradores do bairro, a fim de desvelar situações vivenciadas no cotidiano dessa relação entre a sociedade e a natureza. Os registros das cenas cotidianas e da paisagem foram feitas através de máquina digital. Foi realizado um levantamento bibliográfico documental com objetivo de construir um suporte teórico metodológico para subsidiar a compreensão dos diversos fatores que interam no local. O Porto do São Raimundo é um lugar de intensa relação entre a sociedade e a natureza, por ele circulam mais de milhares pessoas diariamente, que vão a busca de realizar desde simples compras nos boxes que lá existe, como usar a travessia em direção as cidades ribeirinhas que estão localizadas no outro lado da margem do rio ou mesmo. Torna-se essencial a valoração do espaço que está sendo explorado para fins econômicos e turísticos com a devida atenção em relação à conservação do meio ambiente para que no futuro não ocorra o desuso e a perda de funcionalidade daquele espaço, em vista da efetivação da ponte sobre o rio Negro. A conscientização por parte dos usuários em descartar de maneira correta o lixo iria mudar o cenário daquele ambiente, que está atualmente degradado, portanto, o poder público deve realizar campanhas que possam possibilitar uma mudança de comportamento.

**Palavras-chave:** Porto do São Raimundo; Relação Sociedade Natureza; Impactos Ambientais.

---

<sup>1</sup> Graduação em andamento em licenciatura em geografia pela UEA/AM.

# IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES PARA A IDENTIFICAÇÃO BOTÂNICA: UM ESTUDO SOBRE MARANTACEAE NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS

Érica Inês de Souza<sup>1</sup>, Thaysa de Moura<sup>2</sup>, Jean Paulo Tello<sup>3</sup>

Nas florestas tropicais há grande diversidade de comunidades vegetais e animais, sendo espaços de variadas interações ecológicas. A destruição dos habitats é a maior ameaça à sobrevivência de espécies vegetais e a conservação dessas depende da identificação taxonômica. Marantaceae é uma família de erva monocotiledônea característica do sub-bosque de florestas tropicais úmidas com 530 espécies já descritas, porém não há estudos específicos sobre os centros de diversificação das espécies. A família é identificada a partir das folhas, frutos e pelas flores, sendo caracterizada como única e diferente pelo mecanismo explosivo do estilete das flores, que deposita pólen no corpo do polinizador durante a visita, havendo intensa interação entre planta-polinizador. O estudo teve como objetivo identificar as espécies de Marantaceae encontradas no município de Benjamin Constant. O estudo foi realizado em uma área de mata primária localizada no km 03 da BR-307, que interliga os municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte-AM. Com o intuito de localizar as espécies desta família ocorrentes no respectivo município, foram realizadas observações a partir de caminhadas quinzenais ao longo de três trilhas pela floresta, entre os meses de agosto de 2010 a julho de 2011. Ao encontro de cada espécie foi feito registro fotográfico e então, a descrição botânica. A identificação das espécies foi realizada a partir das chaves de identificação do guia de marantáceas da Reserva Ducke e Rebio do Uatumã, e comparação aos demais estudos realizados com a família em estudo. No período de 12 meses foram encontradas 11 espécies da família Marantaceae: *Calathea altissima* (Poepp. & Endl.) Körn., erva de grande porte, sendo encontrada em três diferentes locais (floresta fechada, locais com clareiras e bordas da floresta); *Ischnosiphon hirsutus* Peters., espécie de porte médio e localizada em locais iluminados dentro da floresta; *Ischnosiphon* sp.1, grande porte, encontrada em locais iluminados dentro da floresta e a espécie *Ischnosiphon* sp.2, também erva de grande porte, porém localizada nas bordas da floresta. *Calathea* cf. *micans* é uma erva de pequeno porte e rosulada, são encontradas em locais úmidos, mas iluminados; a espécie Sp.1 tem grande porte, é encontrada em bordas da floresta e a espécie Sp.2, com porte médio são localizadas em floresta fechada. A espécie Sp.3 possui porte médio e localizam-se em locais úmidos e com pouca iluminação; Sp.4, seu porte é médio, localizada em lugares úmidos e sem iluminação. Sp.5 é encontrada em floresta fechada, sendo rosulada e de porte médio; a espécie Sp.6 são encontradas em locais pouco úmido, apresenta porte médio e pubescência. Conforme observado, das 11 espécies encontradas na área de estudo, duas espécies foi possível fazer a correta identificação taxonômica, outras duas a identificação até o nível de gênero, uma a possível identificação da espécie e as seis restantes não foi possível fazer nenhuma identificação taxonômica. Conclui-se que as espécies não identificadas na região podem não terem sido descritas e a destruição dos habitats naturais ameaça sua sobrevivência.

**Palavras-chave:** Destruição de habitats; Florestas Tropicais; Marantaceae.

<sup>1</sup> Estudante de graduação do curso de Ciências Agrárias e do Ambiente no Instituto de Natureza e Cultura pela Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Mestrado em Ciências Biológicas (Botânica) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Brasil(2008). Professor Assistente I da Universidade Federal do Amazonas, Brasil.

<sup>3</sup> Graduação em Ciências Agrárias e do Ambiente pela Universidade Federal do Amazonas, Brasil (2011).

## **USO DE FIBRAS DE MALVA NA CONFECÇÃO DE COMPÓSITOS DE CONCRETO APLICADOS EM ARTEFATOS DE CONCRETO**

Fernando de Farias Fernandes<sup>1</sup>, Cleiton Melo, Franey Medeiros<sup>2</sup>

Realizou-se um estudo sobre a aplicação de fibra de malva proveniente do extrativismo da região amazônica, visando seu aproveitamento na Construção Civil em artefatos de concreto como painéis de vedação. A malva tem sido historicamente utilizada na agroindústria e cultivada em vários municípios do estado do Amazonas. O uso de fibras vegetais, mais especificamente a malva, na obtenção de compósitos, proporcionam ao material características como: baixa densidade, isolamento termo-acústico e resistência a flexo-tração, tornando-o um material indicado para controle de fissuras, absorção de impactos dinâmicos e isolamento termo-acústico. Foram feitos ensaios mecânicos de compressão e tração com corpos-de-prova de concreto adicionando-se um teor de fibras em torno de 0,4 % em relação ao peso do cimento. As fibras de malva foram cortadas manualmente e seus comprimentos devidamente padronizados. De acordo com os dados obtidos nos ensaios físico-mecânicos, verificou-se que o uso de fibras de malva poderá torna-se um material alternativo em substituição às fibras metálicas e de polietileno que são atualmente aplicados aos elementos sujeitos à flexão como painéis, gerando-se uma redução de impacto ambiental decorrente do uso deste produtos minerais.

---

<sup>1</sup> Professor do Centro Universitário de Manaus (Ceulm/UiBra).

<sup>2</sup> Alunos do Centro Universitário de Manaus (Ceulm/UiBra).

# CARACTERIZAÇÃO DA ÁGUA DO RIO AMAZONAS PARA PROPOR O DIMENSIONAMENTO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA O CAREIRO DA VÁRZEA

Ivan Alberto Carlos Alves<sup>1</sup>, Paulo Rodrigues Souza<sup>2</sup>

A realidade do saneamento no Brasil melhorou com o passar dos anos. Em 1967 apenas 23% dos lares brasileiros eram servidos por água tratada, correspondente a cerca de 11,9 milhões de pessoas. Em 2000 este número subiu 90%, porém os mais privilegiados com este crescimento foram às áreas urbanas. As comunidades ribeirinhas da Amazônia, especialmente aquelas situadas em áreas de várzea, apesar de estarem localizadas em uma bacia hidrográfica com grande disponibilidade de água superficial, não dispõem de nenhuma forma de tratamento e de distribuição aceitável. O presente trabalho teve como objetivo estudar soluções para o fornecimento de água potável para a comunidade do Careiro da Várzea que fica as margens do rio Amazonas, após a confluência com o rio Negro, e analisar a qualidade da água, a fim de propor uma metodologia para o tratamento de água que possa suprir as necessidades básicas dessa comunidade. As análises físico-químicas e biológicas para a caracterização da água foram realizadas em laboratório. A água bruta não atendeu aos parâmetros de potabilidade estabelecidos na Portaria 518/2004 do Ministério da Saúde /FUNASA, em relação a cor, turbidez e alcalinidade. Assim, foi necessário realizar ensaios de tratabilidade da água com auxílio de um aparelho de *jar Test* (ensaio de jarros), disponíveis no Laboratório de Hidráulica e Fenômenos de Transporte do Centro Universitário Luterano de Manaus. O aparelho possui seis jarros onde são simulados os gradientes de velocidade, que serão manuseados nas possíveis etapas de tratamento de água, e a provável dosagem dos produtos químicos necessários para a coagulação e floculação da água a ser tratada, definindo-se, portanto a concentração e a dosagem ótima desses produtos. Neste ensaio foi utilizado o sulfato de alumínio como agente de coagulação e o hidróxido de sódio para a correção do pH. No primeiro ensaio variou-se a concentração de sulfato de alumínio e trabalhou-se com o pH natural da água, que era de aproximadamente 6,2. A adição do coagulante foi realizada no início do processo de coagulação com um tempo de mistura de 3 min. A seguir realizou-se a floculação e a sedimentação, com tempos de 30 min respectivamente, coletando-se amostras a cada 10 min para a realização das análises de cor, turbidez e alcalinidade. No segundo ensaio aumentou-se o pH para 7,5 com utilizando-se as mesmas dosagens do ensaio anterior. Os resultados obtidos nos dois primeiros ensaios foram equivalentes, demonstrando que não há necessidade de correção de pH da água para efetuar o tratamento. No terceiro ensaio, já com a melhor dosagem, definida nos ensaios anteriores, definiu-se a velocidade de sedimentação para futuro projeto. Os ensaios demonstraram que é possível realizar o tratamento convencional da água, com baixas dosagens de produtos químicos, para atendimento da legislação de potabilidade, demonstrando que a água do rio Amazonas pode ser utilizada como fonte de abastecimento de água para a cidade do Careiro da Várzea, sem maiores dificuldades no processo de tratamento. O processo de tratamento estudado demonstra um baixo custo de consumo de produtos químicos em relação ao rio Negro, uma vez que a concentração da dosagem ideal encontrada foi de apenas 20 mg/L de sulfato de alumínio  $Al_2(SO_4)_3$ , não sendo necessário o ajuste do pH com hidróxido de sódio (NaOH), para adição do coagulante. Ressalta-se também, que de modo geral, os ensaios demonstraram que o sulfato de Alumínio mostrou-se um excelente agente de

<sup>1</sup> Graduando de Engenharia Química do Ceulm/Ulbra.

<sup>2</sup> Professor Msc. do Ceulm/Ulbra.

coagulação, possibilitando uma eficiência de tratamento de mais de 90%, reduzindo a turbidez para valores abaixo de 5 UNT –Unidade de Turbidez, sem usar o recurso da filtração.

**Palavras-chave:** Rio Amazonas; Tratabilidade de água; Potabilidade.

## ESTABILIZAÇÃO DE SOLOS MOLES: MÉTODOS TRADICIONAIS E CONSOLIDAÇÃO PROFUNDA RADIAL - CPR

**Rinler Praia Maduro, Jubslene C. M. Araújo<sup>1</sup>, Benedito J. Ibiriba Carneiro<sup>2</sup>, Paulo Rodrigues Souza<sup>3</sup>**

Na construção civil, onde a estabilização de solos moles tornou-se um fator importante, quando o mesmo não analisado com antecedência pode causar verdadeiros transtornos a obra desde pequenas trincas, rachaduras e enormes rupturas ocasionando um colapso da estrutura. O solo mole apresenta baixa resistência à penetração, ou seja, o SPT, Standart Penetration Test, (ensaio de penetração dinâmica) inferior a 04 golpes, onde a fração de argila imprime características de solo coesivo e compressível, como é o caso das argilas moles ou areias fofas. Por isso, antes do início de qualquer construção deve-se realizar ensaios para determinar a constituição e resistência do solo. De posse dos ensaios e com as taxas de resistência determinada pode-se determinar o tipo de fundação que possibilite a estabilidade da estrutura. São métodos tradicionais para estabilização de solos as estacas, a substituição do solo mole, os geodrenos, o Jet grouting, etc. Grandes são esforços da engenharia para vencer esses tipo de problema. No Brasil obras pioneiras desafiaram esses tipos de solos, no início do século XX na Baixada Santista, Estrada de Ferro e de Rodagem foram feitas com lançamento de aterro de ponta. No início dessas construções os Engenheiros conviveram com vários problemas, tanto do ponto de vista técnico, onde puderam observar a estabilidade dos aterros logo após a construção, capacidade de suporte do solo e recalques de aterros ao longo do tempo (adensamento primário e secundário), como também do ponto de vista construtivo, onde observaram o tráfego dos equipamentos de construção, amolgamento da superfície do terreno devido o lançamento do aterro, riscos e rupturas durante a construção e a difícil escavação e manutenção de acesso. O objetivo desta metodologia é comparar o método tradicional de preparação de terreno com solo mole e a implantação da técnica do CPR - Consolidação Profunda Radial com maior ênfase para as vantagens, rapidez, custo benefício e outros, principalmente em relação ao método do Jet grouting, que outra técnica usualmente aplicada nestes casos, principalmente nos solos da região amazônica. Segundo os estudos da Engegraut esta técnica é específica para terrenos com solos moles, já que alia rapidez e alto custo/benefício, quando comparado com as técnicas tradicionais de tratamento de solo mole, mostrando-se viável técnica, econômica e funcionalmente. A presença de solos moles em qualquer terreno, seja de origem fluvial (aluviões), como os solos das regiões de várzea da Amazônia, ou de marinha, incorrem, naturalmente, na necessidade de cálculos de estabilidade e recalques, normalmente envolvendo análise computacional por método dos elementos finitos. A presença de solos moles inibe, naturalmente, projetos como fundações diretas. A opção por fundação profunda, utilizando-se estacas, exige substratos resistentes, geralmente distantes da superfície. A presença de camadas de solo mole, invariavelmente acompanhadas da execução de aterros, submete as estacas ao perigoso fenômeno do atrito negativo e a deslocamentos laterais, estabelecendo-se recalques diferenciais perigosos. Diante do exposto, verificou-se a técnica do CPR pode ser aplicada com grandes vantagens em qualquer tipo solo mole, inclusive, nas áreas de aluvião, argilas moles ou completamente saturadas e areias fofas, que é o caso da

---

<sup>1</sup> Cursam graduação em engenharia civil do Ceulm/Ulbra.

<sup>2</sup> Professor Dr. do Ceulm/Ulbra.

<sup>3</sup> Professor Msc. do Ceulm/Ulbra.



necessidade de estabilização de solos dos taludes em portos e outras construções na Amazônia.

**Palavras-chaves:** Estabilidade de taludes; Consolidação de solos; Fundações.

## UM MODELO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL NA AMAZÔNIA

Izaías de Souza Christo<sup>1</sup>, Paulo Rodrigues de Souza<sup>2</sup>

Segundo as autoridades governamentais no futuro próximo a água será um recurso escasso no planeta e dispendioso se não houver preocupação na preservação das fontes dos rios, mananciais e aquíferos. Em Manaus a água é um recurso abundante, pois se encontra à margem do rio Negro, ainda assim são necessários elevados recursos financeiros para captação, tratamento e distribuição de água potável com qualidade a população. A concessionária de Manaus é obrigada a implantar poços tubulares em várias zonas da cidade, pois há problemas na distribuição, promovendo com isso a super exploração e o rebaixamento do nível de água dos aquíferos. Além das concessionária, inúmeros empreendimentos públicos e privados, realizam a captação de água diretamente de poços tubulares profundos, aumentando a depleção dos níveis piezométricos do aquífero. A captação de águas pluviais é uma das alternativas para tornar o sistema sustentável e responsável socialmente, reduzindo a escassez de água e conservação das águas dos mananciais e aquíferos, além de atenuar os danos causados pela impermeabilização do solo em relação as enchentes no ambiente urbano. Este trabalho teve como objetivo estudar um modelo de captação de águas pluviais que contribua na sustentabilidade e responsabilidade social de uma instituição instalada em Manaus. O uso de fontes alternativas de água tem sido incentivado na legislação ambiental e urbanística de diversos municípios. Conforme legislação do município de Manaus pode-se utilizar a captação de águas pluviais, para uso menos nobres, como alternativa de forma a prevenir a escassez da água no planeta Terra. Com objetivo de tornar o sistema de exploração de água sustentável, o modelo proposto contempla a captação de águas pluviais na superfície de telhados, a condução pelas calhas e tubos condutores, o armazenamento inferior das águas captadas e um sistema de elevação para reservatório superior. A água captada será conduzida para usos menos nobres como rega de jardim, lavagens de pátios, etc. A região amazônica possui como característica a ocorrência de chuvas tropicais intensas com volumes variáveis de precipitação ao longo de um período. A captação de água pluvial pode ser realizada de diversas formas: com variação no sistema de filtros, nos tipos de reservatórios elevados, evitando custo com energia para bombear a água, ou inferiores, sendo ainda usados nas residências do nordeste do Brasil os reservatórios inferiores de baixo custo. Um sistema de captação de água de chuva compõe-se basicamente por uma área de captação ou área de contribuição (telhado); subsistema de condução (calhas e dutos); dispositivo para desvio das primeiras chuvas (*by-pass*); reservatório (cisterna); tratamento; meio elevatório (balde com corda, sarilho com manivela, bombas hidráulicas); e reservatório de distribuição (caixa d'água). Os resultados obtidos indicam uma diminuição do consumo da água captada diretamente dos poços tubulares do empreendimento, indicando uma menor exploração do aquífero, que contribuirá para reduzir o rebaixamento do lençol freático. Uma maior retenção da água precipitada no interior do empreendimento ajuda a atenuar os picos de vazão dos cursos d'água da bacia hidrográfica que o empreendimento está inserido, reduzindo os efeitos das enchentes no igarapé. Este modelo contribui para melhorar o modelo de sustentabilidade e responsabilidade social do empreendimento estudado junto à comunidade onde está inserido.

**Palavras-chave:** Água pluvial; Captação de água; Sustentabilidade.

<sup>1</sup> Acadêmico de Engenharia Civil.

<sup>2</sup> Professor Msc. do Ceulm/Ulbra.

## EXPERIÊNCIA DE CAMPO RELACIONADA À EXPLORAÇÃO DE ETNIAS INDÍGENAS NA ÁREA DO TRAPÉZIO AMAZÔNICO

Sílvio Rodrigues Caldas<sup>1</sup>

A região do trapézio amazônico (Brasil, Colômbia, Peru) é habitada por várias etnias indígenas, sendo a maior delas os Ticuna. Os Ticuna falam uma língua do tronco *Kapacura ou Tupi*, e atualmente reconhecido pelo nome de tronco familiar *Tikuna*, que não mantém semelhança com qualquer outro idioma. Apesar de dominarem o português e o espanhol, os Ticuna fazem uso de sua língua materna no cotidiano e a valorizam como um importante símbolo de sua identidade étnica. No Brasil, os Ticuna são encontrados em todos os seis municípios do alto Solimões: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. No Peru: Santa Rosa, Islândia, Cushillo-cocha, Caballo-cocha, Iquitos etc. Na Colômbia: Leticia, San José, San Sebastian, Santa Sofia, Macedônia, Puerto Nariño etc. Os relatos e acontecimentos apresentados são ligados principalmente ao povo indígena Ticuna, que habita a região da tríplice fronteira entre os países Brasil, Peru e Colômbia. Os mesmos fazem referência a agressões, assassinatos e a violência que o povo Ticuna tem sofrido por parte de indivíduos chamados pelos indígenas de “corta-cabeças”, pelo fato de que muitas pessoas, segundo relatos, terem sido encontradas sem a cabeça e sem órgãos vitais (coração, rins, fígado, pâncreas etc.). Estes fatos são atribuídos a elementos alienígenas e, em muitos casos, até a indígenas e mestiços, conforme referência mítica investigada. Há mais de 500 anos os povos nativos da América têm sido vitimados pela dominação, colonização e escravização por parte de nações desenvolvidas política, bélica e economicamente. Até os dias atuais, com a ação de empresas multinacionais e interferência de nações mais ricas, é promovida a exploração predatória de bens materiais e imateriais de países subdesenvolvidos e suas populações. No caso do estudo em andamento, notou-se até o presente instante a prática do biocolonialismo através da dominação e da exploração de vidas humanas.

**Palavras-chave:** Rumores do Povo Ticuna; Tráfico de Órgãos Humanos; Biocolonialismo.

---

<sup>1</sup> Jornalista Profissional, Diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos Pan-amazônicos NEEPA.